



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO GERENCIAL - 4º TRIMESTRE DE 2018 / ANUAL -

SUMÁRIO

1	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS.....	9
2	COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	11
2.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:.....	11
2.1.1	CENÁRIO ECONÔMICO	11
2.1.2	PERSPECTIVAS PARA 2019:.....	14
2.1.3	VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS	16
2.1.3.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC.....	16
2.1.3.2	TAXAS DE INFLAÇÃO.....	16
2.1.3.3	TAXA REAL DE JUROS – 2018	17
2.1.3.4	TAXA DE CÂMBIO.....	18
2.1.3.5	INDICADORES FINANCEIROS – 2018.....	19
2.2	MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:.....	19
2.2.1	RENDA FIXA.....	20
2.2.2	RENDA VARIÁVEL	21
2.2.2.1	ANÁLISE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA’S – ALOCADOS.....	21
2.2.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	27
2.2.3.1	ENERGIA PCH - FIP / PROJETO JURUENA.....	27
2.2.3.1.1	FATO RELEVANTE	29
2.2.3.2	GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGIA	29
2.2.3.3	FUNDÔ DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - SAGA SNAKE.....	30
2.2.4	SEGMENTO IMOBILIÁRIO.....	30
2.2.4.1	EMPREENHIMENTO FERNANDEZ PLAZA - SALVADOR - BA	30
2.2.4.2	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SÃO CRISTÓVÃO – RJ.....	30
2.2.5	ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO.....	31
3	DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA.....	32
4	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	34
4.1	PREVIDENCIAL.....	34
4.1.1	POPULAÇÃO ASSISTIDA.....	34
4.1.2	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS.....	35
4.2	INVESTIMENTO	37
4.2.1	PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL	37
4.2.2	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	38
4.2.3	RENTABILIDADE.....	39
4.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	40
4.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....	40
4.2.3.3	SEGMENTO DE ESTRUTURADO	40
4.2.3.4	SEGMENTO IMOBILIÁRIO.....	41
4.2.3.5	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS.....	41
4.2.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO.....	42
4.2.4.1	RENDA FIXA.....	42
4.2.4.2	RENDA VARIÁVEL	42
4.2.4.3	ESTRUTURADO.....	44
4.2.4.4	IMOBILIÁRIO	45
4.2.4.5	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	46
4.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	48
4.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	48
4.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2018:.....	48
4.2.7	DURATION DO PLANO.....	50
4.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:.....	50
4.2.9	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO	53
4.3	CONTÁBIL	53

4.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	55
4.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	55
4.3.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	55
4.3.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	55
4.3.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	55
4.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	56
4.3.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	56
4.3.1.2.2	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	57
4.3.1.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	57
4.3.1.2.4	PATRIMÔNIO SOCIAL	57
4.3.1.2.5	FUNDOS	59
4.3.1.2.6	FATO RELEVANTE	60
5	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	63
5.1	PREVIDENCIAL	63
5.1.1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	63
5.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	64
5.2	INVESTIMENTO	64
5.2.1	PERFORMANCE DO CODEPREV - DESCONTADA DA TAXA INDICATIVA	64
5.2.2	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	67
5.2.3	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	68
5.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	69
5.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	69
5.2.3.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	69
5.2.4	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	69
5.2.4.1	AVALIAÇÃO DE RISCO – DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	69
5.2.5	OPERAÇÕES CURSADAS	70
5.2.6	DURATION	71
5.2.7	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	71
5.2.8	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO	72
5.3	CONTÁBIL	73
5.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	74
5.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	74
5.3.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	74
5.3.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	75
5.3.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	75
5.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	76
5.3.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	76
5.3.1.2.2	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	76
5.3.1.2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	76
5.3.1.2.4	FUNDOS	76
6	PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO	78
6.1	RECEITAS	78
6.1.1	DÍVIDA CODEVASF	78
6.1.2	DÍVIDA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO	79
6.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	79
6.3	INVESTIMENTO	79
6.3.1	PERFORMANCE DO PLANO III/BSALDADO – DESCONTADA DA META ATUARIAL	79
6.3.2	ENQUADRAMENTO	81
6.3.2.1	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	81
6.3.3	RENTABILIDADE	81
6.3.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	83
6.3.4.1	RENDA FIXA	83

6.3.4.2	RENDA VARIÁVEL	84
6.3.4.3	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	84
6.3.4.4	IMOBILIÁRIO	85
6.3.4.5	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	85
6.3.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	86
6.3.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	86
6.3.6	DURATION DO PLANO	87
6.3.7	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	87
6.3.8	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO	89
6.4	CONTÁBIL	90
6.4.1	NOTAS EXPLICATIVAS	92
6.4.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	92
6.4.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	92
6.4.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	92
6.4.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	92
6.4.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	93
6.4.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	93
6.4.1.2.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	93
6.4.1.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	93
6.4.1.2.4	PATRIMÔNIO SOCIAL	93
6.4.1.2.5	FUNDOS	94
6.4.2	FATO RELEVANTE:	96
7	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	98
7.1	ADMINISTRAÇÃO	98
7.1.1	ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO	98
7.1.1.1	RECEITAS	98
7.1.1.2	DESPESAS	99
7.1.1.3	CUSTEIO	100
7.1.1.4	FUNDO ADMINISTRATIVO	100
7.1.1.5	LIMITES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO E INDICADORES DE GESTÃO	101
7.1.1.6	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	102
7.2	INVESTIMENTO	103
7.2.1	ENQUADRAMENTO	103
7.2.2	RENTABILIDADE	104
7.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	104
7.2.2.2	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	105
7.2.3	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	105
7.2.3.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	105
7.2.4	OPERAÇÕES CURSADAS	106
7.2.5	DURATION	106
7.2.6	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	107
7.3	CONTÁBIL	107
7.3.1	ENQUADRAMENTO	107
7.3.2	NOTAS EXPLICATIVAS	110
7.3.2.1	ATIVO REALIZÁVEL	110
7.3.2.1.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA	110
7.3.2.1.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	110
7.3.2.2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	111
7.3.2.2.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA:	111
7.3.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	111
7.3.2.3.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA	111
7.3.1.1.1.1	FATO RELEVANTE	112

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. EMPREGADOS X PARTICIPANTES	9
GRÁFICO 2. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE	9
GRÁFICO 3. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE	10
GRÁFICO 4. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR ESTADO	10
GRÁFICO 5. COMPORTAMENTO DO PIB DA CHINA - % - 2000 / 2018.....	12
GRÁFICO 6. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS	13
GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2020	14
GRÁFICO 8. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2017 X 2018.....	16
GRÁFICO 9. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS	17
GRÁFICO 10. TAXA REAL DE JUROS - 2018.....	17
GRÁFICO 11. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2017 X 2018.....	18
GRÁFICO 12. RENTABILIDADE DOS TÍTULOS PÚBLICOS - 2018	20
GRÁFICO 13. COMPORAMENTO DA BOLSA DE VALORES NO PERÍODO DE 2008 A 2018.....	21
GRÁFICO 14. DISPERSÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A DEZEMBRO 2018.....	22
GRÁFICO 15. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES	22
GRÁFICO 16. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	23
GRÁFICO 17. TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A DEZEMBRO/2018.....	23
GRÁFICO 18. DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF	27
GRÁFICO 19. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH / FIP	28
GRÁFICO 20. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	31
GRÁFICO 21. APOSENTADOS X PENSIONISTAS.....	34
GRÁFICO 22. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA	34
GRÁFICO 23. PATRONAL X ASSISTIDOS.....	35
GRÁFICO 24. PATRONAL X ASSISTIDOS.....	35
GRÁFICO 25. PATRONAL X PARTICIPANTES	36
GRÁFICO 26. TOTAL DE RECEITAS ATIVOS X PATRONAL.....	36
GRÁFICO 27. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE	37
GRÁFICO 28. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE	37
GRÁFICO 29. DESEMPENHO ACUMULADO.....	38
GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	39
GRÁFICO 31. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO.....	40
GRÁFICO 32. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	41
GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	43
GRÁFICO 34. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO	44
GRÁFICO 35. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO IMOBILIÁRIO.....	45
GRÁFICO 36. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO.....	47
GRÁFICO 37. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE.....	47
GRÁFICO 38. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS.....	47
GRÁFICO 39. EVOLUÇÃO DA DURATION	50
GRÁFICO 40. PATRONAL X PARTICIPANTE	63
GRÁFICO 41. TOTAL DA RECEITA POR TRIMESTRE – PATRONAL X PARTICIPANTE	63
GRÁFICO 42. RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA.....	65
GRÁFICO 43. RENTABILIDADE LÍQUIDA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA.....	65
GRÁFICO 44. RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA BALANCEADOS X CODEPREV	66
GRÁFICO 45. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	67
GRÁFICO 46. EVOLUÇÃO DA DURATION	71
GRÁFICO 47. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA.....	77
GRÁFICO 48. DESEMPENHO ACUMULADO.....	80
GRÁFICO 49. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	81
GRÁFICO 50. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO.....	82

GRÁFICO 51. EVOLUÇÃO DO DURATION	87
GRÁFICO 52. RECURSOS RECEBIDOS.....	98
GRÁFICO 53. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS.....	98
GRÁFICO 54. DESPESAS REALIZADAS	99
GRÁFICO 55. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA.....	99
GRÁFICO 56. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS	100
GRÁFICO 57. ENQUADRAMENTO LEGAL	104
GRÁFICO 58. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	105
GRÁFICO 59. EVOLUÇÃO DA DURATION	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	32
QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – SETEMBRO/2018.....	33
QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS.....	33
QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL	53
QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	54
QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	54
QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	55
QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS.....	56
QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	60
QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL	73
QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	73
QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	74
QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	74
QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS.....	75
QUADRO 15. EVOLUÇÃO DA COTA.....	77
QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	78
QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL	90
QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	91
QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	91
QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	92
QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS.....	92
QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	95
QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO.....	100
QUADRO 24. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS.....	101
QUADRO 25. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	102
QUADRO 26. BALANÇO PATRIMONIAL	107
QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO.....	108
QUADRO 28. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO).....	108
QUADRO 29. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB II – CODEPREV.....	109
QUADRO 30. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB III – SALDADO.....	109
QUADRO 31. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	110
QUADRO 32. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	112

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018.....	19
TABELA 2.	FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA.....	24
TABELA 3.	CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE.....	25
TABELA 4.	CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR.....	26
TABELA 5.	INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS PCH'S / FIP.....	28
TABELA 6.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH'S / FIP.....	28
TABELA 7.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA.....	38
TABELA 8.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	39
TABELA 9.	RENTABILIDADE.....	40
TABELA 10.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA.....	42
TABELA 11.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL.....	43
TABELA 12.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO.....	44
TABELA 13.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO.....	45
TABELA 14.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	46
TABELA 15.	CONCESSÕES.....	46
TABELA 16.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO.....	47
TABELA 17.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP.....	48
TABELA 18.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS.....	49
TABELA 19.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS.....	52
TABELA 20.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018.....	53
TABELA 21.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA – ACUMULADA.....	66
TABELA 22.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	67
TABELA 23.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	68
TABELA 24.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	68
TABELA 25.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP.....	69
TABELA 26.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018.....	70
TABELA 27.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS.....	72
TABELA 28.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018.....	73
TABELA 29.	DESEMPENHO ACUMULADO.....	80
TABELA 30.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	81
TABELA 31.	RENTABILIDADE.....	82
TABELA 32.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA.....	83
TABELA 33.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL.....	84
TABELA 34.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	84
TABELA 35.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO.....	85
TABELA 36.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	85
TABELA 37.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP.....	86
TABELA 38.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS.....	86
TABELA 39.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS.....	89
TABELA 40.	RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - III/BS - ACUMULADA 2018.....	90
TABELA 41.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	103
TABELA 42.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	104
TABELA 43.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	105
TABELA 44.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP.....	106
TABELA 45.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018.....	106
TABELA 46.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS.....	107

APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados estão acumulados até o **4º Trimestre de 2018**. Elaborado por determinação da Diretoria Executiva foi produzido pelas áreas administrativas gerenciais da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, permitir comparar os resultados com outros de exercícios anteriores, relativamente ao mesmo período de tempos. Há também a análise e apresentação dos indicadores projetados linearmente, na tentativa de antever desvios a tempo de, em sendo necessário, proceder a ajustes necessários, que cotejados com as expectativas levantadas nas peças orçamentárias servem de balizadores aos gestores da entidade.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios, sob a gestão da Fundação. Foca também o confronto das realizações com as projeções orçamentárias. Assim procedendo fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra o comportamento atual comparativamente aos trimestres de iguais períodos dos exercícios anteriores.

A estrutura deste relatório contempla a cisão do Plano BD, proveniente do Saldamento, o que representa um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios: I/BD; Plano II/CD-Codeprev e Plano III - BSaldado; e, **(iv)** Plano de Gestão Administrativa-PGA.

1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS

GRÁFICO 1. EMPREGADOS X PARTICIPANTES

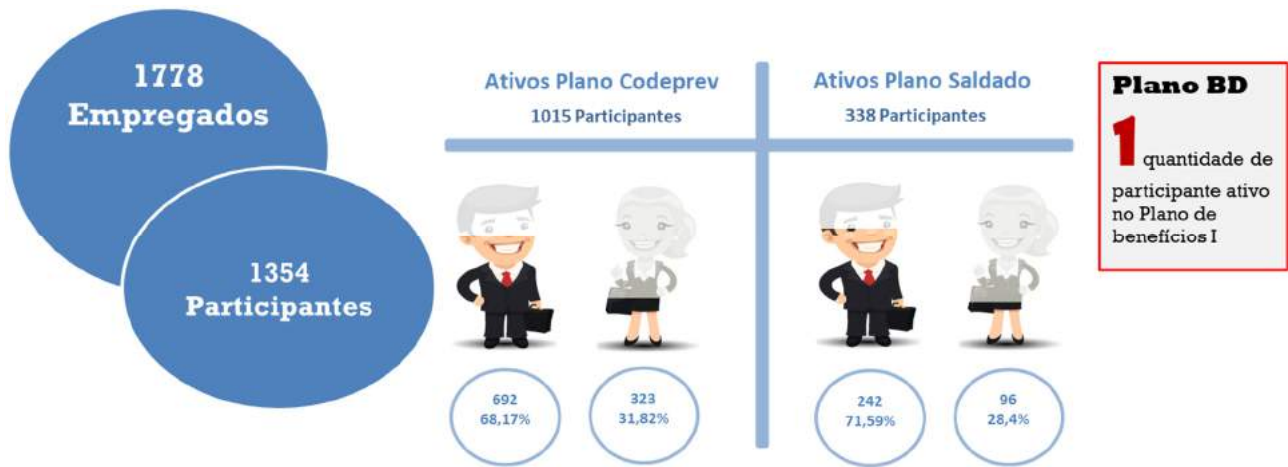


GRÁFICO 2. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE

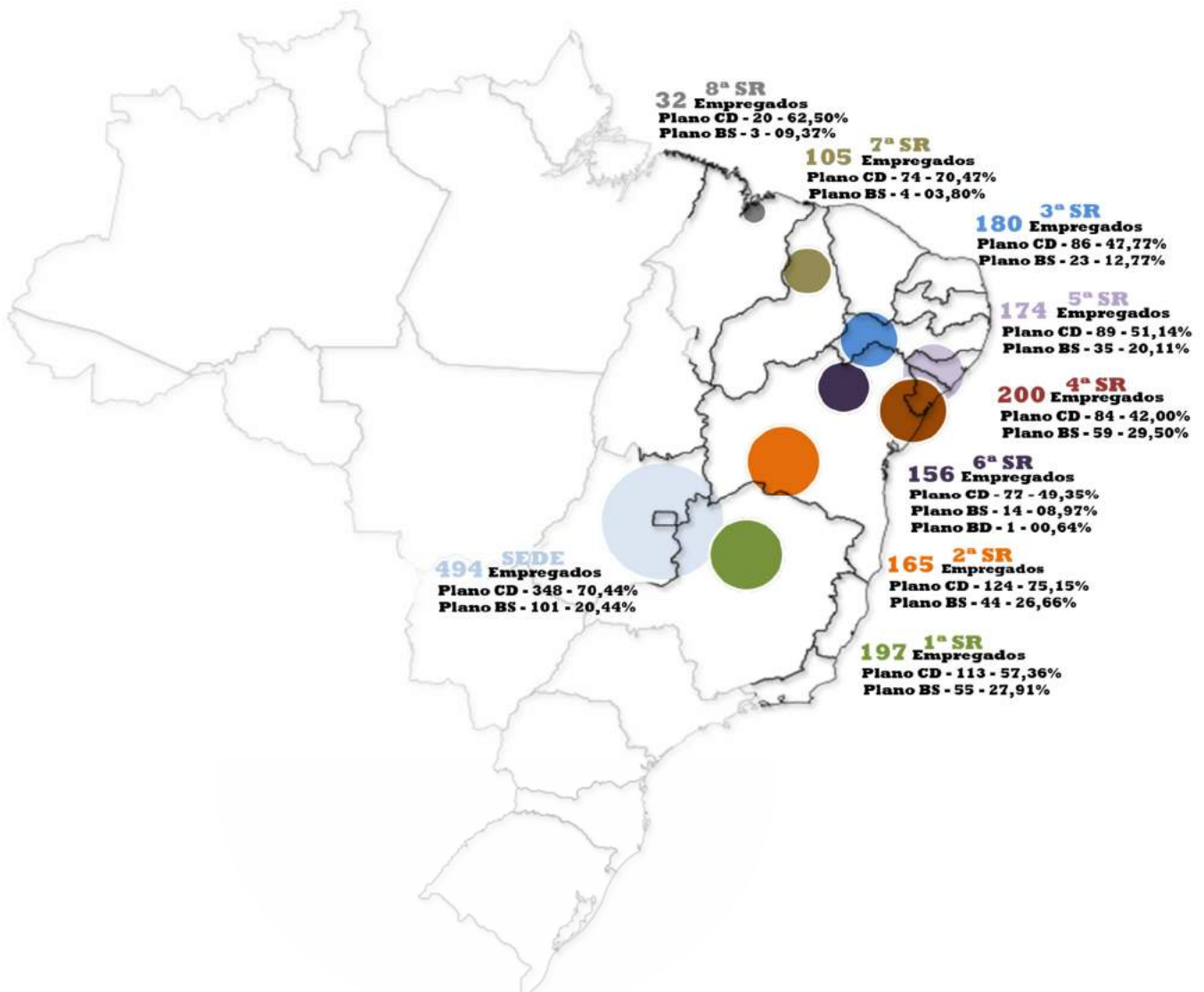


GRÁFICO 3. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE

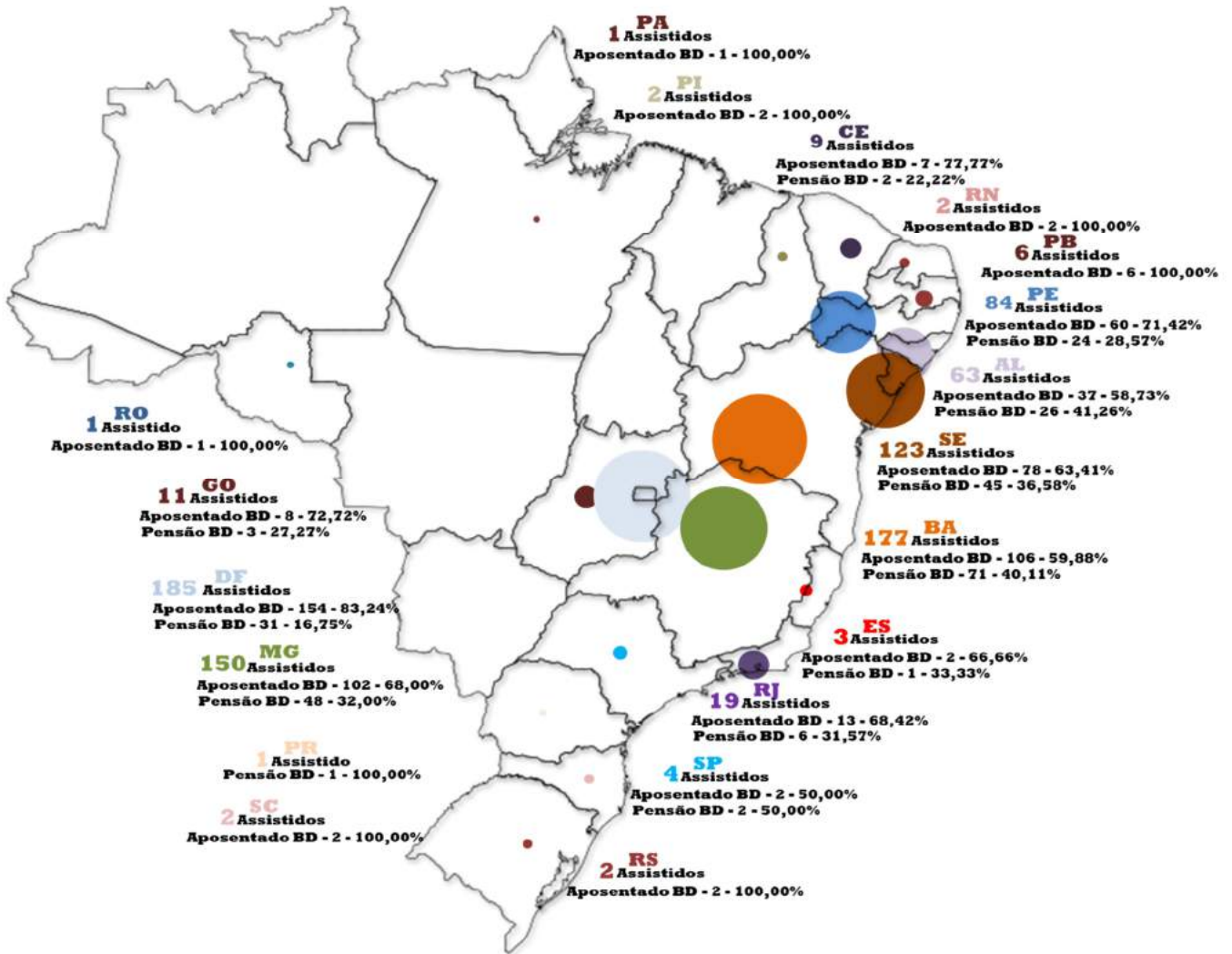
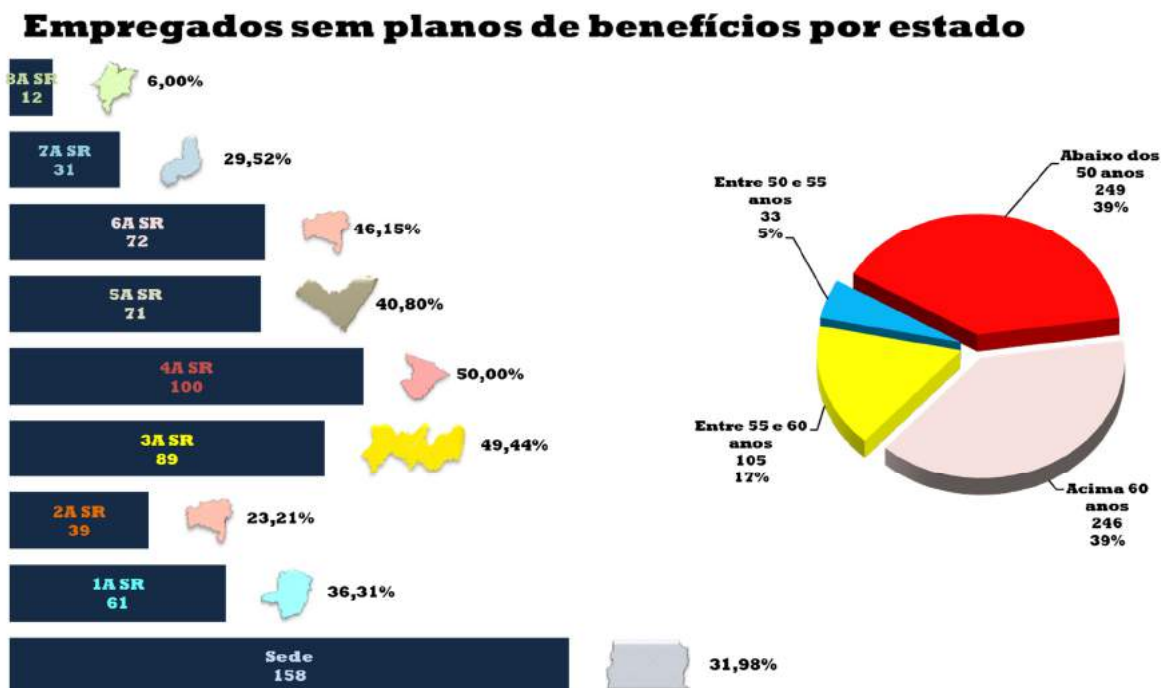


GRÁFICO 4. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR ESTADO



2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

2.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

2.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o 4º trimestre de 2018, encerra-se também o processo eleitoral brasileiro, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PSL) para Presidente da República - período 2019/2022, finalizando um longo período de incertezas eleitorais, imputando ao mercado financeiro e de capitais fortes mudanças de humor do setor empresarial e dos investidores internos e externos. No entanto, todo o processo de otimismo registrado pós-eleição, veio acompanhado de um alerta: é condição “*Sine qua non*” avançar com as reformas estruturais (Previdência e Tributária), buscando a retomada do crescimento econômico, com foco na geração de empregos. Foi sem dúvidas, um ano extremamente desafiador, sem abandonar o processo dinâmico observado em várias áreas, com destaque para a política interna; o econômico e as turbulências externas:

- **Política Interna:** Em 2018 o Brasil foi marcado pelo processo eleitoral nos dois Poderes - Executivo (Presidente e Governos Estaduais) e Legislativo (Câmara e Senado Federal) - para o período 2019/2022. No Legislativo, foi registrado a maior taxa de renovação das últimas décadas. No Senado, apenas 8 das 54 vagas em disputa foram ocupadas por candidatos que disputaram reeleição na votação, isto é, 85% de renovação. Na Câmara, a taxa de renovação ficou em 47%% das cadeiras. A última vez em que a Câmara teve uma renovação tão grande foi em 1994, quando 54,2% dos deputados eleitos eram novos - **Fonte: Câmara dos Deputados;**

- **O econômico:** os agentes dos setores produtivos e de serviços se destacaram em busca da recuperação gradual da economia, envolvendo uma agenda positiva do Governo Federal aliada aos investidores privados, focado na geração de empregos e investimentos diretos na economia, buscando de forma sistemática a reversão do pífio crescimento do PIB de 1,00% registrado em 2017 e o desempenho negativo de 3,80% e 3,60% em 2015 e 2016, respectivamente, porém, bastante engessada pelos eventos alheios à vontade do governo, que tornou-se refém do Poder Legislativo (Câmara e Senado Federal), deixando em segundo plano os projetos no âmbito das reformas estruturais, necessários para a retomada do investimentos federais e privados, prejudicando de forma perversa o processo de crescimento do país. Ao mesmo tempo, ocorria em paralelo a continuação das investigações de corrupção (Operação Lava Jato), que a cada descoberta de desvios de recursos, abalava a confiança dos empresários do setor produtivo em possíveis decisões do governo federal, gerando elevado processo de indecisão dos investidores internos e externos e, por último,

- **As turbulências na economia mundial:** *“No mercado internacional, o ano começou com projeções bastante otimista para a economia dos países do eixo EUA, Europa e Ásia. O crescimento projetado para o PIB global pelo FMI, OCDE alimentavam esta expectativa. No entanto, com o decorrer do ano a situação foi mudando radicalmente e não faltaram eventos importantes para reverter este otimismo”* - **Fonte: Mirae Asset-Wealth Management - CCTVM.** A economia americana continua demonstrando resultados positivos e consistentes com perspectiva de um PIB de 3,10% para 2018 e 2,5% para 2019. No entanto, a China e a Zona do Euro, demonstram números abaixo das perspectivas iniciais.

a) **Fatos relevantes em 2018:**

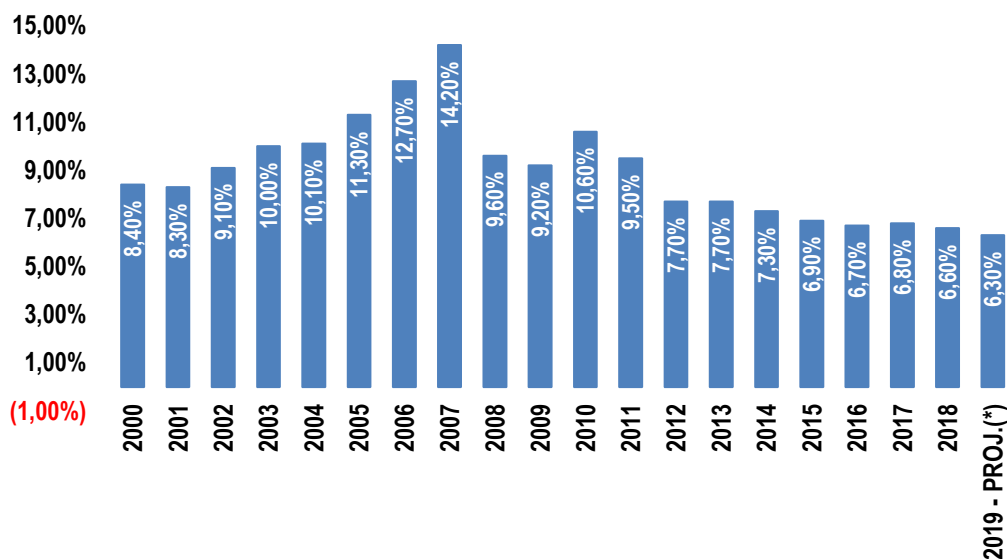
Economia Americana: (i) Crescimento robusto da economia, com PIB anualizado para 2018 em 3,10%; (ii) Elevada geração de emprego, colocando a região em condição de pleno emprego; (iii) A Inflação se manteve comportada e abriu espaço para o Banco Central Americano (FED) acelerar a normalização de taxa de juros, realizando quatro aumentos de taxa no ano; (iv) O Presidente Donald Trump, após êxito em seu programa de redução de impostos, partiu para novos temas polêmicos como a guerra comercial contra outros países, mas com foco principal na China; (v) A preocupante ralação entre Coreia do Norte e EUA terminou com

uma proposta de retirada de armas nucleares daquele país e (vi) No final de dezembro, sem entendimento político, o teto da dívida dos EUA não foi ajustado economia ficou paralisada até o início de 2019 - **Fonte: Mirae Asset-Wealth Management - CCTVM.**

Zona do Euro: “Encerrado o exercício de 2018, a Zona do Euro continua com elevada dificuldade para acelerar seu crescimento econômico. Ciente desse fato, o Banco Central Europeu tem mantida sua política monetária acomodatória e assim deve continuar ao longo de 2019. O mercado também ficará atento ao processo de saída do Reino Unido, o chamado “Brexit”. Espera-se que as duas partes cheguem a um acordo para que o evento não produza sequelas que reverberem ao longo prazo”. Destaca-se ainda como fatos relevantes: (i) Apreensão com a Itália, com o Governo anunciando um déficit fiscal acima do esperado pelo Banco Central Europeu e (ii) O Presidente do Banco Central Europeu (BCE) anunciou o fim dos programas de estímulo e prepara aumento de juros para 2019, mas ainda ameaçado pela fraqueza da recuperação da economia local. A inflação desacelerou em dezembro e atingiu o menor nível desde abril. A inflação ao consumidor (CPI) subiu 1,6% em termos anuais, menor variação desde abril (1,3%). Na margem, o CPI da região se manteve estável após contração de 0,2% em novembro. Em sua composição, o item de energia desacelerou de 9,1% em novembro para 5,4% em dezembro, enquanto a inflação de bens manteve elevação de 0,4% pelo terceiro mês consecutivo. O núcleo da inflação, que exclui os preços de energia e de alimentos, avançou 0,5% na margem e teve crescimento de 1,0% na comparação anual, mesmo resultado registrado no mês anterior” - **Fontes: Kondor - Invest / Carta do Gestor/dezembro de 2018; Mirae Asset-Wealth Management - CCTVM e Informe Econômico - BRAM - Asset Management - 18.01.2019.**

China: Encerrado o quarto trimestre de 2018, confirma-se também as previsões menos otimista de crescimento da China, isto é, um ritmo mais lento e fraco para a segunda maior economia mundial. Apesar do crescimento acima da média global, o resultado confirmou o processo de desaceleração observado ao longo do ano. Em 2018, o PIB da China registrou crescimento de 6,60%, o menor valor em 28 anos, contra 6,80% em 2017 - redução de 0,20 pontos percentuais, dando sinais de enfraquecimento e aumentando de forma elevada as preocupações sobre o risco à economia global. A queda observada acontece sob o peso do enfraquecimento da demanda doméstica e das tarifas dos Estados Unidos, pressionando Pequim a adotar mais medidas de estímulo para evitar uma desaceleração mais acentuada. Com o resultado final de 2018 e as recentes restrições geradas a partir da guerra comercial criada pelo Governo americano para os produtos chineses, ainda sem solução no curto prazo, o mercado projeta o crescimento do PIB da China para 2019 em 6,30% - **Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas - ONE- Site G1.** Abaixo gráfico com o comportamento do PIB Chinês no período de 2000 a 2018, seguida da projeção para 2019:

GRÁFICO 5. COMPORTAMENTO DO PIB DA CHINA - % - 2000 / 2018



b) Economia Brasileira:

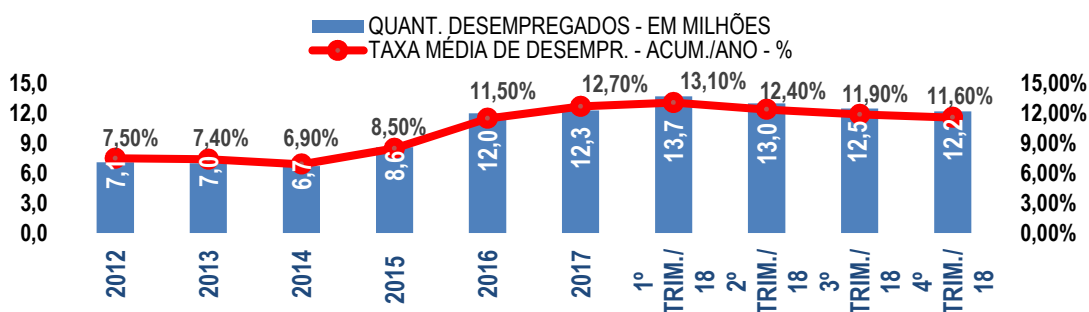
No Brasil o ano de 2018 ficou marcado pelo processo político, conforme já comentado, aliada às eleições Presidencial; Governos Estaduais e o Congresso Nacional (Deputados e Senadores) para o período 2019/2022. Neste interim, a economia seguiu engessada, com ocorrência de eventos como: A Greve dos Caminhoneiros; Copa do Mundo; Prisões de Políticos (Destaque para o ex-presidente Lula); o elevado número de desempregados e ao seu final o processo eleitoral que levou o candidato de direita Jair Bolsonaro a ganhar o espaço, antes pertencente à esquerda (PT).

Destaca-se ainda, a fraqueza do governo Temer, que após o escândalo do evento JBS ocorrido em 2017 não conseguiu dar andamento a etapas importantes, como a Reforma da Previdência. Ademais, a atividade econômica ficou aquém do que o mercado esperava. Como aspecto positivo o mercado comemorou os níveis comportados de inflação, o que levou o Banco Central a manter a Taxa Básica de Juros da Economia - Selic em 6,50% ao ano.

Mais uma vez, as Contas Públicas Consolidadas do país – Caixa do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) encerrou o exercício de 2018 com Déficit primário de R\$ 120,3 bilhões, equivalentes a 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos reais, o resultado do ano é 3,2% menor que o valor registrado em 2017, quando o déficit foi de R\$ 124,4 bilhões em valores nominais, ou seja, sem atualização pela inflação. A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 3,695 trilhões em dezembro de 2018, o que correspondeu a 53,8% do PIB, expansão de 0,4 ponto percentual em relação a novembro. Em dezembro, a dívida bruta - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 5,272 trilhões ou 76,7% do PIB, com redução de 0,6 ponto percentual na comparação com novembro – **Fonte: Agência Brasil - EBC - 29.01.2019.**

A **Taxa de Desemprego** no Brasil no encerramento de 2018 atingiu 11,60% no trimestre móvel encerrado em dezembro, contra 11,90% alcançada no trimestre julho a setembro de 2018, registrando uma queda de 0,3 ponto percentual. Segundo o IBGE, o número de desempregados foi de 12,2 milhões de pessoas, contra 12,5 milhões registrados no 3º trimestre de 2018, queda de 2,4%, isto é, menos 297 mil pessoas. Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (12,3 milhões), o indicador demonstra que houve estabilidade. Entre 2012 e 2018, o contingente passou de 7,1 para 12,2 milhões de pessoas (5,1 milhões de pessoas na busca de empregos), ou seja, alta de 71,83% - **Fonte: IBGE.**

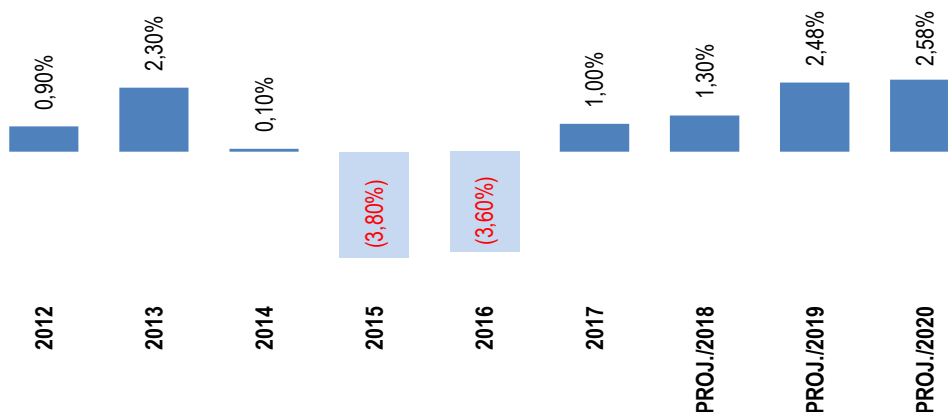
GRÁFICO 6. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS



A **Indústria Brasileira**: A produção Industrial brasileira registrou alta de 0,2% em dezembro, na comparação com novembro. Com isso, a indústria brasileira acumulou no ano crescimento de 1,1%, o que representa uma desaceleração significativa frente a 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos consecutivos de taxas negativas. Foi o pior resultado para o mês de dezembro desde 2015 (-1,9%), na comparação com o mês imediatamente anterior, segundo a série histórica da pesquisa. Na comparação com dezembro de 2017, o Setor Industrial registrou queda de 3,6%, também o pior resultado interanual para o mês desde 2015 (-12%), o que reforça a leitura de que a recuperação do setor segue frágil e em ritmo lento - **Fonte: IBGE - 01.02.2019.**

Os dados divulgados pelo Banco Central – FOCUS – Relatório de Mercado (15.02.2019), a mediana do mercado para o crescimento da economia brasileira caiu às projeções para 2018. A expansão de 1,34% inicialmente prevista no decorrer do 3º trimestre, espera agora avanço de 1,30% no Produto Interno Bruto (PIB). Para o exercício de 2019 e 2020, a expectativa reduziu de 3,00% para 2,38% e 2,58%, respectivamente.

GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2020



2.1.2 Perspectivas para 2019:

Para o exercício de 2019, o cenário inicia-se influenciado diretamente pelas incertezas que rondaram e abalaram o humor dos agentes do mercado financeiro e de capitais ao longo de 2018.

- **EUA:** A administração do Presidente Donald Trump continuará de forma contundente no radar dos agentes econômicos, com destaque para: (i) **O Muro na Fronteira do México:** As discussões e a geração de conflitos entre o Governo e os deputados de oposição acerca da verba para construção do muro na fronteira com o México que acabaram por levar o Presidente da maior economia do mundo a não assinar o orçamento aprovado pelo Congresso, gerando o mais longo “Shutdown” de sua história (paralisação do governo e isso ocorre porque o orçamento do atual ano fiscal não foi aprovado), gerando um imbróglio político, sem solução no curto prazo, podendo afetar o desempenho econômico de 2019 naquele país e (ii) **A Guerra Comercial entre EUA e a China:** outro foco de atenção para 2019 continua sendo o desempenho da economia chinesa, a segunda maior do mundo. O país já vinha apresentando redução no seu ritmo de crescimento quando o governo norte-americano desencadeou a chamada “Guerra Comercial”, elevando acentuadamente as tarifas sobre a maior parte das exportações da China para o mercado dos Estados Unidos. Em meados de março o tema voltará a ser discutido pelas duas potências mundiais, caso não tenha sido encontrado um acordo amigável. A redução do crescimento da China poderá afetar os preços das matérias primas, impactando boa parte das economias emergentes que dependem de suas exportações. Além disso, significará menor crescimento global. Todos esses itens acima descritos, prendem-se à preocupação com o processo de uma possível recessão americana, dado que em 2020, as decisões de afrouxamento fiscal implementado pelo Presidente Donald Trump serão finalizadas.

- **Zona do Euro:** As perspectivas para a Zona do Euro em 2019, não se vislumbra nada de diferente no decorrer dos primeiros meses do ano, dado que a região continuará em dificuldades para acelerar o seu crescimento econômico. O mercado continua com os olhos no cenário macro da região, haja vista as decisões nada fáceis em relação a saída do Reino Unido, o chamado “Brexit”, com destaque para as difíceis decisões em relação a fronteira entre as duas Irlandas: A Irlanda do Norte constitui parte do reino Unido, enquanto a Irlanda, nação independente e membro da União Europeia. Por outro lado, os países da região apresentam elevado grau de endividamento, como no caso da Itália. Diante desses fatos, o Banco Central Europeu (BCE) tem mantida sua política monetária de acomodação e assim deve continuar ao longo de 2019.

- **China:** “Para o exercício de 2019, a China deve se preparar para enfrentar dificuldades econômicas, segundo informações do premiê daquele país (primeiro-ministro Li Keqiang, noticiado na Rádio Estatal), uma vez que a economia vem sofrendo cada vez mais pressão. Neste processo, o país busca manter o crescimento econômico dentro de um intervalo razoável em 2019, acrescentando que o governo vai aumentar os investimentos em serviços e infraestrutura e expandir o consumo” - **Fonte: Site - Terra- Economia - 16.01.2019**. As expectativas iniciais da China indicam uma queda na economia, com projeções do PIB para 2019 apontando um patamar abaixo de 6,50% registrado em 2018 e devendo aos desdobramentos da guerra comercial com os EUA.

✓ **Cenário Brasileiro:**

- **Política:** As perspectivas para 2019 do mercado, de olhos nos principais formadores de opinião, se voltam para o processo de renovação das casas legislativas brasileira - Senado e Câmara Federal: de cada quatro senadores que tentaram a reeleição em 2018, três não conseguiram. Essa estatística marca a eleição surpreendente da história recente do Senado Federal. No total de 54 vagas em disputa, 46 serão ocupadas a partir de 01.02.2019 por novos nomes, isto é, uma renovação de 85%. Na Câmara dos Deputados, a renovação ficou em 47%. A última vez em que a Câmara teve uma renovação tão alta foi em 1994, quando 54,2% dos Deputados eleitos eram novos. O mercado não espera um céu de brigadeiros no decorrer de 2019 para o Executivo, quando o mesmo deverá compor a sua base política para aprovação das reformas, tendo como carro chefe as Reformas Previdenciária e Tributária.

- **Mercado Financeiro e de Capitais:** Na economia doméstica, os próximos 100 (cem) primeiros dias do Governo Jair Bolsonaro e sua equipe econômica serão fundamentais para o Mercado Financeiro e de Capitais, focado na agenda positiva nas reformas da Previdência e Tributária. Inicialmente a expectativa do mercado é que o Banco Central diante do quadro de recuperação gradativa da economia, projeta-se que a inflação medida pelo IPCA encerre o ano de 2019 com variação de 4,01%, portanto, baixo do centro da meta (4,50%) mantendo a taxa de juros estável em 6,50% a.a. podendo alçar 7,00% a.a. - **Fonte: FOCUS – Relatório de Mercado 18.01.2019**. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, encontra-se bastante otimista e transmite aos investidores internos e externo a intenção de reduzir a carga tributária para as empresas de 34% para 15%. Para isso, fará possíveis compensações com outras taxas, como juros sobre capital próprio e dividendos, visando o mercado interno e os investidores externos, com menos impostos, segurança jurídica e geração de empregos. Nesse período, devemos observar elevada volatilidade no mercado financeiro e de capitais, com olhos nas próximas reuniões do COPOM ancoradas nas expectativas inflacionárias e as incertezas da economia global.

Por outro lado, enquanto o mercado internacional ameaça desaceleração nas suas atividades, a visão do Brasil é de que a nossa economia vai crescer com o novo governo. Mas, fica claro e evidenciado que não ficaremos imunes à uma contaminação em caso de se confirmar uma piora do quadro econômico mundial. Apesar do alívio produzido pela vitória do candidato mais afinado com as necessidades de reformas do país, os agentes econômicos permanecem apreensivos com a formação do novo governo. Temos ainda vários fatores negativos que giram contra o processo de crescimento: (i) Elevado nível de desemprego - 11,60% em 2018, com uma massa de 12,2 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho; (ii) Elevada capacidade ociosa das empresas; (iii) elevada dívida interna e (iv) Elevada Inadimplência. Para 2019, com a definição da eleição presidencial e o novo elenco político que irá atuar nas bancadas do Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal), as expectativas estão melhorando, o que pode ser observado nos indicadores de confiança do empresário e dos consumidores. Por outro lado, é condição indiscutível os desafios para o Governo Federal já no primeiro semestre de 2019, para que a economia inicie verdadeiro processo de recuperação: (a) Aprovação da Reforma da Previdência, com objetivo de iniciar o saneamento do rombo nas “Contas Públicas; (b) atrair novos investidores internos e externos e (c) tentar diminuir o impacto de uma possível crise externa na economia brasileira - **Fontes de Pesquisa: BACEN; IBGE; Mirae Asset - CCTVM e Kondor - Carta do Gestor/ Dezembro de 2018**.

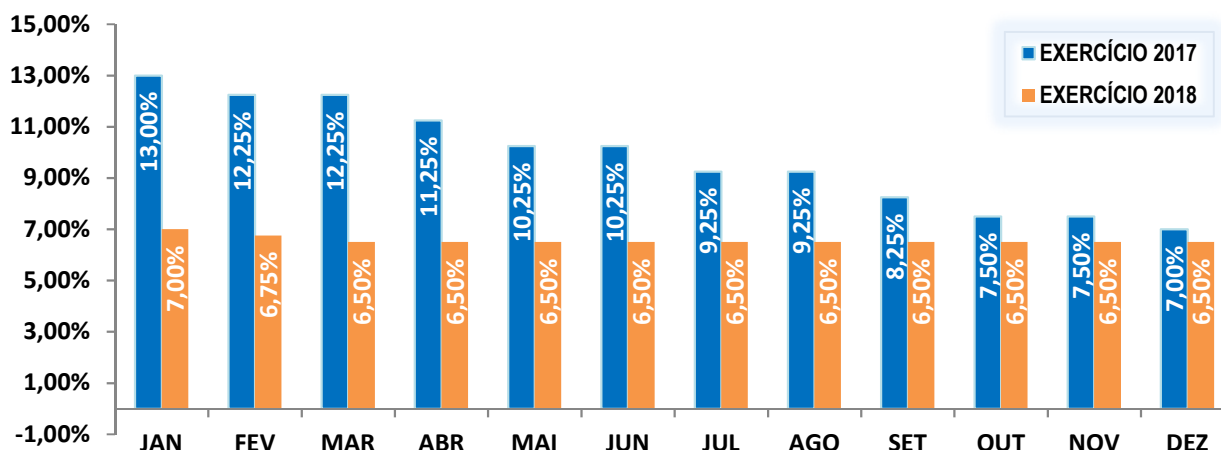
2.1.3 Variáveis Macroeconômicas Internas

2.1.3.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião realizada no 4º Trimestre de 2018, nos dias 11 e 12 de dezembro, decidiu pela sexta vez manter a Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC em 6,50% a.a. A decisão já era esperada pelo mercado financeiro, sem viés.

“Os indicadores recentes da atividade econômica continuam evidenciando recuperação gradual da economia brasileira. O cenário externo permanece desafiador para as economias emergentes. Os principais riscos estão associados ao aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais, à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global. O COPOM avalia que diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis apropriados ou confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. As expectativas de inflação para 2018, 2019 e 2020 apuradas pela pesquisa FOCUS encontram-se em torno de 3,70%; 4,10% e 3,00%, respectivamente. As expectativas para 2021 encontram-se em torno de 3,75% e o cenário com trajetórias para as taxas de juros e câmbio extraídas pela pesquisa FOCUS, as projeções do COPOM situam-se em torno de 3,70% para 2018; 3,90% para 2019 e 3,60% para 2020. Esse cenário supõe trajetória de juros que encerra 2018 em 6,50% a.a., se eleva a 7,50% a.a. em 2019 e atinge 8,00% a.a. em 2020. Também supõe trajetória para a taxa de câmbio que termina 2018 em R\$/US\$ 3,78 e tanto para 2019 quanto 2020 em R\$/US\$ 3,80. No cenário com juros constantes a 6,50% a.a. e a taxa de câmbio constante a R\$/US\$ 3,85”. - Fonte: Corretora Concórdia - 1.12.2018.

GRÁFICO 8. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2017 X 2018

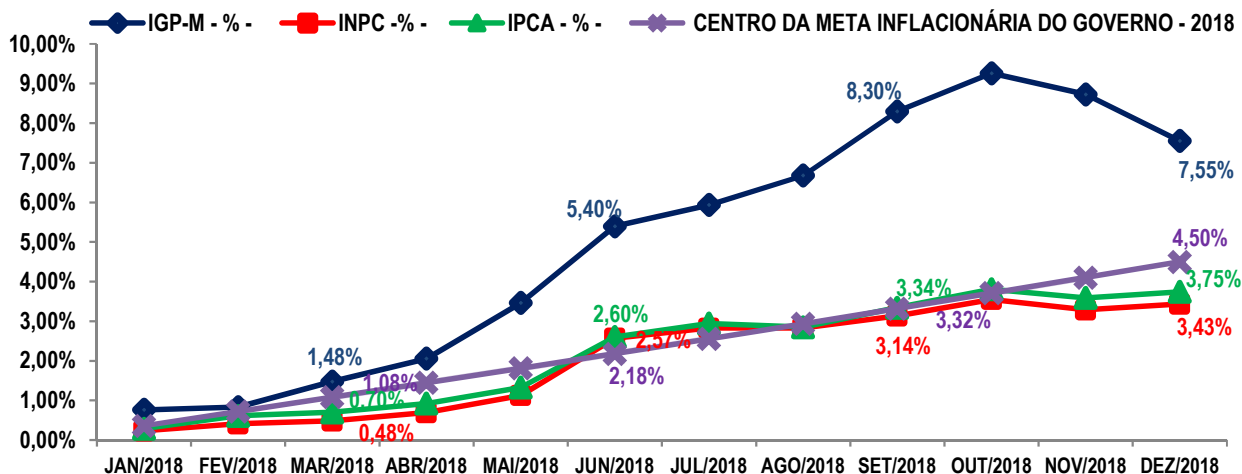


2.1.3.2 Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal) foi positivo em 0,15% em dezembro de 2018, contra uma taxa positiva de 0,44% registrada em dezembro de 2017. Com este resultado, a inflação oficial acumulada no ano de 2018 foi de 3,75% - contra 2,95% registrados em 2017. O resultado encontra-se dentro do limite da meta do Governo Federal, de manter a Inflação em 4,50% a.a., com uma tolerância de 1,50 ponto para cima ou para baixo, ou seja, pode variar entre 3% e 6%. A principal influência sobre a inflação de dezembro foram os alimentos e bebidas (0,44%), responsáveis por quase $\frac{3}{4}$ do índice do mês. Segundo o Instituto houve queda nos preços de transportes (-0,54) e habitação (-0,15%) - **Fonte IBGE.**

De acordo com as previsões do BACEN (**Focus - Relatório de Mercado - 28.12.2018**), a inflação para 2018 projetava 3,69%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50%) e do teto da meta (6,00%), porém, acima do piso de 3,00% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

GRÁFICO 9. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS



Observa-se que encerrado o 4º trimestre 2018, as variações dos índices, INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), praticamente inexistem. Como se observa no gráfico, as curvas deixam visível seus comportamentos, o IPCA acumulou alta de 3,75%, onde se encontram atrelados os Títulos Públicos, contra o INPC que atingiu 3,43%, no caso, uma diferença a favor do IPCA em 0,32 pontos percentuais acima da variação do INPC.

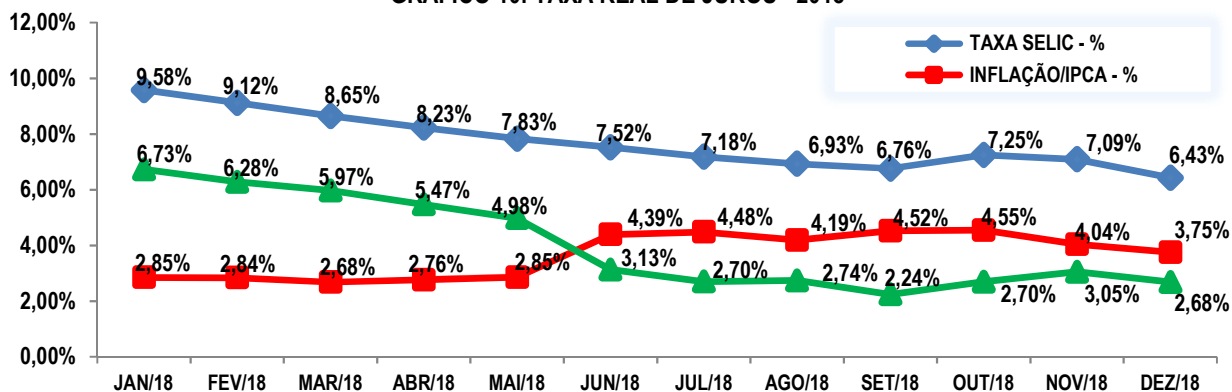
2.1.3.3 Taxa Real de Juros – 2018

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua última reunião realizada no 4º Trimestre de 2018, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2018, a Autoridade Monetária (BACEN) decidiu por unanimidade manter a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic em 6,50% a.a. pela sexta vez no ano. Para o COPOM os indicadores recentes da atividade econômica continuam evidenciando recuperação gradual da economia brasileira. O cenário externo continua desafiador para as economias emergentes. Os principais riscos estão associados ao aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais, à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global.

As expectativas de inflação para 2019 e 2020 apuradas pela pesquisa FOCUS (04.01.2019) encontram-se em torno de 4,01% e 4,00%, respectivamente. Quanto ao cenário com a trajetória de juros extraídas da pesquisa FOCUS, as projeções do situam-se em 2019 em torno de 7,00% a.a. e 2020 em torno 8,00% a.a. e a taxa de câmbio (R\$/US\$) para 2019 quanto 2020 em 3,80.

Descontando a Taxa de Juros (Selic) dos últimos 12 meses média móvel (6,43%) da Inflação de 12 meses (3,75%), os juros reais no Brasil se situaram no encerramento de 2018 em 2,68%, conforme demonstrado no Gráfico a seguir:

GRÁFICO 10. TAXA REAL DE JUROS - 2018

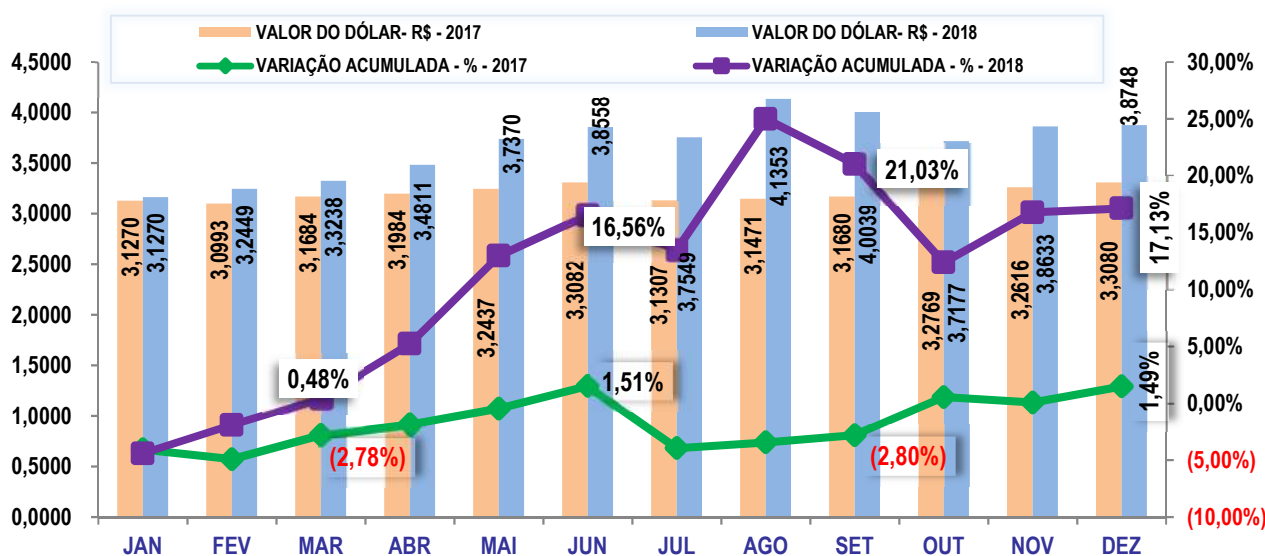


2.1.3.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 4º trimestre de 2018 valendo R\$ 3,8748 contra R\$ 4,0039 no 3º trimestre 2018, registrando queda 3,22% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou alta acumulada no ano de 17,13%, ante valorização de 1,49% no mesmo período de 2017.

Em 2018 vários fatores influenciaram a alta do dólar, com destaque para - (i) O processo indicativo do FED (Banco Central Americano) sobre o rumo dos juros praticados nos Estados Unidos: O ano foi marcado por expectativas dos investidores quanto a trajetória dos juros na maior economia do mundo. Todo o processo se acentuou após o FED indicar duas altas previstas para o ano de 2019 e não três como o mercado vinha sinalizando. Todo o processo de estresse presenciado no decorrer de 2018, foi motivado pelas expectativas no processo de alta dos juros no mercado americano, tornando aquele país mais atraente para os potenciais investidores que alocam seus recursos em outros mercados, como o Brasil, causando, assim, a tendência de alta do dólar em relação ao real. Em dezembro, o FED confirmou as expectativas do mercado e aumentou os juros pela quarta vez no ano e a nona desde que iniciou o atual aperto monetário em dezembro de 2015 em 0,25 ponto percentual, com **taxa-alvo entre 2,25% e 2,50%**, visando retirar os estímulos implementados para a economia reagir aos desdobramentos da crise financeira de 2008; (ii) A Guerra Comercial entre Estados Unidos e China: Outro fator extremamente importante e estressante para o mercado, foram as preocupações dos potenciais investidores sobre a economia global, especialmente em relação aos Estados Unidos e sua disputa comercial com a China, gerando incertezas sobre os impactos que causariam a economia global, influenciando de forma direta os negócios no mundo, incluindo-se aí a Bolsa de Valores brasileira e (iii) Troca de Governo no Brasil: Internamente a volatilidade do câmbio recaiu diretamente sobre as expectativas do novo governo, possibilitando a aprovação das reformas econômicas, com objetivo de viabilizar o crescimento do país e retomada da geração de emprego.

GRÁFICO 11. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2017 X 2018



2.1.3.5 Indicadores Financeiros – 2018
TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018

ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2017	VARIÇÕES NOMINAIS - 2018												NOMINAL NO ANO
		jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	
IBOVESPA	26,84%	11,14%	0,52%	0,01%	0,88%	(10,87%)	(5,20%)	8,88%	(3,21%)	3,48%	10,19%	2,38%	(1,81%)	15,04%
IBrX-50	26,83%	11,71%	0,43%	0,06%	0,63%	(10,88%)	(5,30%)	8,91%	(3,08%)	3,73%	9,71%	2,15%	(2,11%)	14,52%
IBrX-50 ACUMULADO	26,83%	11,71%	12,19%	12,26%	12,96%	0,67%	(4,66%)	3,83%	0,64%	4,39%	14,53%	16,99%	14,52%	14,52%
US\$ (PTAX) %	1,49%	(4,40%)	2,61%	2,43%	4,73%	7,35%	3,18%	(2,62%)	10,13%	(3,18%)	(7,15%)	3,92%	0,30%	17,13%
CDI	9,93%	0,58%	0,46%	0,53%	0,52%	0,52%	0,52%	0,54%	0,57%	0,47%	0,54%	0,49%	0,49%	6,41%
CDI ACUMULADO	9,93%	0,58%	1,04%	1,58%	2,11%	2,64%	3,17%	3,73%	4,32%	4,81%	5,37%	5,89%	6,41%	6,41%
TAXA SELIC	9,95%	0,58%	0,47%	0,53%	0,52%	0,52%	0,52%	0,54%	0,57%	0,47%	0,54%	0,49%	0,49%	6,42%
POUPANÇA	6,61%	0,40%	0,40%	0,39%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	4,62%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2018												
IGP-M (FGV)	(0,53%)	0,76%	0,07%	0,64%	0,57%	1,38%	1,87%	0,51%	0,70%	1,52%	0,89%	(0,49%)	(1,08%)	7,55%
IGP-DI (FGV)	(0,43%)	0,58%	0,15%	0,56%	0,93%	1,64%	1,48%	0,44%	0,68%	1,79%	0,26%	(1,14%)	(0,45%)	7,10%
INPC (IBGE)	2,07%	0,23%	0,18%	0,07%	0,21%	0,43%	1,43%	0,25%	0,00%	0,30%	0,40%	(0,25%)	0,14%	3,43%
IPC-SP (FIPE)	2,28%	0,46%	(0,42%)	0,00%	(0,03%)	0,19%	1,01%	0,23%	0,41%	0,39%	0,48%	0,15%	0,09%	2,99%
IPCA (IBGE)	2,90%	0,29%	0,32%	0,09%	0,22%	0,40%	1,26%	0,33%	(0,09%)	0,48%	0,45%	(0,21%)	0,15%	3,75%
META ATUARIAL (*)	7,31%	0,66%	0,63%	0,58%	0,47%	0,61%	0,83%	1,84%	0,65%	0,40%	0,70%	0,80%	0,15%	8,63%
TAXA INDICATIVA (**)	5,64%	0,52%	0,47%	0,36%	0,50%	0,72%	1,72%	0,54%	0,29%	0,59%	0,69%	0,04%	0,43%	7,05%
REFERÊNCIA (***)	7,44%	0,63%	0,58%	0,47%	0,61%	0,83%	1,84%	0,65%	0,40%	0,70%	0,80%	0,15%	0,54%	8,50%
META ACUMULADA	-	0,66%	1,30%	1,88%	2,36%	2,99%	3,84%	5,75%	6,44%	6,86%	7,61%	8,47%	8,63%	-
TAXA INDICATIVA ACUMULADA	-	0,52%	0,99%	1,35%	1,85%	2,58%	4,35%	4,91%	5,21%	5,83%	6,56%	6,60%	7,05%	-
REFERÊNCIA ACUMULADA	-	0,63%	1,21%	1,69%	2,31%	3,16%	5,05%	5,74%	6,16%	6,90%	7,76%	7,92%	8,50%	-
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,3080	3,1624	3,2449	3,3238	3,4811	3,7370	3,8558	3,7549	4,1353	4,0039	3,7177	3,8633	3,8748	-

(*) INPC (com defasagem) + 4,90% a.a.

(**) INPC+3,5% a.a.

(***) INPC (sem defasagem) +4,90% a.a.

Encerrado o 4º trimestre, na tabela acima - Indicadores Econômico-Financeiros - chama-se a atenção a alta de 9,70% do mercado acionário no período, medida pelo IBrX-50, revertendo o desempenho negativo de 15,07% registrada no 2º trimestre, bem como a volatilidade registrada no período eleitoral. Com este resultado, o mercado acionário acumulou no ano alta de 14,52%, contra alta de 26,83% registrada no mesmo período de 2017. Apesar de positivo, o mercado experimentou no decorrer dos últimos doze meses elevada volatilidade, motivada diretamente pelo desmonte do crescimento projetado para a economia brasileira, aliada aos fatores externos, com destaque para as barreiras comerciais adotadas pelo Governo Donald Trump, em relação a diversas economias, mas, fundamentalmente, em relação à economia da China, essa guerra comercial colheu com elevada força os países emergentes. Em outra vertente viu-se o real ser desvalorizado, tendo a cotação do dólar apresentado variação positiva acumulada no ano de 17,13%, contra uma alta de 1,49% no mesmo período de 2017, com a moeda americana valendo R\$/US\$ 3,8748.

2.2 MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:

Este tópico visa apresentar o comportamento dos Segmentos nos quais mais de um plano investe no mesmo veículo.

A avaliação da performance do ativo (veículo), independente da data de aplicação, se torna vital, pois, há divergência de rentabilidade entre a performance do veículo e da aplicação. Isso ocorre devido ao momento do investimento, ou seja, se um Plano aporta recursos depois de um processo de alta, sua rentabilidade será superior à do outro Plano que aportou recursos no momento da alta. Assim, neste capítulo, onde se apontam os aspectos gerais, identifica-se a performance do veículo, enquanto em cada Plano se avaliará a performance da aplicação. Se não houver aplicação e ou resgate no intervalo de tempo selecionado, somente nesse caso, a rentabilidade do veículo e da aplicação nos planos será a mesma.

Importante salientar ainda que o desmembramento por segmento é uma forma mais didática, além de preservar a coerência com a apresentação dos tópicos nos planos, portanto, a apresentação na forma aqui declinada não se reveste de abordagem obrigatória.

2.2.1 Renda Fixa

Encerrado o 4º trimestre, o mercado de Renda Fixa deparou sistematicamente com a esperada volatilidade no comportamento das taxas de juros, motivada pelas incertezas geradas pelo segundo turno da eleição Presidencial, culminando com a vitória do candidato da direita (PSL), Jair Messias Bolsonaro.

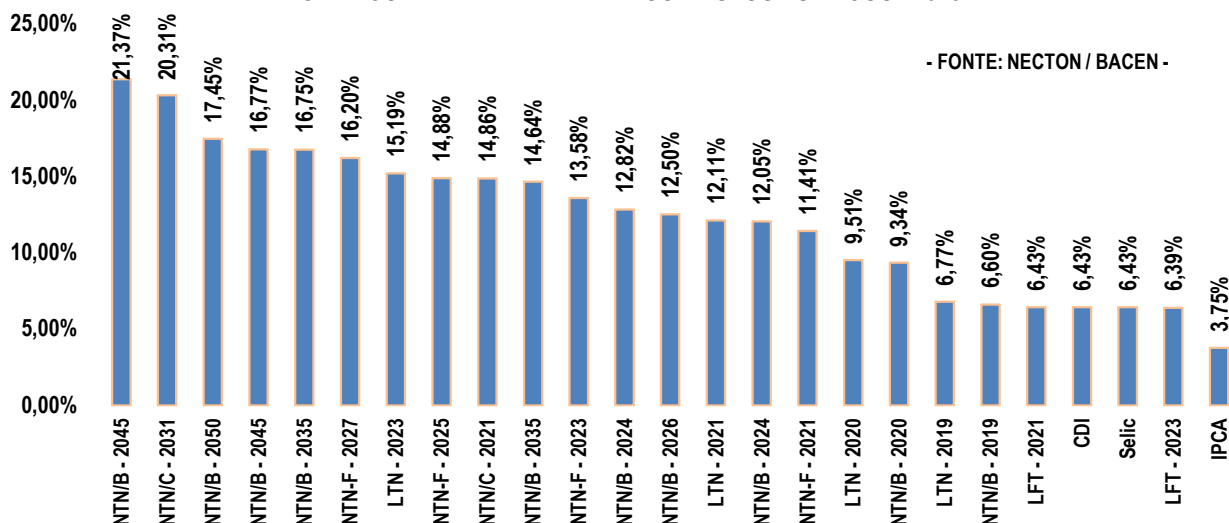
A expectativa do mercado tornou-se cada dia mais sensível às incertezas políticas, na medida em que se desenrolavam os primeiros movimentos após a vitória da direita (PSL), gerando grandes expectativas, motivada pelo processo de formação da equipe econômica, na qual, o Presidente vitorioso afastava todo o processo político na formação do seu ministério, optando estritamente pela condição técnica dos futuros comandantes das pastas.

A **Taxa Básica de Juros da Economia - Selic**, balizadora da taxa de captação dos bancos e responsável direta pela remuneração dos Investidores, encerrou o quarto trimestre estável, fechando em 6,50% a.a. o menor patamar da história - contra 7,00% a.a. registrada em dezembro de 2017, sendo mantida pelo COPOM na última reunião do ano, que ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro. Assim, os Títulos Públicos (Risco Soberano), acredita-se, não proporcionarão doravante conforto aos Gestores, e imputarão às carteiras elevada volatilidade.

Os índices de inflação medidos pelo INPC e IPCA continuaram em 2018 a registrar elevada ruptura, demonstrando que a queda vertiginosa da inflação observada em 2017, continuou num canal de baixa até março de 2018, contribuindo diretamente para a queda nominal da Selic, revertendo todo o processo a partir de abril, direcionando no encerramento do 4º trimestre para um canal de alta bastante definida, encerrando a inflação oficial anual (IPCA) em 3,75% contra 2,95% registrados em 2017, isto é, uma alta de 0,80 pontos-base. Neste contexto, as taxas de juros da Carteira de NTN's dos Planos administrados pela Fundação não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra.

Em estudos apresentados pela NECTON, entenderam que - “apesar de a SELIC ter passado 2018 nos seus menores patamares históricos, até que o ano de 2018 não foi ruim para a renda fixa. Ao menos não de um ponto de vista menos conservador. Ainda que já tenha sido melhor em outros tempos, a rentabilidade dos Títulos Públicos foi formidável, especialmente se considerarmos os altos e os baixos do ano. O investimento mais rentável de 2018 foi justamente um título público, se levarmos em conta apenas ativos isolados e os índices que servem de referência para o investidor - isto é, desconsiderando fundos de investimentos e títulos de Renda Fixa privada específicos”.

GRÁFICO 12. RENTABILIDADE DOS TÍTULOS PÚBLICOS - 2018

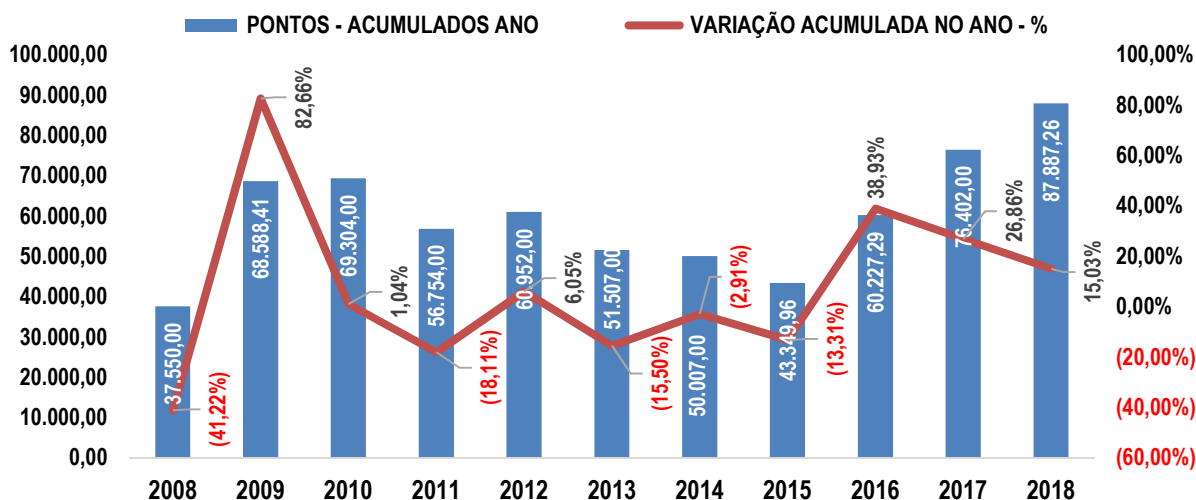


2.2.2 Renda Variável

Em que pese o fraco desempenho da Bolsa de Valores no decorrer do mês de dezembro, com queda de 2,11% e 1,81%, medida pelo IBrX-50 e Ibovespa, respectivamente, o mercado acionário encerrou o 4º trimestre marcado, mais uma vez, por intensas oscilações, afetado, igualmente, pelos motivos já declinados, na abordagem ao segmento de Renda Fixa. Com este resultado o mercado acionário encerrou o ano acumulando alta de 14,53% e 15,03%, medido pelos Índices IBrX-50 e Ibovespa, respectivamente, com destaque para os meses de janeiro, julho e outubro, com alta acentuada registrada nos principais papéis que compõem os índices de referência, bem como a queda da inflação, redução da Selic e as boas perspectivas com o novo governo no que tange às reformas estruturais (Previdência e Tributária).

Nesse contexto, apresentamos a seguir, o Gráfico com o comportamento do mercado acionário no decorrer dos últimos 10 (dez) anos, medido pelo Índice da Bolsa de Valores de São Paulo IBOVESPA, com alta acumulada no período e 134%, contra um CDI de 196,54% no mesmo período:

GRÁFICO 13. COMPORAMENTO DA BOLSA DE VALORES NO PERÍODO DE 2008 A 2018



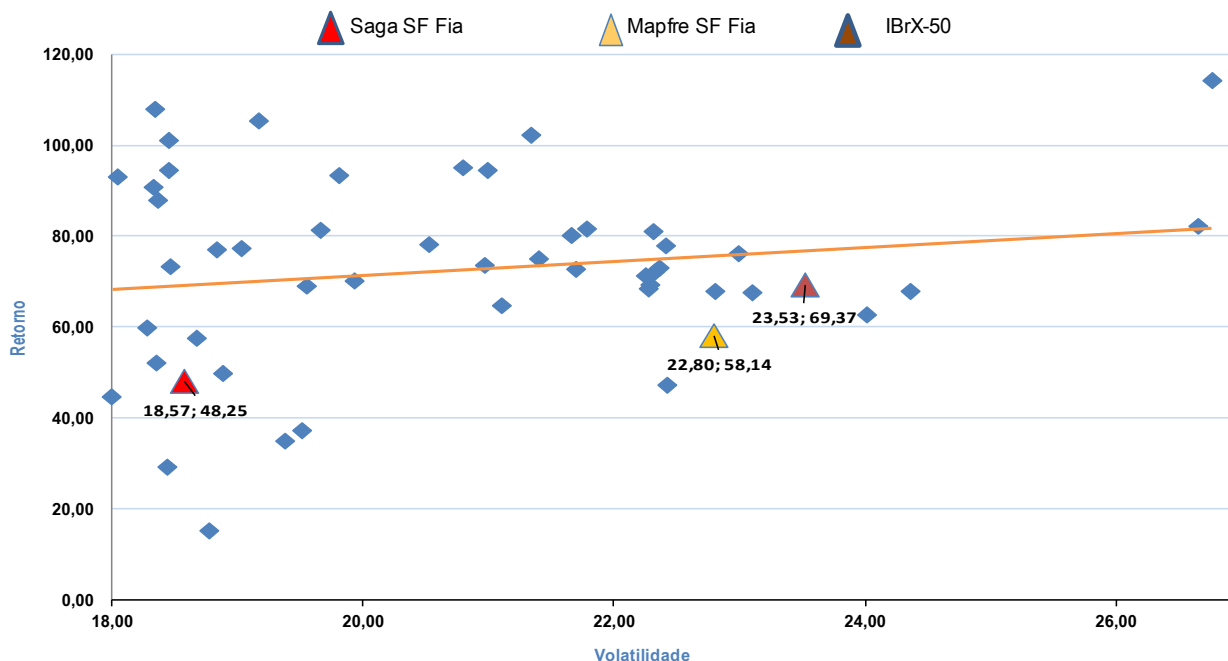
2.2.2.1 Análise dos Fundos de Investimentos em Ações – FIA’s – Alocados

Estão alocados nesses fundos recursos dos Planos I/BD; Codeprev e III/BSaldado. Para se proceder a avaliação mais acurada dos resultados produzidas pelas gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de **30 de maio de 2014 à 31 de dezembro de 2018**, depois, foram aplicados os seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 25,0 e R\$ 95,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução Nº 4.661; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA’s e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrX-50, principal **benchmark dos Fundos Exclusivos** da Fundação.

Utilizando a base de dados disponibilizados pela Economática, com os citados filtros, foi possível selecionar 50 (cinquenta) Fundos, contidos ao mesmo tempo, com as características definidas pelos filtros. Depois, sobre a base, foram apurados os indicadores de desempenho mais empregados no mercado, resultando numa amostra classificada.

Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os Gestores, Administradores e Custodiante estejam fora do mesmo grupo econômico, como determinou a PREVIC em fiscalização realizada na Fundação. Parte considerável do desempenho dos fundos investidos é consumido pelo custo mais elevado imposta pela segregação das citadas entidades, aliás, informação essa já dada ao citado órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, portanto, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao *benchmark*, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.

GRÁFICO 14. DISPERSÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A DEZEMBRO 2018

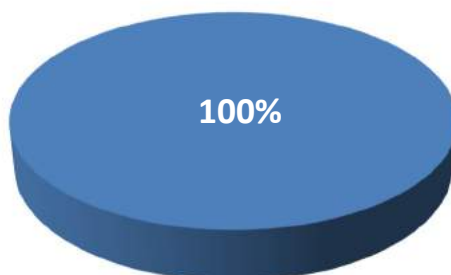


Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente às melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o **Saga SF FIA** apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 18,57% de retorno e volatilidade de 48,25%; o **Mapfre SF** com rentabilidade de 22,80% e volatilidade de 58,11% e o **IBrx-50** desempenho de 23,53% e volatilidade de 69,37%.

Nenhum dos Fundos da amostra apresentaram desempenho negativo como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 15. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES

■ Fundos com retornos maior do que ZERO ■ Fundos com retornos menor do que ZERO



A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do *Benchmark* é a constante do gráfico a seguir:

GRÁFICO 16. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

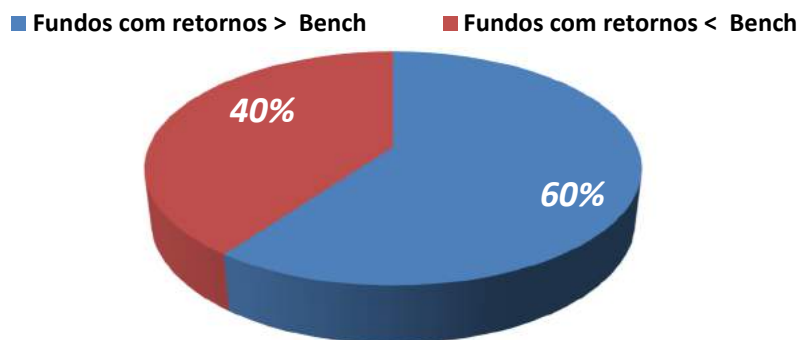
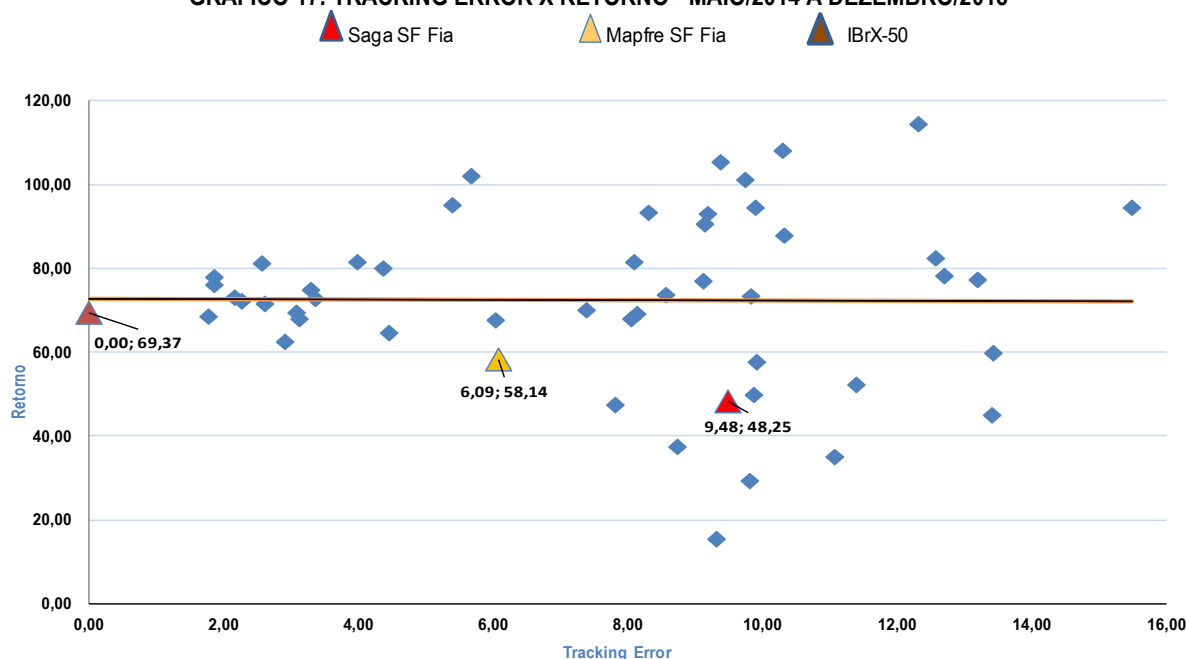


GRÁFICO 17. TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A DEZEMBRO/2018



O *Tracking Error* é a medida dos desvios dos retornos dos Fundos em função dos retornos da referência. Dito isso se pode afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima se observa que os Fundos, **Saga SF e Mapfre SF**, apresentaram *Tracking Error* bastante distintos. O Mapfre SF localizado em um quadrante onde os resultados dos indicadores são os menores, porém sua rentabilidade se aproxima ao referencial, e o Fundo Saga SF possui rentabilidade abaixo do que poderia significar o padrão. Na região aonde se insere o Saga SF o que se observa é uma grande multiplicidade de retornos, ou seja, não há a formação de padrão, há alta dispersão.

Sinteticamente, o gestor **Saga SF** tem confirmada a estratégia de adoção de postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor **Mapfre SF**, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais agressiva frente ao índice.

TABELA 2. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
1	Finacap Mauritsstad FIA	114,21	26,77	12,32	25.161
2	Celos Claritas Valor FIA	107,87	18,34	10,31	90.912
3	Pacifico Rv Master FIA	105,40	19,16	9,39	73.618
4	FIA Sabesprev Bahia Valuation	102,05	21,34	5,68	61.383
5	Grou Valor Master FIA	100,93	18,46	9,74	30.061
6	FIA Gap Valor Pernambuco	94,99	20,80	5,40	59.627
7	BB Acoes Energia FI	94,57	21,00	15,48	90.594
8	Barra FIA	94,35	18,46	9,91	70.275
9	Previcat FIA	93,36	19,81	8,31	59.684
10	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	92,96	18,05	9,19	58.668
11	Tucano FIA Prev	90,61	18,33	9,15	62.714
12	Fator Master FIA	87,87	18,37	10,32	70.484
13	Fachesf Dividendos FIA	82,23	26,65	12,57	42.135
14	FIA Meaipe Ibx Ativo	81,43	21,78	3,99	33.874
15	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	81,35	19,66	8,09	58.092
16	Itau Previdencia Ibrx FIA	81,07	22,31	2,57	33.983
17	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	80,05	21,66	4,37	60.318
18	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	78,23	20,53	12,72	53.928
19	Citiprevi Inst FIA	77,99	22,41	1,86	38.211
20	Proprio Capital FIA	77,37	19,04	13,20	43.654
21	Bozano Fundamental FIA	77,04	18,84	9,13	66.870
22	Texas FIA	76,15	23,00	1,86	39.649
23	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	74,90	21,40	3,30	73.473
24	Fprv ARX Melro FIA Prev	73,48	20,97	8,56	89.791
25	Estrategia Genial Master FIA	73,20	18,46	9,84	42.749
26	Malibu FIA	73,09	22,36	2,16	52.567
27	Bosch Brasil VIII FIA Previ	72,67	21,70	3,37	27.536
28	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	72,25	22,32	2,27	40.978
29	Bradesco FIA Salubre	71,39	22,25	2,61	83.911
30	Gerdau Previdencia FIA 04	70,05	19,94	7,40	64.332
31	Ibrx 50	69,37	23,53	0,00	-
32	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	69,32	22,29	3,08	93.411
33	Suvinil FIA	69,04	19,56	8,14	48.820
34	Turquoise Dc Plan FIA Prevideciario	68,46	22,28	1,79	78.672
35	Sicredi FIA Ibovespa	67,89	22,81	3,13	34.263
35	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	67,88	24,36	8,05	49.656
37	Brad H FIA Ibovespa Valuation	67,54	23,10	6,04	73.741
38	BNP Paribas Master Ibrx FIA	64,67	21,11	4,45	89.939
39	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	62,59	24,02	2,91	34.126
40	Itau Institucional Small Cap FIA	59,78	18,29	13,44	46.839
41	Mapfre Sf FIA	58,14	22,80	6,09	46.080
42	FIA Western Asset Dividendos Ceara	57,61	18,67	9,92	56.524
43	Bradesco FIA Infra-Estrutura	52,05	18,36	11,39	42.310
44	Wa Dividend Yield FIA	49,91	18,89	9,88	36.579
45	Saga Sf FIA	48,25	18,57	9,48	90.499
46	Santander FI Dividendos Top Acoes	47,29	22,43	7,83	34.772
47	Small Cap Valuation FIA	44,83	18,00	13,42	29.497
48	Itau Excelencia Social Acoes FI	37,40	19,52	8,74	62.089
49	Itau Acoes Infra Estrutura FI	35,02	19,38	11,07	34.313
50	Jbi Focus Master FIA	29,19	18,44	9,82	74.692
51	Santander FI Ethical II Acoes	15,32	18,78	9,33	66.791

TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE

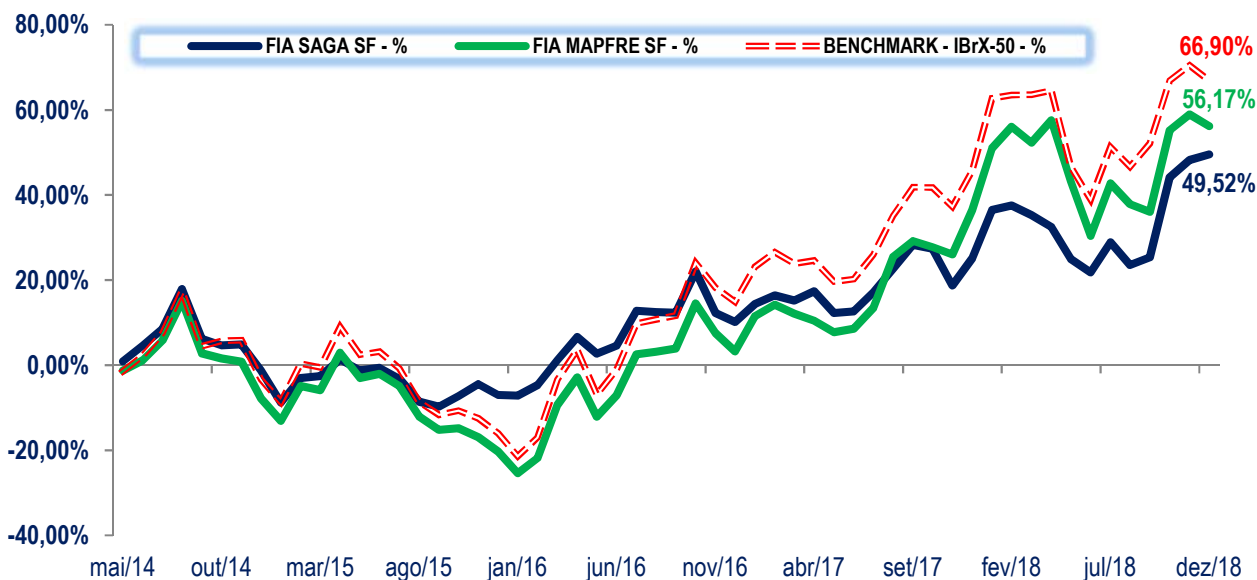
Classificação por Volatilidade					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
1	Small Cap Valuation FIA	44,83	18,00	13,42	29.497
2	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	92,96	18,05	9,19	58.668
3	Itau Institucional Small Cap FIA	59,78	18,29	13,44	46.839
4	Tucano FIA Prev	90,61	18,33	9,15	62.714
5	Celos Claritas Valor FIA	107,87	18,34	10,31	90.912
6	Bradesco FIA Infra-Estrutura	52,05	18,36	11,39	42.310
7	Fator Master FIA	87,87	18,37	10,32	70.484
8	Jbi Focus Master FIA	29,19	18,44	9,82	74.692
9	Barra FIA	94,35	18,46	9,91	70.275
10	Grou Valor Master FIA	100,93	18,46	9,74	30.061
11	Estrategia Genial Master FIA	73,20	18,46	9,84	42.749
12	Saga Sf FIA	48,25	18,57	9,48	90.499
13	FIA Western Asset Dividendos Ceara	57,61	18,67	9,92	56.524
14	Santander FI Ethical II Acoes	15,32	18,78	9,33	66.791
15	Bozano Fundamental FIA	77,04	18,84	9,13	66.870
16	Wa Dividend Yield FIA	49,91	18,89	9,88	36.579
17	Proprio Capital FIA	77,37	19,04	13,20	43.654
18	Pacifico Rv Master FIA	105,40	19,16	9,39	73.618
19	Itau Acoes Infra Estrutura FI	35,02	19,38	11,07	34.313
20	Itau Excelencia Social Acoes FI	37,40	19,52	8,74	62.089
21	Suvinil FIA	69,04	19,56	8,14	48.820
22	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	81,35	19,66	8,09	58.092
23	Previcat FIA	93,36	19,81	8,31	59.684
24	Gerdau Previdencia FIA 04	70,05	19,94	7,40	64.332
25	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	78,23	20,53	12,72	53.928
26	FIA Gap Valor Pernambuco	94,99	20,80	5,40	59.627
27	Fprv ARX Melro FIA Prev	73,48	20,97	8,56	89.791
28	BB Acoes Energia FI	94,57	21,00	15,48	90.594
29	BNP Paribas Master Ibrx FIA	64,67	21,11	4,45	89.939
30	FIA Sabesprev Bahia Valuation	102,05	21,34	5,68	61.383
31	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	74,90	21,40	3,30	73.473
32	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	80,05	21,66	4,37	60.318
33	Bosch Brasil VIII FIA Previ	72,67	21,70	3,37	27.536
34	FIA Meaibe Ibx Ativo	81,43	21,78	3,99	33.874
35	Bradesco FIA Salubre	71,39	22,25	2,61	83.911
36	Turquoise Dc Plan FIA Prevideciario	68,46	22,28	1,79	78.672
37	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	69,32	22,29	3,08	93.411
38	Itau Previdencia Ibrx FIA	81,07	22,31	2,57	33.983
39	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	72,25	22,32	2,27	40.978
40	Malibu FIA	73,09	22,36	2,16	52.567
41	Citiprevi Inst FIA	77,99	22,41	1,86	38.211
42	Santander FI Dividendos Top Acoes	47,29	22,43	7,83	34.772
43	Mapfre Sf FIA	58,14	22,80	6,09	46.080
44	Sicredi FIA Ibovespa	67,89	22,81	3,13	34.263
45	Texas FIA	76,15	23,00	1,86	39.649
46	Brad H FIA Ibovespa Valuation	67,54	23,10	6,04	73.741
47	Ibrx 50	69,37	23,53	0,00	-
48	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	62,59	24,02	2,91	34.126
49	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	67,88	24,36	8,05	49.656
50	Fachesf Dividendos FIA	82,23	26,65	12,57	42.135
51	Finacap Mauritsstad FIA	114,21	26,77	12,32	25.161

TABELA 4. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Dez/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Dez/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Dez/18	Patrimônio Dez/18
1	Ibrx 50	69,37	23,53	0,00	-
2	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	68,46	22,28	1,79	78.672
3	Citiprevi Inst FIA	77,99	22,41	1,86	38.211
4	Texas FIA	76,15	23,00	1,86	39.649
5	Malibu FIA	73,09	22,36	2,16	52.567
6	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	72,25	22,32	2,27	40.978
7	Itau Previdencia Ibrx FIA	81,07	22,31	2,57	33.983
8	Bradesco FIA Salubre	71,39	22,25	2,61	83.911
9	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	62,59	24,02	2,91	34.126
10	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	69,32	22,29	3,08	93.411
11	Sicredi FIA Ibovespa	67,89	22,81	3,13	34.263
12	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	74,90	21,40	3,30	73.473
13	Bosch Brasil VIII FIA Previ	72,67	21,70	3,37	27.536
14	FIA Meaibe Ibx Ativo	81,43	21,78	3,99	33.874
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	80,05	21,66	4,37	60.318
16	BNP Paribas Master Ibrx FIA	64,67	21,11	4,45	89.939
17	FIA Gap Valor Pernambuco	94,99	20,80	5,40	59.627
18	FIA Sabesprev Bahia Valuation	102,05	21,34	5,68	61.383
19	Brad H FIA Ibovespa Valuation	67,54	23,10	6,04	73.741
20	Mapfre Sf FIA	58,14	22,80	6,09	46.080
21	Gerdau Previdencia FIA 04	70,05	19,94	7,40	64.332
22	Santander FI Dividendos Top Acoes	47,29	22,43	7,83	34.772
23	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	67,88	24,36	8,05	49.656
24	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	81,35	19,66	8,09	58.092
25	Suvinil FIA	69,04	19,56	8,14	48.820
26	Previcat FIA	93,36	19,81	8,31	59.684
27	Fprv ARX Melro FIA Prev	73,48	20,97	8,56	89.791
28	Itau Excelencia Social Acoes FI	37,40	19,52	8,74	62.089
29	Bozano Fundamental FIA	77,04	18,84	9,13	66.870
30	Tucano FIA Prev	90,61	18,33	9,15	62.714
31	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	92,96	18,05	9,19	58.668
32	Santander FI Ethical II Acoes	15,32	18,78	9,33	66.791
33	Pacifico Rv Master FIA	105,40	19,16	9,39	73.618
34	Saga Sf FIA	48,25	18,57	9,48	90.499
35	Grou Valor Master FIA	100,93	18,46	9,74	30.061
36	Jbi Focus Master FIA	29,19	18,44	9,82	74.692
37	Estrategia Genial Master FIA	73,20	18,46	9,84	42.749
38	Wa Dividend Yield FIA	49,91	18,89	9,88	36.579
39	Barra FIA	94,35	18,46	9,91	70.275
40	FIA Western Asset Dividendos Ceara	57,61	18,67	9,92	56.524
41	Celos Claritas Valor FIA	107,87	18,34	10,31	90.912
42	Fator Master FIA	87,87	18,37	10,32	70.484
43	Itau Acoes Infra Estrutura FI	35,02	19,38	11,07	34.313
44	Bradesco FIA Infra-Estrutura	52,05	18,36	11,39	42.310
45	Finacap Mauritsstad FIA	114,21	26,77	12,32	25.161
46	Fachesf Dividendos FIA	82,23	26,65	12,57	42.135
47	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	78,23	20,53	12,72	53.928
48	Proprio Capital FIA	77,37	19,04	13,20	43.654
49	Small Cap Valuation FIA	44,83	18,00	13,42	29.497
50	Itau Institucional Small Cap FIA	59,78	18,29	13,44	46.839
51	BB Acoes Energia FI	94,57	21,00	15,48	90.594

No Gráfico abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável dos Planos, tomado desde o início, sob a gestão da **SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 12/2018)**. A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição das carteiras.

GRÁFICO 18. DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF



2.2.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Nesse Segmento estão alocados os recursos dos Planos em 3 (três) ativos distintos:

- Energia PCH - FIP/ Projeto Juruena;
- Geração de Energia FIP Multiestratégia, e
- Fundo de Investimento Multimercado.

2.2.3.1 Energia PCH - FIP / Projeto Juruena

O **ENERGIA PCH – FIP** é um Fundo em Participações com objetivos de investir em projetos voltados para o setor de energia elétrica, constituído por um *portfólio* de quatro projetos: (i) projeto Juruena, (ii) Projeto DERSA - Rio das Garças; (iii) Projeto DERSA - Térmicas e (iv) Projeto Tetrahedron.

Dos quatro projetos, o **ENERGIA PCH - FIP** é o único que se encontra concluído e em fase de geração comercial, sendo composto por cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Estado de Mato Grosso, com capacidade de geração de 91,4 MW: (i) PCH Cidezal S.A.; (ii) PCH Sapezal S.A.; (iii) PCH Parecis S.A.; (iv) PCH Rondon S.A. e (v) PCH Telegráfica S.A.

O Fundo tem participação majoritária de 96,43% das Cotas do Projeto Juruena, enquanto 3,57% encontram-se na propriedade da LINCA (Investidores Individuais). O projeto físico encontra-se localizado no Estado de Mato Grosso, sob a **Gestão da VINCI Partners (“Gestor”) e Administração do Santander Securities Services Brasil - DTVM (“Administrador”)**, contando com sete investidores Institucionais na categoria Fundos de Pensão: **CELOS, POSTALIS, FUNCEF, PETROS, FAPES, SÃO FRANCISCO e NUCLEOS.**

TABELA 5. INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS PCH'S / FIP

PROJETO JURUENA			
DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL POR PCH (USINAS)			
NOME	DATAS		POTÊNCIA DE GERAÇÃO
	INÍCIO	PRAZO DA AUTORIZAÇÃO	MW
PCH - SAPEZAL	23.06.2011	18.12.2032	16,00
PCH - CIDEZAL	25.06.2011	18.12.2032	17,00
PCH - PARECIS	06.07.2011	18.12.2032	15,40
PCH - RONDON	06.08.2011	18.12.2032	13,00
PCH - TELEGRÁFICA	27.08.2011	18.12.2032	30,00
TOTAL			91,40

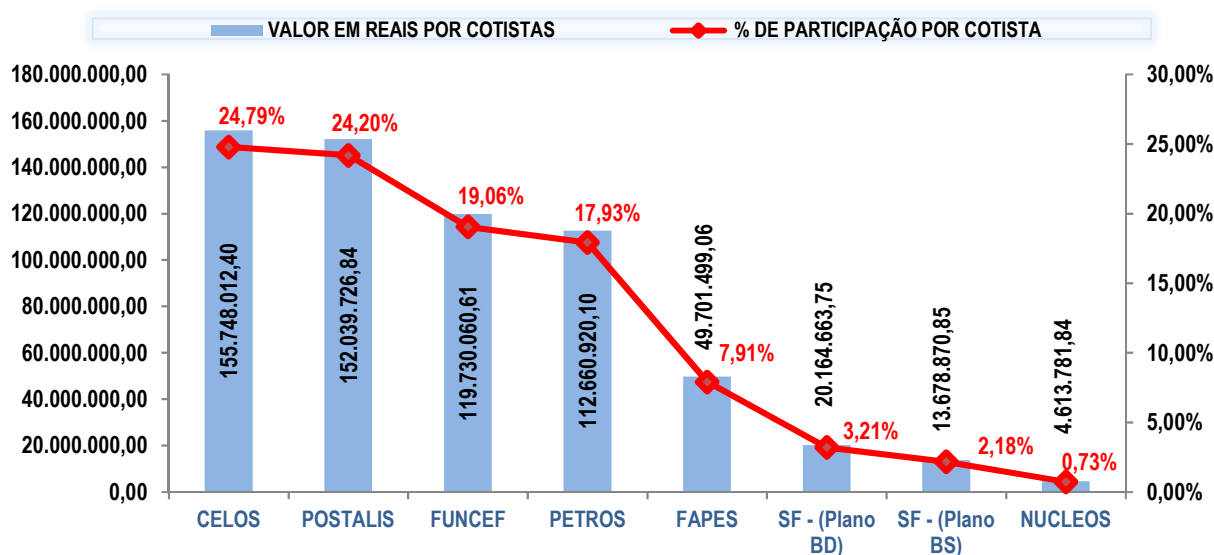
O quadro a seguir demonstra a constituição financeira atual do projeto, com a participação de cada Cotista no encerramento do 4º Trimestre de 2018:

TABELA 6. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH'S / FIP

ENERGIA PCH / FIP - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - PROJETO JURUENA				
POSIÇÃO EM 31.12.2018 - VALOR DA COTA: R\$ 142.780,60921800				
ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.090,82047800	155.748.012,40	24,79%
2	POSTALIS	1.064,84856500	152.039.726,84	24,20%
3	FUNCEF	838,55967040	119.730.060,61	19,06%
4	PETROS	789,04916230	112.660.920,10	17,93%
5	FAPES	348,09698130	49.701.499,06	7,91%
6	SF - (Plano BD)	141,22830000	20.164.663,75	3,21%
7	SF - (Plano BS)	95,80340000	13.678.870,85	2,18%
7	NUCLEOS	32,31381300	4.613.781,84	0,73%
TOTAL GERAL.....		4.400,720370	628.337.535,43	100%

ADMINISTRADOR: Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.
GESTOR: "VINCI PARTNERS"

GRÁFICO 19. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH / FIP



Encerrado o 4º trimestre de 2018, encontrava-se alocado no Energia PCH - FIP/Juruena o valor de R\$ 33.843.534,60 - sendo: R\$ 20.164.663,75 do Plano I/BD, correspondentes a 5,39% dos ativos e 3,21% do projeto, enquanto R\$ 13.678.870,85 do Plano III / BSaldado, correspondentes a 5,02% dos ativos e 2,18% do projeto.

A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a.

Encerrado o exercício de 2018, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo Gestor (“**Vinci Partners**”), seja pela realização das ações imediatas e informações mensais formais aos Cotistas.

É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pelo Gestor, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas investidas, incluindo-se aí, propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída. Mediante a escolha dos assessores financeiros ocorrida em julho de 2018, com objetivo de formalizar o início do **Processo de Desinvestimento**, para início dos estudos de condução do processo de alienação dos ativos sob a responsabilidade do *Credit Suisse*, espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas.

O andamento dos trabalhos está dentro do cronograma idealizado pela gestora e mais, o *advisory* já descortinou o cronograma de seu trabalho e identificou ser o momento bastante apropriado para entabular conversações com os pretensos interessados. A forma de pagamento pelos serviços, segundo a Assembleia de Cotistas, seguiu a ideia de remuneração parte fixa e outra por desempenho.

2.2.3.1.1 Fato Relevante

Conforme informações do Administrador, na data de 29 de agosto de 2018, os Acionistas Minoritários ajuizaram “Ação Cautelar” cujo objeto é a suspensão dos efeitos da deliberação aprovada em Assembleia para reverter a emissão de ações (Aumento de Capital da Companhia e conversão dos valores aportados a título de **Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital - AFAC's** na companhia) a favor do Energia PCH/FIP. O Juízo da 6ª Vara da Comarca de Cuiabá - Estado do Mato Grosso, proferiu decisão no sentido de conceder medida liminar para suspender os efeitos da deliberação aprovada na AGE de 11 de maio de 2018. O Fundo, por intermédio de seus advogados, está trabalhando para reverter a referida decisão liminar, bem como defender os interesses do Fundo. A Diretoria de Finanças acompanha todo o processo, mantendo do Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva informada dos fatos. “Até 31.12.2018, com informações atualizadas até 12.09.2018 do Gestor junto ao Fórum, o processo aguarda a análise da prevenção e a redistribuição do agravo de instrumento”.

2.2.3.2 Geração de Energia FIP Multiestratégia

- **Gestor:** BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda (Grupo Brasil Plural).
- **Administrador:** BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.
- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento foi finalizado em 2017. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 4º trimestre de 2018 encontrava-se alocado no **Geração de Energia FIP Multiestratégia** o valor de R\$ 11.116.661,37 - sendo: R\$ 6.623.333,78 do Plano I/BD, correspondentes a 1,77% do Patrimônio Líquido e R\$ 4.493.327,59 do Plano III/Saldado, correspondentes a 1,65% do Patrimônio Líquido.

A Diretoria de Finanças participa ativamente no processo de desinvestimento do ativo, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do Gestor e do desempenho setorial. Vale ressaltar que o Fundo se encontra em **Processo de Desinvestimento**, com regras ainda a serem definidas pelo Gestor e Administrador, no formato de propostas de instituições financeiras para prestação de serviço de assessoria no processo de venda, a ser aprovado e discutido pelos Cotistas em Assembleia, o que deverá ocorrer no decorrer do 1º semestre de 2019.

2.2.3.3 *Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake*

Trata-se de um **Fundo Multimercado** utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

2.2.4 **Segmento Imobiliário**

Nesse novo Segmento encontravam-se alocados os recursos dos Planos em Imóveis Para Aluguel e Renda, como ocorre no PGA com o imóvel de uso próprio, descritos na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - revogada pela Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas EFPC, e nessa nova resolução ficou definitivamente vedado adquirir terrenos e imóveis, mas, permitida a manutenção do estoque, desde que sua alienação venha a ocorrer no prazo de 12 (doze) anos. No Segmento foram incluídos os “Fundos Imobiliários” (FII) e Cotas de Fundos (FICFII); CRI e CCI, assim constituídos: **(i) Empreendimento Fernandez Plaza / Salvador - BA; (ii) Centro de Distribuição - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ e (iii) CRI - Companhias Securitizadoras: (a) BRC - Securitizadora e (b) Infrasec - Securitizadora.**

Encerrado o 4º trimestre de 2018 encontrava-se alocado no Segmento o valor de R\$ 22.600.738,97 - sendo: R\$ 14.632.052,10 do Plano I/BD, correspondentes a 3,91% do Patrimônio Líquido e R\$ 7.968.686,87 do Plano III / BSaldado, correspondentes a 2,92% do Patrimônio Líquido.

2.2.4.1 *Empreendimento Fernandez Plaza - Salvador - BA*

O empreendimento Fernandez Plaza, localizado na Praça de Salvador-BA, é constituído por 56 (cinquenta e seis) salas, sob a administração da **José Alberto Imóveis Ltda.** Encerrado o 4º trimestre de 2018, o nível de desocupação atingiu 71,43%, ou seja, do total das 56 salas detidas pelos Planos somente encontram-se alugadas 16. No período de vigência da **Política de Investimento 2018/2022**, além de não destinar recursos para o Segmento Imobiliário, manteve-se a política visando diminuir a vacância das salas e busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico e liberação da sua Escritura.

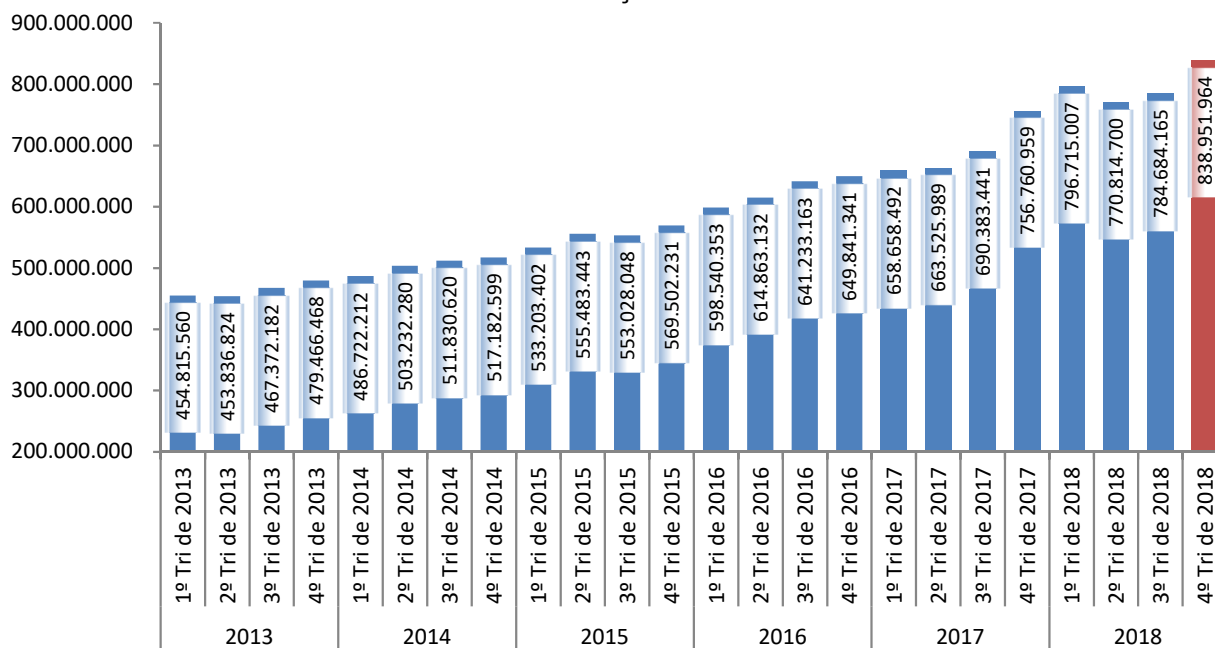
2.2.4.2 *Centro de Distribuição - São Cristóvão – RJ*

O **Centro de Distribuição - São Cristóvão**, trata-se da primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis dos Planos, como parte das “Garantias Provisionadas” do ativo “**Cédula de Crédito Imobiliário - CCI**” da **M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. A definição contida na Política de Investimento dos Planos é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam.

Em maio de 2018 a empresa Urbanométrica foi contratada pelo *pool* de entidades envolvidas na recuperação dos créditos da CCI emitida pela M-Brasil, com a finalidade de promover a elaboração de laudo de avaliação no padrão ABNT, identificando o valor justo do empreendimento. Como resultado chegou ela ao preço de R\$ 4,858 milhões para o terreno e R\$ 6,081 milhões para as construções, num total de R\$ 10,940 milhões. Conhecido o valor justo do bem, fica evidenciado que a orientação emanada pelo Conselho Fiscal da entidade para que se registrasse o bem, pelo valor base de cálculo do IPTU, mostrou-se medida adequada, haja vista que o ajuste de receita neste ano para colocar o bem no preço encontrado foi aproximadamente de meros R\$ 2,6 milhões, em grandes números.

2.2.5 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

GRÁFICO 20. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



O Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 838,9 milhões, contra R\$ 784,6 milhões ao fim do 3º trimestre de 2018, representando alta de 6,92%. A variação patrimonial positiva tem sua explicação fundada na oscilação da taxa de juros dos títulos públicos marcados a “mercado”, com destaque para o Codeprev e a retomada do alta do mercado acionário, com reflexos positivos no Segmento de Renda Variável dos Planos I/BD e III/BSaldado. Com este resultado, o Ativo Consolidado acumulou no ano alta de 10,86%, conforme pode ser observado no gráfico acima.

Na gestão tática, o procedimento adotado foi no sentido de reduzir as posições mais longas e concentrar nas posições mais curtas dos Títulos Públicos Federais-NTN/B, com objetivo de combater diretamente a volatilidade gerada no decorrer do processo eleitoral, frente as posições existentes nas Carteiras dos Planos precificadas a “mercado”, com destaque para o Codeprev.

3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis, foram observados todos os princípios contábeis, ou seja, todos os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos, sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento das mesmas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos documentos que os originaram. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

A Fundação São Francisco optou por empregar a segregação real. Entende a Entidade que assim agindo apresenta a necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma Entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É possível dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco, consolidadamente em atendimento a exigência legal, como também os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
DISPONÍVEL	37	159	EXIGÍVEL OPERACIONAL	23.831	22.194
			Gestão Previdencial	23.292	21.638
REALIZÁVEL	835.163	750.859	Gestão Administrativa	504	503
Gestão Previdencial	47.348	47.458	Investimentos	35	53
Gestão Administrativa	3.785	3.805			
Investimentos	784.031	699.596	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.897	5.971
Títulos Públicos	562.162	493.867	Gestão Previdencial	147	147
Créditos Privados e Depósitos	19.958	19.641	Gestão Administrativa	5.255	5.057
Fundos de Investimento	187.865	171.128	Investimentos	494	767
Investimentos Imobiliários	10.590	10.473			
Empréstimos e Financiamentos	3.215	3.973	PATRIMÔNIO SOCIAL	809.225	726.654
Depos. Jud. Recursais	241	514	Patrimônio de Cobertura do Plano	787.385	705.887
			Provisões Matemáticas	807.165	729.166
PERMANENTE	3.751	3.801	Benefícios Concedidos	364.760	352.983
Imobilizado	3.742	3.784	Benefícios a Conceder	442.405	376.183
Diferido	9	17	Equilíbrio Técnico	(19.780)	(23.279)
			Resultados Realizados	(19.780)	(23.279)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(19.780)	(23.279)
			Fundos	21.839	20.767
			Fundos Previdenciais	7.178	5.101
			Fundos Administrativos	12.991	14.002
			Fundos dos Investimentos	1.670	1.664
TOTAL DO ATIVO	838.952	754.819	TOTAL DO PASSIVO	838.952	754.819

A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.

QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – SETEMBRO/2018

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	BD	BS	CD	Consolidado
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 14.386	- 8.893	-	- 23.279
A1) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	5.101	5.101
1- CONTRIBUIÇÕES	9.622	5.560	26.224	41.405
(+) Patrocinadores	3.502	5	12.913	16.421
(+) Participantes Ativos	91	4	14.112	14.208
(+) Autopatrocinados	-	-	10	10
(+) Participantes Assistidos	6.253	-	2	6.255
(+) Outros Recursos Correntes	4	-	-	4
(+) Dívida Contratada	-	4.352	-	4.352
(+) Parcela da Cisão reconhecida em 03/2018	-	1.198	-	1.198
(-) Custeio	- 229	-	- 813	- 1.042
2- DESTINAÇÕES	- 43.622	- 21	- 167	- 43.810
(-) Benefícios	- 43.622	- 21	- 167	- 43.810
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	- 6	-	-	- 6
(+/-) Quotas quitação por morte	- 6	-	-	- 6
4- INVESTIMENTOS	43.894	30.963	11.128	85.986
(+) Renda Fixa	30.846	22.752	11.770	65.367
(+) Renda Variável	14.174	9.501	809	24.483
(+) Imóveis	- 109	- 73	-	- 182
(+) Empréstimos	654	- 51	-	603
(-) Custeio	- 1.670	- 1.165	- 1.451	- 4.286
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 11.071	- 31.819	- 35.108	- 77.999
(+) Benefícios Concedidos	- 11.690	- 91	4	- 11.777
(+) Benefícios a Conceder	619	- 31.728	- 35.113	- 66.222
B) RESULTADO DEFICITÁRIO/SUPERAVITÁRIO DO EXERCÍCIO (1+2+3+4+5)	- 1.183	4.682	-	3.499
C) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3+4+5)	-	-	2.077	2.077
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL - EQUILÍBRIO TÉCNICO (A+B)	- 15.569	- 4.211	-	- 19.780
E) RESULTADO CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDO PREVIDENCIAL (A1+C)	-	-	7.178	7.178

QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

Consolidado	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	784.029	465.429			
Títulos Públicos	562.161	336.739	71,7%	72,4%	66,9%
Créditos Privados e Depósitos	19.958	12.861	2,5%	2,8%	55,2%
Companhias Abertas	19.958	12.861	2,5%	2,8%	55,2%
Fundos de Investimento	187.863	105.945	24,0%	22,8%	77,3%
Multimercado	896	8.182	0,1%	1,8%	-89,0%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	5.428	3.385	0,7%	0,7%	60,4%
Ações	136.579	69.904	17,4%	15,0%	95,4%
Participações/FIP	44.960	24.474	5,7%	5,3%	84%
Investimentos Imobiliários	10.591	6.259	1,4%	1,3%	69,2%
Empréstimos	3.215	3.319	0,4%	0,7%	-3,1%
Depos.Jud. Recursais	241	306	0,0%	0,1%	-21,2%

4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

4.1 PREVIDENCIAL

4.1.1 População Assistida

GRÁFICO 21. APOSENTADOS X PENSIONISTAS

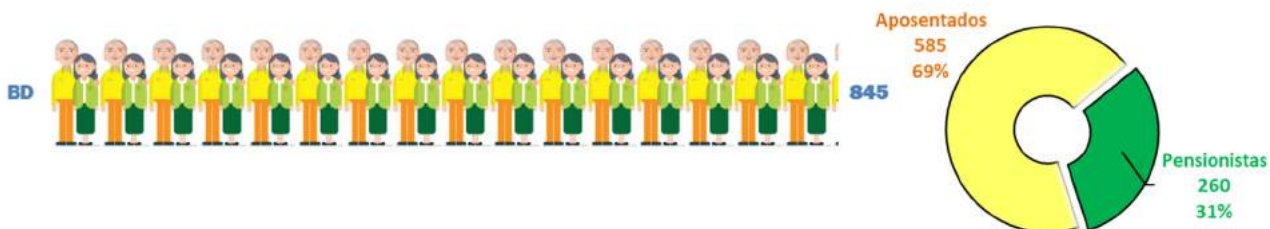


GRÁFICO 22. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA



4.1.2 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 23. PATRONAL X ASSISTIDOS

Contribuição Patronal x Participantes Assistidos - Em mil Reais



GRÁFICO 24. PATRONAL X ASSISTIDOS

Total das Receitas por Trimestre - Ano 2018

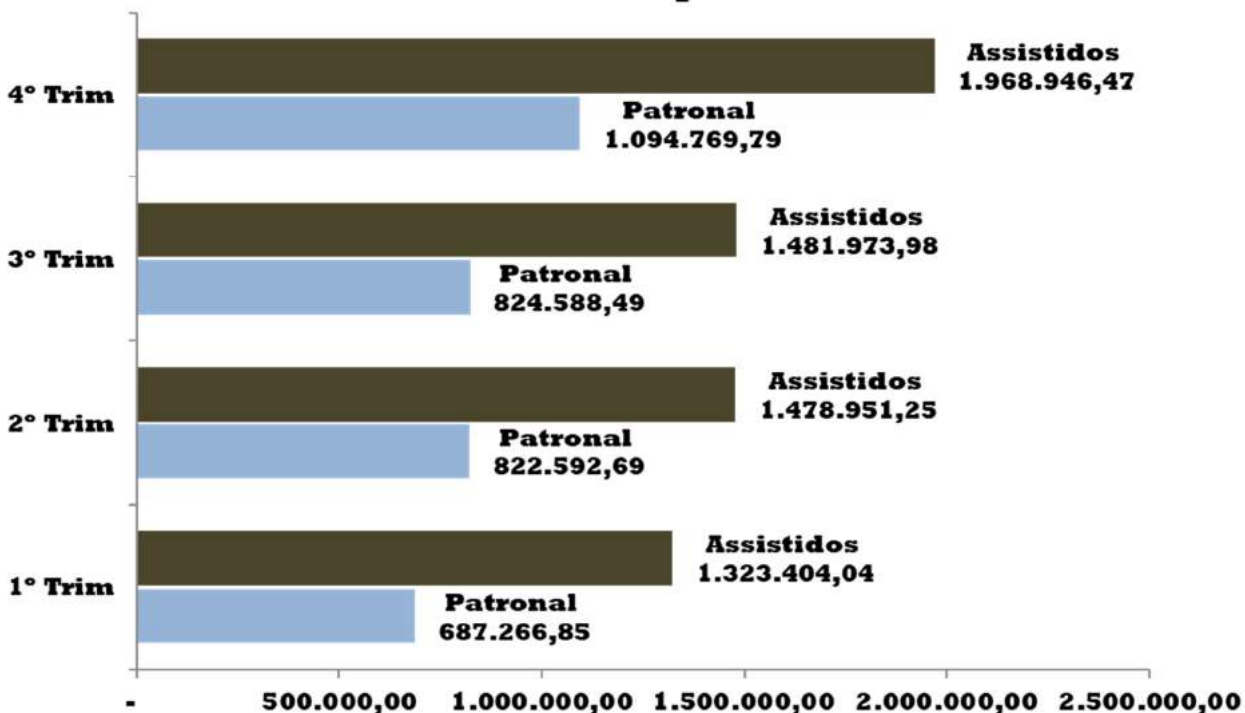


GRÁFICO 25. PATRONAL X PARTICIPANTES

Contribuição Patronal x Participantes Ativos - Em mil Reais

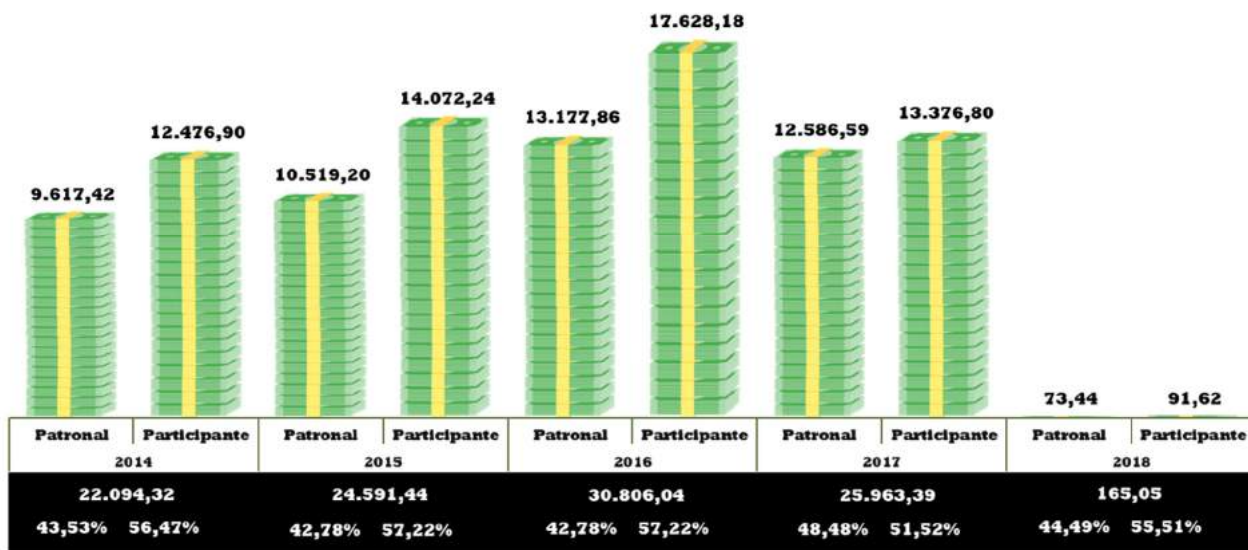


GRÁFICO 26. TOTAL DE RECEITAS ATIVOS X PATRONAL

Total de Receitas por Trimestre - Ano 2018

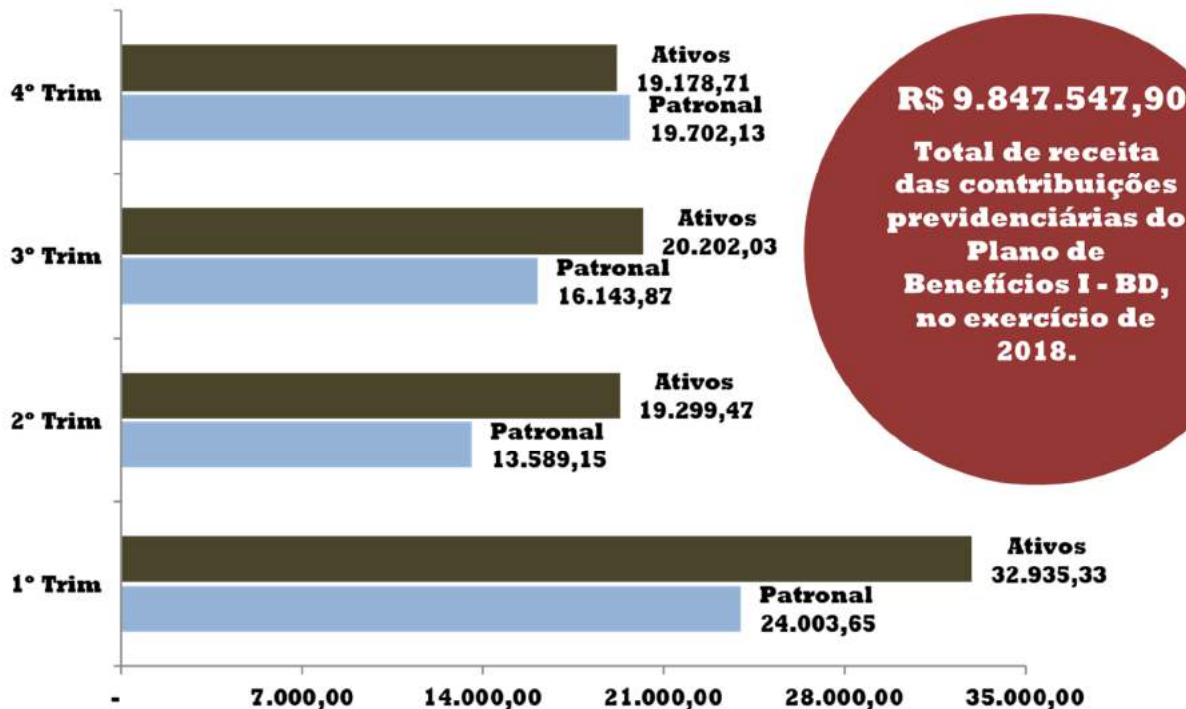


GRÁFICO 27. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE

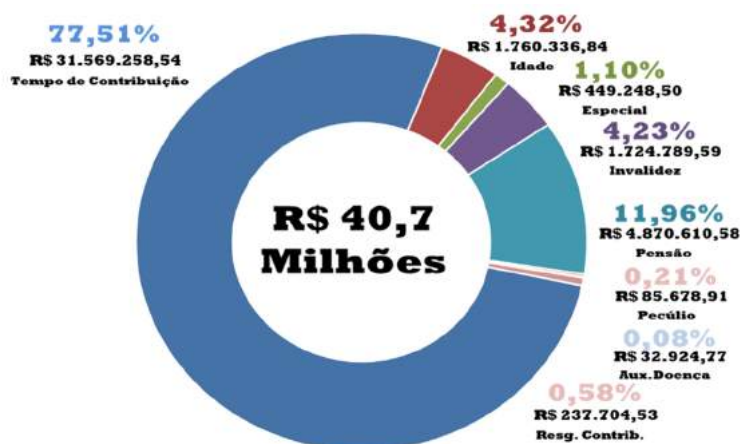
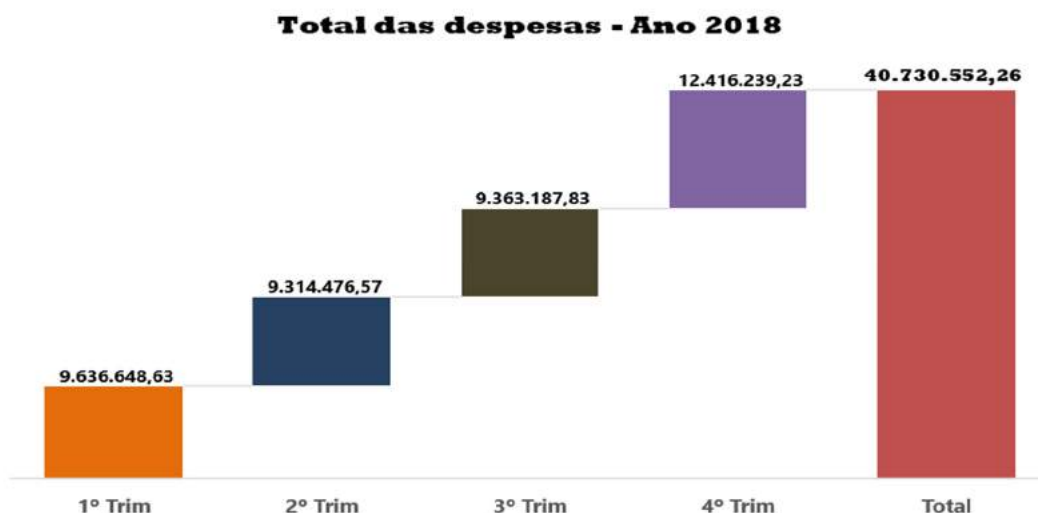


GRÁFICO 28. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE

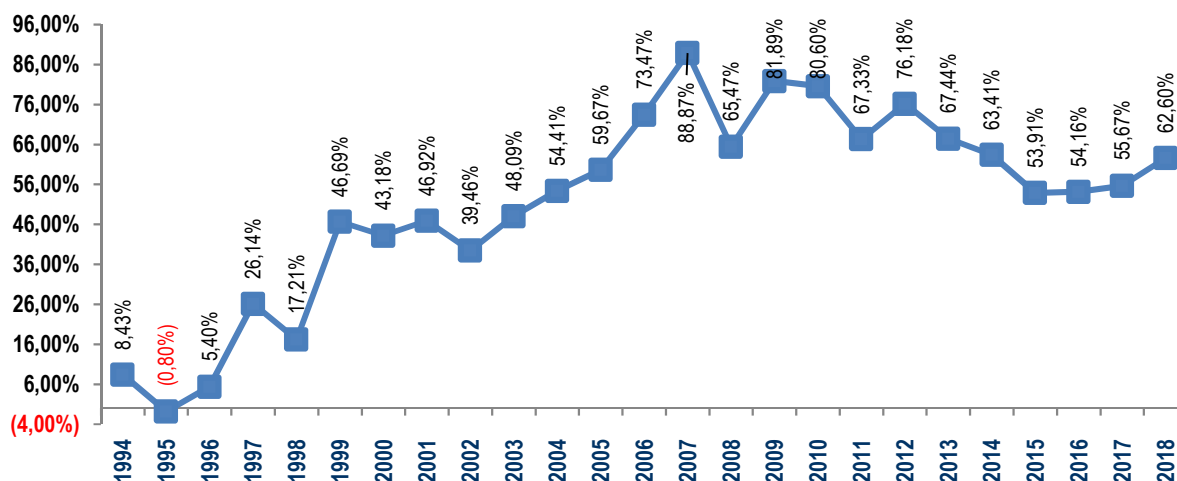


4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a dezembro de 2018. **Fica evidente que nos últimos vinte e quatro anos, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do quarto trimestre de 2018, com a taxa superior a 62%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Os resultados do Plano permitiram ao Comitê **Estratégico de Investimentos-CEI** manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 29. DESEMPENHO ACUMULADO

TABELA 7. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2018 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 4,90% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	340.529.029	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%
2018	350.417.434	13,47%	8,63%	9,57%	4,90%	4,46%	62,60%

4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do **4º Trimestre de 2018**, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

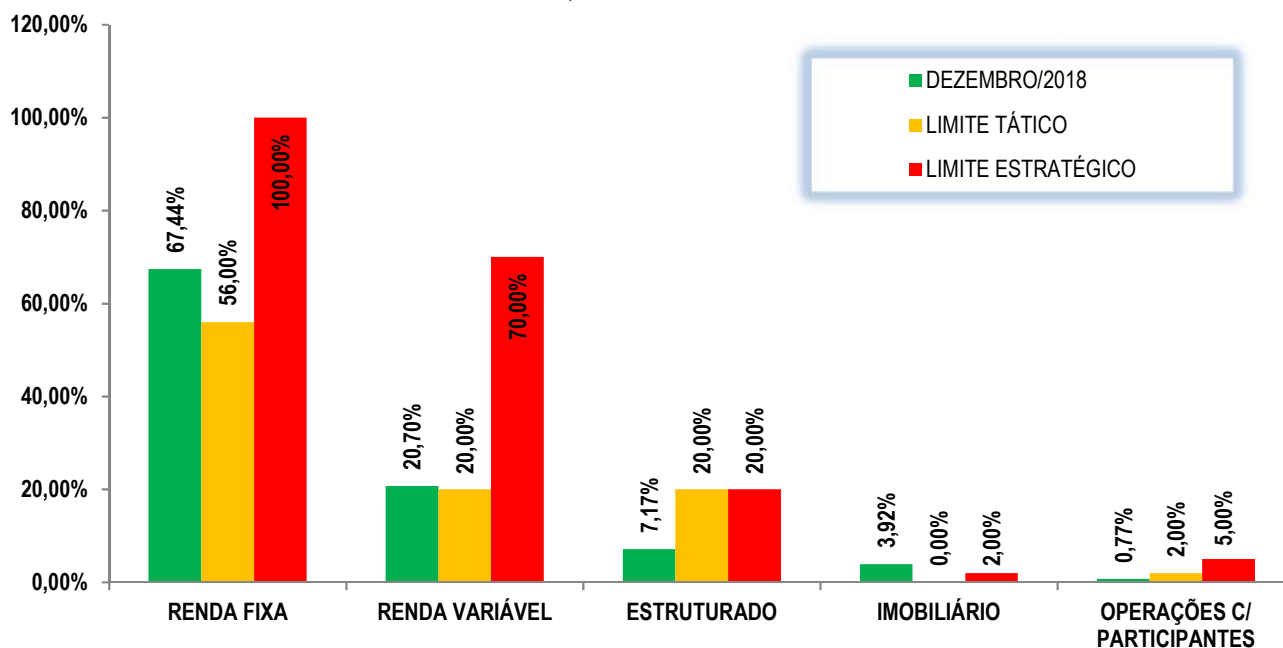


TABELA 8. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	254.950.646,23	70,37%	252.132.430,33	67,44%	56,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	18,20%	77.408.308,47	20,70%	20,00%	70,00%	70,00%
ESTRUTURADO	31.850.325,56	8,79%	26.798.106,70	7,17%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	6.259.079,26	1,73%	14.653.990,72	3,92%	0,00%	2,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	3.318.641,27	0,92%	2.872.117,36	0,77%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	362.317.537,82	100%	373.864.953,58	100%			
(+) Disponível - Conta 11	60.095,41	VARIAÇÃO NOMINAL	14.799,96				
(-) Exigível de Investimentos	-156.386,33		-186.072,34				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	362.221.246,90	3,19%	373.693.681,20				

4.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 4º trimestre de 2018 do Plano foi de 2,07%. Descontada a meta atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **1,66%**, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 0,41 pontos-base. Com este resultado, a rentabilidade acumulada do Plano no ano foi de **12,73% a.a.** Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **8,63% a.a.**, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 4,10 pontos-base, motivada pela queda das taxas dos títulos públicos existentes carteira de Renda Fixa com marcação a “mercado” e pelo bom desempenho do mercado acionário.

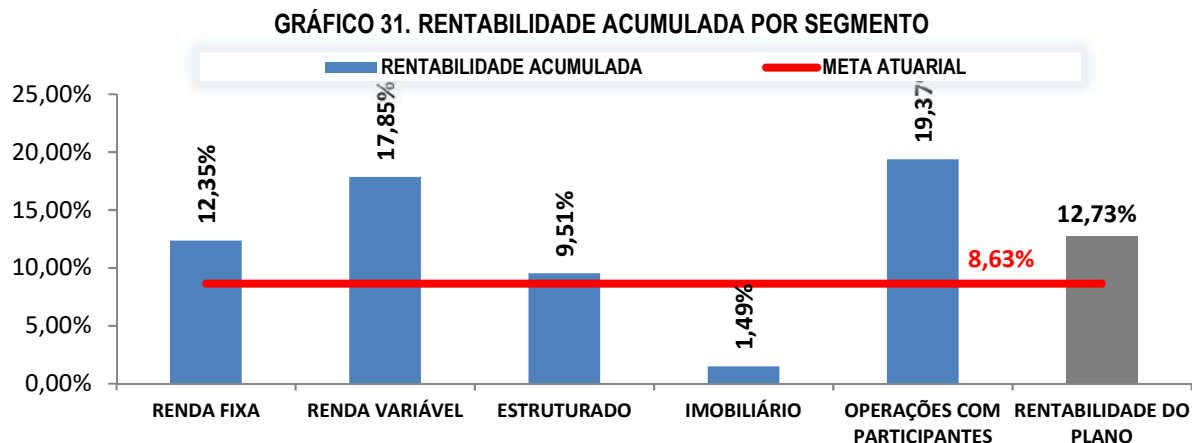


TABELA 9. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,12%	6,89%	12,35%	12,35%
RENDA VARIÁVEL	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%
ESTRUTURADO	0,63%	0,72%	9,51%	9,51%
IMOBILIÁRIO	0,12%	2,16%	1,49%	1,49%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,61%	4,20%	19,37%	19,37%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,82%	8,23%	12,73%	12,73%
META ATUARIAL	0,15%	1,66%	8,63%	8,63%
DIVERGÊNCIA	0,67%	6,57%	4,10%	4,10%

4.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

Encerrado o exercício de 2018, a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa acumulou alta de 12,35%, frente a meta atuarial de 8,63%, ficando acima da meta acumulada em 3,72 pontos-base. O desempenho positivo e favorável ao plano foi motivado pela queda significativa ocorrida nas taxas de juros dos títulos públicos existentes no portfólio marcados a “Mercado”.

4.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga SF e Mapfre SF**), registrou no 4º trimestre de 2018 rentabilidade positiva de 17,84%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 9,70% medida pelo Índice IBRX-50 (*Benchmark*). Com este resultado, o Segmento de Renda Variável acumulou no ano alta de 17,60%, contra alta de 14,53% do *Benchmark* no mesmo período, imputando divergência positiva de 3,07 pontos-base, demonstrando que o mercado de capitais encerramento do quarto trimestre de 2018, registrou fortes sinais de manter-se no canal de alta, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

4.2.3.3 Segmento de Estruturado

Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 0,72%, contra meta atuarial de 1,66% no mesmo período, imputando divergência negativa 0,94 pontos-base. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 9,51%, frente a meta atuarial 8,63%, registrando variação positiva acima da meta de 0,88%. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, com objetivo de finalizar o “Processo de Desinvestimento” em andamento sob a responsabilidade do Gestor e espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas, conforme destacado neste relatório no item 2.2.3.1.

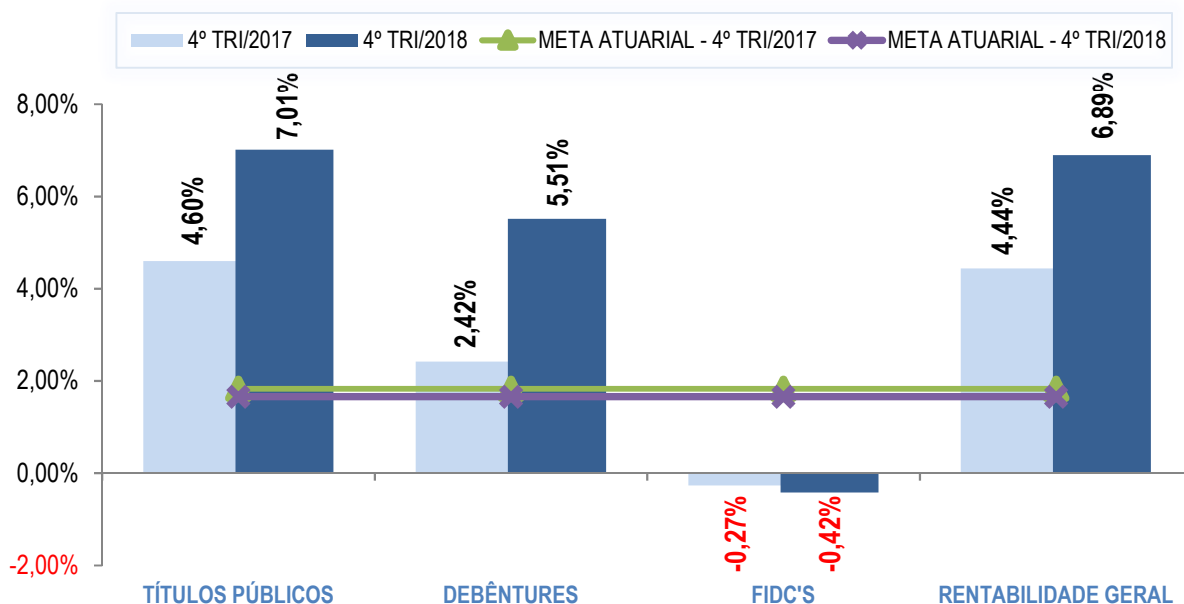
4.2.3.4 Segmento Imobiliário

Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 2,16%, contra a meta de 1,66% no período, imputando divergência positiva de 0,50 pontos-base acima da meta. No ano, o Segmento acumulou alta de apenas 1,49%, contra meta de 8,63%, motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas do Fernandez Plaza, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear.

4.2.3.5 Segmento de Operações C/Participantes – Empréstimos

No 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Operações C/ Participantes (Empréstimos) alcançou 4,20% - contra 5,91%, registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 19,37%, frente meta atuarial de 8,63%, superando a meta acumulada em 10,74 pontos-base.

GRÁFICO 32. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA



Comentários:

No decorrer do 4º trimestre 2018, dentre os ativos que compõem o Segmento de Renda Fixa, somente o FIDC, constituído pelo Ático FIDC Imobiliário, não registrou recuperação no período quando comparado com o 3º trimestre de 2017, motivado pelo descumprimento com a pontualidade dos aluguéis previstos no Contrato de Locação da companhia Abengoa. Encerrado o 3º trimestre, o processo de Quitação de Dívida e Outras Avenças encontra-se consolidado e finalizado com a substituição do Administrador e posse da garantia real (Imóvel) em nome do Fundo.

4.2.4 Detalhamento por Segmento

4.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 67,44% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 10. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO			out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																S/CDI e IBrX- 50	
Art. 21	RENDA FIXA	252.132.430,33	100,00%	67,44%	100%	100%	56%	9,40		5,13%	0,55%	1,12%	6,89%	12,35%	12,35%	5,95%	3,72%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	244.265.368,61	96,88%	65,34%	100%			9,55		5,24%	0,55%	1,13%	7,01%	12,61%	12,61%	6,20%	3,98%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	244.265.368,61	96,88%	65,34%				9,55	Soberano	5,24%	0,55%	1,13%	7,01%	12,73%	12,73%	6,32%	4,10%
	LETRAS FINANCERIAS DO TESOIRO - LFT (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,65%	2,65%	0,01%	-0,34%
II	Emissão de Sociedade por ações de capital aberto	4.714.867,51	1,87%	1,26%	80%			1,95		2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%
	DEBENTURES	4.714.867,51	1,87%	1,26%				1,95		2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%
	Risco de Crédito Especulativo (1)																
	CEMIG - GT	4.714.867,51	1,87%	1,26%				1,95	BBB- (Fitch)	2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%
III	Cota de classe de fundos de investimentos em direitos creditórios	3.152.194,21	1,25%	0,84%	20%					-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%
	FIDC	3.152.194,21	1,25%	0,84%						-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%
	Alto Risco de Crédito																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	3.152.194,21	1,25%	0,84%						-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%

(*) Venda de posição em 30/05/2018.

Monitoramento:

(1) Reclassificação em 03/05/2018 - perspectiva estável

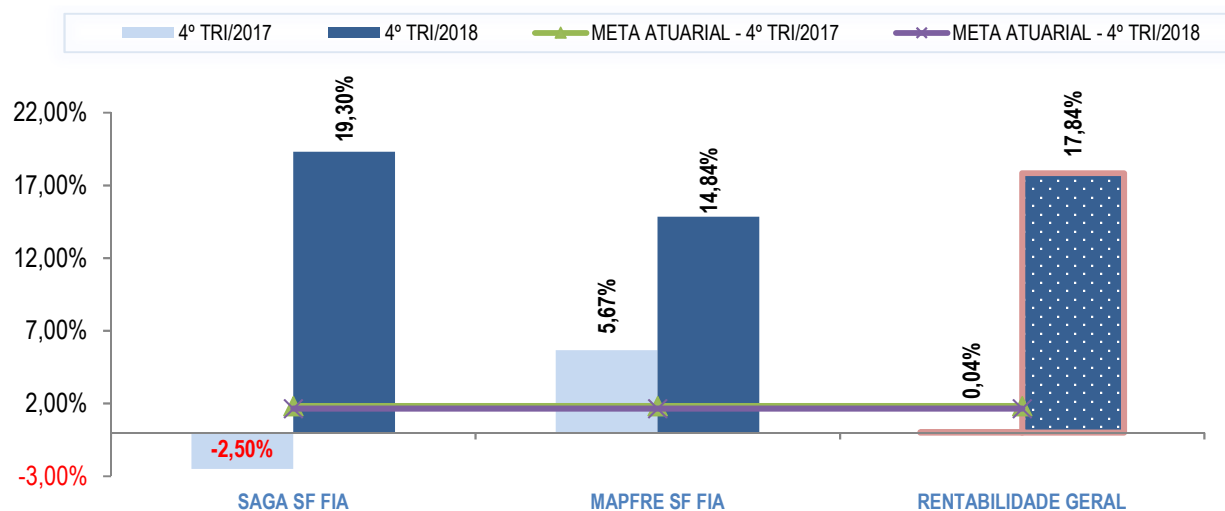
4.2.4.2 Renda Variável

Encerrou o 4º trimestre de 2018 com 20,70% do ativo total, contra 18,60% registrados no 3º trimestre - alta de 2,10 pontos-base, motivado pela alta acumulada no ano de 14,53% do mercado acionário, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável do Plano. O segmento apresentou variação positiva de 17,84% no 4º trimestre, contra variação positiva de 3,37% no 3º trimestre, acumulando no ano variação positiva de 17,85%, contra desempenho positivo do *Benchmark* (IBrX-50) de 14,53%, registrando variação de 3,32 pontos-base acima do *benchmark*.

TABELA 11. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO			out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																S/CDI e IBrX- 50	
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	77.408.308,47	100,00%	20,70%	70%	70%	20%	-		14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%	3,33%	9,22%
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	77.408.308,47	100,00%	20,70%	70%			-		14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%	3,33%	9,22%
	FUNDOS	77.408.308,47	100,00%	20,70%				-		14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,85%	17,85%	3,33%	9,22%
	SAGA SF FIA	52.720.126,90	68,11%	14,10%				-		15,05%	2,80%	0,87%	19,30%	19,54%	19,54%	5,02%	10,91%
	MAPFRE SF	24.688.181,57	31,89%	6,60%				-		14,11%	2,42%	-1,74%	14,84%	14,39%	14,39%	-0,13%	5,76%

GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL



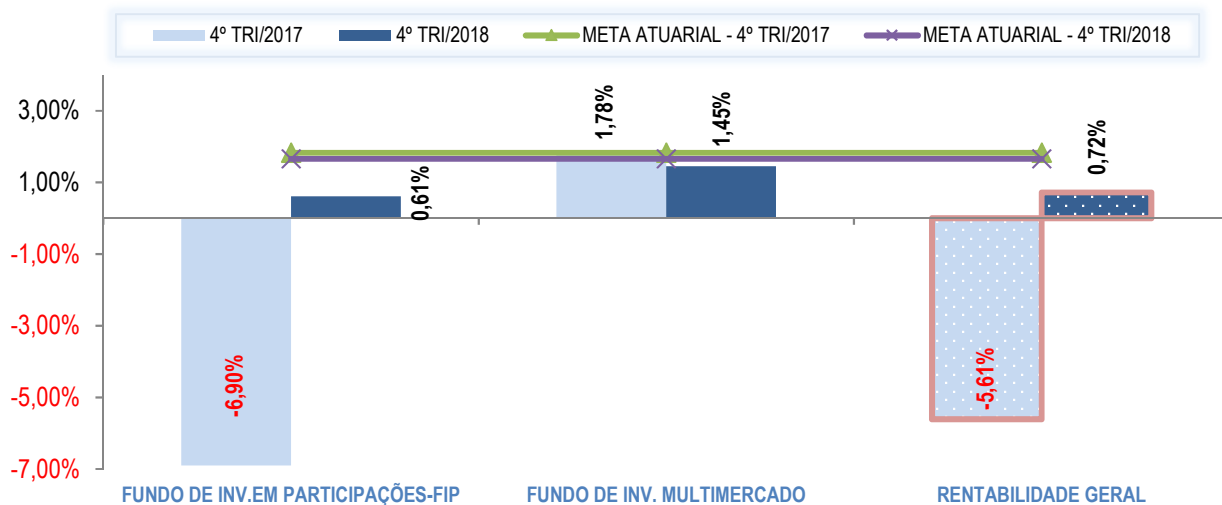
4.2.4.3 Estruturado

O Segmento de Investimentos Estruturados encerrou 2018 com 7,17% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre rentabilidade positiva de 0,72% - contra rentabilidade positiva de 0,01% no 3º trimestre, acumulando no ano variação positiva de 9,51%, registrando variação positiva de 0,88 pontos-base acima da meta que atingiu 8,63%.

TABELA 12. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																	S/CDI e IBrX- 50	
Art. 23	ESTRUTURADO	26.798.106,70	100,00%	7,17%	20%	20%	20%	-		0,10%	-0,01%	0,63%	0,72%	9,51%	9,51%	3,10%	0,88%	
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	26.787.997,53	99,96%	7,17%	15%			-		0,07%	-0,06%	0,60%	0,61%	9,70%	9,70%	3,29%	1,07%	
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	20.164.663,75	75,25%	5,39%				-		0,08%	-0,07%	0,81%	0,82%	13,52%	13,52%	7,12%	4,89%	
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTISTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	6.623.333,78	24,72%	1,77%				-		0,03%	-0,04%	-0,03%	-0,04%	-0,47%	-0,47%	-6,88%	-9,10%	
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	10.109,17	0,04%	0,00%	15%			-		0,56%	0,42%	0,46%	1,45%	6,14%	6,14%	-0,27%	-2,50%	
	SAGA SNAKE FIM	10.109,17	0,04%	0,00%				-		0,56%	0,42%	0,46%	1,45%	6,14%	6,14%	-0,27%	-2,50%	

GRÁFICO 34. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO



4.2.4.4 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 3,92% do total dos Ativos de Investimentos. A definição contida na Política de Investimento do Plano 2018/2022 - é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam.

TABELA 13. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO
																	S/CDI e IBrX-50
Art. 24	IMOBILIÁRIO	14.653.990,72	100,00%	3,92%	20%	2%	0%	-		1,07%	0,96%	0,12%	2,16%	1,49%	1,49%	-4,92%	-7,14%
	Imóveis para Aluguel e Renda	6.309.561,33	43,06%	1,69%				-		-0,21%	0,22%	-0,27%	-0,26%	-15,50%	-15,50%	-21,91%	-24,13%
	FERNANDEZ PLAZA	5.177.682,36	35,33%	1,38%				-		-0,22%	0,31%	-0,29%	-0,20%	-5,26%	-5,26%	-11,67%	-13,89%
	SÃO CRISTÓVÃO	1.131.878,97	7,72%	0,30%				-		-0,16%	-0,16%	-0,16%	-0,48%	-44,40%	-44,40%	-50,81%	-53,03%
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	8.344.429,39	56,94%	2,23%				5,33		2,05%	1,53%	0,41%	4,04%	18,40%	18,40%	11,99%	9,76%
	CRI	8.344.429,39	56,94%	2,23%				5,33		2,05%	1,53%	0,41%	4,04%	18,40%	18,40%	11,99%	9,76%
	Baixo Risco de Crédito (2)																
	BRC SECURITIZADORA	1.370.012,98	9,35%	0,37%				1,76	AA+ (Fitch)	1,94%	0,64%	-0,19%	2,40%	17,11%	17,11%	10,70%	8,47%
	Alto Risco de Crédito (3)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	6.974.416,41	47,59%	1,87%				6,03	AA (LFRating)	2,08%	1,70%	0,53%	4,37%	18,69%	18,69%	12,28%	10,06%

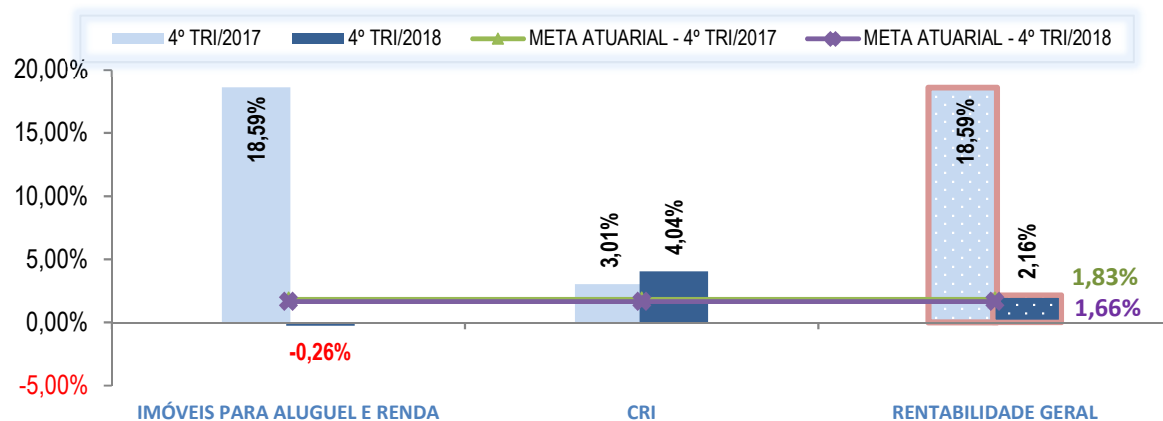
Monitoramento:

(2) Nota revisada em 09/05/2018 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 17/05/2018 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 35. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO IMOBILIÁRIO



4.2.4.5 Operações com Participantes – Empréstimos

Neste segmento estão alocados 0,77% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 14. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO			out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																S/CDI e IBrX- 50	
Art. 25	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.872.117,36	100,00%	0,77%	15%	5%	2%	-		1,21%	1,32%	1,61%	4,20%	19,37%	19,37%	12,97%	10,74%
I	Empréstimos	2.872.117,36	100,00%	0,77%				-		1,21%	1,32%	1,61%	4,20%	19,37%	19,37%	12,97%	10,74%

TABELA 15. CONCESSÕES

MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		TOTAL
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
OUTUBRO	5	156.785,00	0	0,00	156.785,00
NOVEMBRO	5	88.840,00	1	20.000,00	108.840,00
DEZEMBRO	2	23.571,00	0	0,00	23.571,00
TOTAL	12	269.196,00	1	20.000,00	289.196,00

O valor de concessão no **4º trimestre de 2018** alçou o valor de R\$ 289.196,00 contra R\$ 375.085,00 do 3º trimestre/2018, queda de 22,90% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados menores que no trimestre anterior, observando breve desaquecimento na demanda, porém, ratifica a grande importância do Segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão sendo realizadas apenas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO. Porém, o processo de abertura da Carteira encontra-se em análise, buscando atender as novas demandas pós Saldamento do Plano.

GRÁFICO 36. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

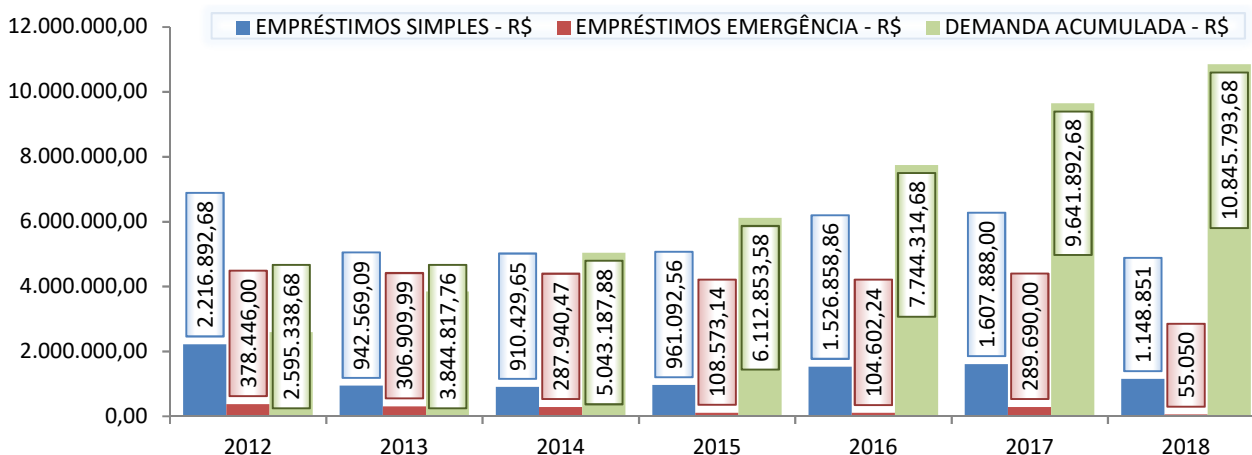


TABELA 16. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
2017	62	1.607.888,00	23	289.690,00	85	1.897.578,00	9.641.892,68
2018	51	1.148.851	5	55.050	56	1.203.901,00	10.845.793,68

GRÁFICO 37. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

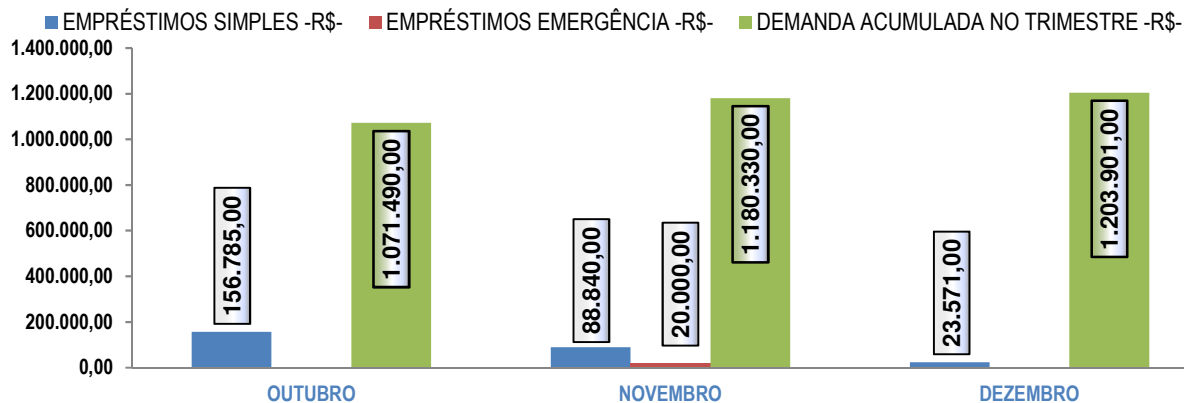
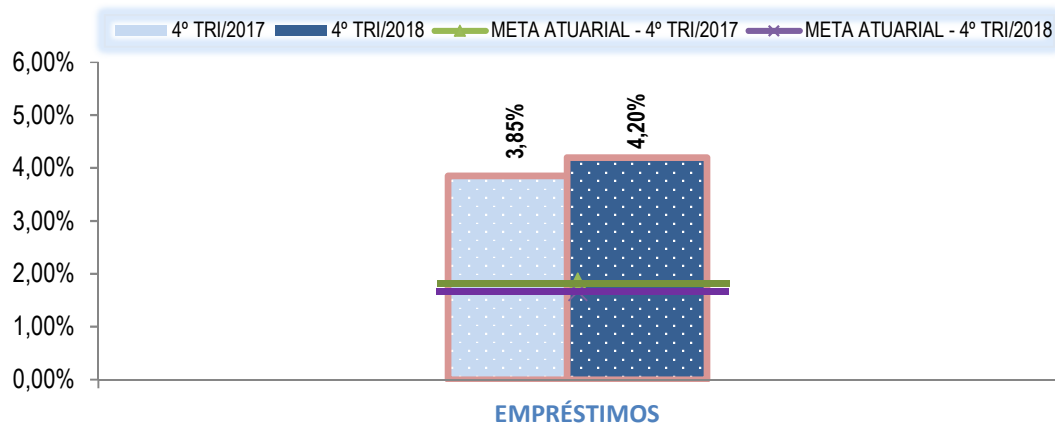


GRÁFICO 38. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS



A Carteira de Empréstimos registrou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 4,20% contra meta atuarial de 1,66%. Esse resultado representa 2,54 pontos-base acima da meta.

4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

4.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada – DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de “Avaliação e Monitoramento de Risco” dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano I/BD sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o “Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance”, com a **I9ADVISORY - Consultoria Financeira**, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução Nº 4.661- CMN, de 25.05.2018.

TABELA 17. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2018		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
RENDA FIXA	3,92%	-0,26%	0,10%	-0,50%	-2,94%	-0,95%	0,18%	-0,54%	-0,60%	4,43%	-0,25%	0,97%	3,56%	2,03%	10,33%
RENDA VARIÁVEL	8,94%	1,03%	-2,53%	-0,66%	-7,50%	-5,54%	5,16%	-4,53%	0,11%	14,04%	1,88%	-0,13%	10,27%	6,13%	30,39%
ESTRUTURADO	-0,60%	-0,60%	8,21%	-0,47%	-0,63%	-0,97%	-1,88%	0,16%	-1,15%	-0,60%	-0,81%	0,48%	1,14%	2,62%	-48,64%
IMOBILIÁRIO	-0,93%	-2,35%	-0,93%	0,03%	1,87%	0,06%	-0,67%	0,05%	0,18%	0,37%	0,16%	-0,03%	-2,19%	1,00%	-61,03%
EMPRÉSTIMO	0,24%	0,88%	0,72%	0,95%	0,73%	0,61%	-0,18%	1,98%	1,11%	0,51%	0,52%	1,46%	9,53%	0,56%	27,22%
PLANO.....	4,22%	-0,10%	0,16%	-0,50%	-3,43%	-1,74%	0,86%	-1,19%	-0,47%	5,62%	0,17%	0,67%	4,27%	2,45%	5,72%

META ATUARIAL :..... INPC + 4,90% a.a.

Regra I :..... Nenhum dos Segmentos apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Investimentos Estruturados e Imobiliário

4.2.6 Operações Cursadas no Exercício de 2018:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da **Diretoria de Finanças** na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos Federais. No decorrer do exercício de 2018, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2018/2022.

As operações realizadas no decorrer do ano, consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a “Mercado”, com objetivo de atender e perseguir a concentração definida pelo estudo de **ALM - Asset Liability Management elaborado pela I9ADVISORY - Consultoria Financeira**, de 21.12.2017 e revisada em 27.02.2018.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais acumuladas no decorrer do ano, as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”:

TABELA 18. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

PLANO I - BD						
VENDAS						
<i>Data</i>	<i>Título</i>	<i>Tx. Mínima</i>	<i>Tx. Indicativa</i>	<i>Tx. Máxima</i>	<i>Tx. Operação</i>	<i>Volume - R\$ -</i>
31/01/2018	NTN-B 2055	4,9000	5,0900	5,4200	5,1400	15.233.225,04
23/03/2018	NTN-B 2050	4,8749	5,0994	5,3972	5,1100	14.320.256,54
12/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,0050	0,0003	4.877.287,41
25/05/2018	NTN-B 2050	5,3500	5,6200	5,8500	5,6200	4.149.072,22
30/05/2018	LFT 2018	- 0,0028	0,0002	0,0042	0,0010	7.165.869,19
14/06/2018	NTN-B 2045	5,7200	6,0000	6,2100	6,0200	16.386.909,09
25/06/2018	NTN-B 2050	5,7700	5,9600	6,1800	6,0200	12.186.696,90
21/09/2018	NTN-B 2045	5,7700	5,9100	6,1700	5,9500	1.982.111,48
22/10/2018	NTN-B 2050	5,0400	5,2100	5,4900	5,3500	2.984.107,02
21/11/2018	NTN-B 2045	4,9200	5,1200	5,3800	5,2200	10.549.425,22
TOTAL						397.033.387,66
COMPRAS						
<i>Data</i>	<i>Título</i>	<i>Tx. Mínima</i>	<i>Tx. Indicativa</i>	<i>Tx. Máxima</i>	<i>Tx. Operação</i>	<i>Volume - R\$ -</i>
31/01/2018	NTN-B 2030	4,6300	4,8600	5,2000	4,8000	15.229.868,24
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	2.754.862,83
27/03/2018	NTN-B 2035	4,7638	5,0102	5,3109	4,9200	12.018.731,07
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.497.038,84
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	3.508.161,76
30/05/2018	NTN-B 2028	5,2700	5,4900	5,8500	5,5000	7.162.910,33
14/06/2018	NTN-B 2023	5,3800	5,9300	6,3400	5,6200	6.412.349,12
	NTN-B 2028	5,5189	6,0323	6,3332	5,7300	9.951.135,80
28/06/2018	NTN-B 2030	5,6400	5,8300	6,1500	5,7100	8.278.392,77
22/11/2018	NTN-B 2020	3,0300	3,4000	3,6700	3,3000	10.519.159,96
TOTAL						683.764.234,10

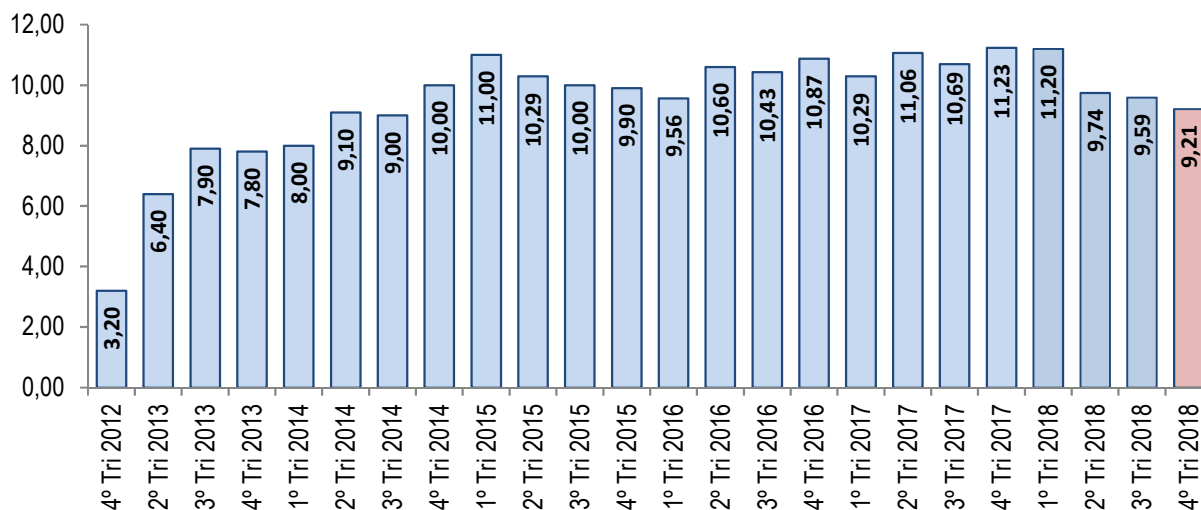
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21, de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na **Gerência de Finanças** podendo ser requisitados pelos órgãos de controle e fiscalização para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

4.2.7 Duration do Plano

No encerramento do 4º trimestre de 2018 o índice alcançou *duration* de 9,21 anos contra 11,23 anos, no mesmo período de 2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou *duration* 9,76 anos calculados pelo modelo Previc.

GRÁFICO 39. EVOLUÇÃO DA DURATION



Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I- A estabilidade observada a partir do segundo trimestre de 2018 foi promovida devida a permanência nas aplicações com vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II- A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* de 9,21 anos, menor que a do passivo (9,76 anos), atendendo a lógica da legislação, que obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo. Apesar de não apresentar nenhuma distorção em relação à legislação, não exime a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.

4.2.8 Acompanhamento Orçamentário:

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no “**Acompanhamento Orçamentário 2018**”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no Plano I/BD no encerramento do exercício de 2018 totalizou R\$ 43.888.337,73 - contra o Valor Orçado de R\$ 28.335.732,25 - ou seja, o realizado totalizou 154,89% daquele esperado no orçamento projetado para o exercício de 2018.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 29.327.611,73 - contra R\$ 22.382.427,00 projetados, ou seja, 131,03% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN/B's, precificadas a "Mercado".

O **Segmento de Renda Variável** motivado pela alta de 14,53% da Bolsa de Valores em 2018, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortaleceu as condições táticas e estratégicas de manter os investimentos em ações. Portando, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 11.749.958,79 - contra R\$ 5.802.612,00 projetados, ou seja, 202,49% do previsto no encerramento do exercício de 2018.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** motivado pela reavaliação do ENERGIA PCH - FIP, principal ativo que compõe a carteira do Plano, com rentabilidade acumulada no ano de 9,51%, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 2.561.390,62 - contra R\$ 586.820,00 projetados no período, ou seja, 436,49% do projetado para o exercício de 2018.

O **Segmento Imobiliário** reverteu todo o desvio negativo registrado no primeiro trimestre, ao acumular no decorrer do exercício de 2018 resultado positivo de R\$ 1.271.384,29 - contra R\$ 835.380,00 projetados para o ano, ou seja, 152,19% do previsto no período, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido diretamente pela **revogação da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução Nº 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de "Terrenos" e "Imóveis", mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Consequentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento Imobiliário, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O **Segmento de Empréstimos** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 654.454,30 contra R\$ 436.499,00 projetados, ou seja, 149,93% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, o aumento na demanda após o processo de cisão do Plano.

Com relação aos "**Custeios**" ("Despesas") não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 1.670.458,34 - contra R\$ 1.708.005,75 orçado no exercício, demonstrando equilíbrio, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

Já com relação à formação do "**Fundo de Investimento**" é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de "0" (zero).

TABELA 19. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD

	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	2.793.550,75	1.941.474,00	143,89%	29.327.611,73	22.382.427,00	131,03%	29.327.611,73	22.382.427,00	131,03%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	2.725.232,21	1.822.893,00	149,50%	28.983.326,80	21.011.410,00	137,94%	28.983.326,80	21.011.410,00	137,94%
EMISSION OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	79.362,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%
LF	0,00	79.362,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%
EMISSION DE COMPANHIAS ABERTAS	72.235,99	39.219,00	184,19%	482.064,35	450.683,00	106,96%	482.064,35	450.683,00	106,96%
DEBENTURES	72.235,99	39.219,00	184,19%	482.064,35	450.683,00	106,96%	482.064,35	450.683,00	106,96%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-3.917,45	0,00	É DESPESA	-137.779,42	0,00	É DESPESA	-137.779,42	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-3.917,45	0,00	É DESPESA	-137.779,42	0,00	É DESPESA	-137.779,42	0,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	17.187,77	502.461,00	3,42%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%
AÇÕES DE EMISSION DE COMPANHIAS ABERTAS	17.187,77	502.461,00	3,42%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%
FUNDOS DE AÇÕES	17.187,77	502.461,00	3,42%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%	11.749.958,79	5.802.612,00	202,49%
ESTRUTURADOS	167.127,60	50.636,00	330,06%	2.561.390,62	586.820,00	436,49%	2.561.390,62	586.820,00	436,49%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	160.841,14	0,00	NA	2.377.177,22	0,00	NA	2.377.177,22	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	6.286,46	50.636,00	12,42%	184.213,40	586.820,00	31,39%	184.213,40	586.820,00	31,39%
IMOBILIÁRIO	-113.517,02	72.696,00	É DESPESA	1.271.384,29	835.380,00	152,19%	1.271.384,29	835.380,00	152,19%
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-147.981,51	0,00	É DESPESA	-108.781,19	0,00	É DESPESA	-108.781,19	0,00	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSION DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	34.464,49	72.696,00	47,41%	1.380.165,48	835.380,00	165,21%	1.380.165,48	835.380,00	165,21%
CRI	34.464,49	72.696,00	47,41%	1.380.165,48	835.380,00	165,21%	1.380.165,48	835.380,00	165,21%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	29.441,90	38.399,00	76,67%	654.454,30	436.499,00	149,93%	654.454,30	436.499,00	149,93%
EMPRÉSTIMOS	29.441,90	38.399,00	76,67%	654.454,30	436.499,00	149,93%	654.454,30	436.499,00	149,93%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-165.734,34	-152.835,77	É DESPESA	-1.670.458,34	-1.708.005,75	É DESPESA	-1.670.458,34	-1.708.005,75	É DESPESA
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-227,86	0,00	É DESPESA	-6.003,66	0,00	É DESPESA	-6.003,66	0,00	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	2.727.828,80	2.452.830,23	111,21%	43.888.337,73	28.335.732,25	154,89%	43.888.337,73	28.335.732,25	154,89%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

4.2.9 Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que “*dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências*”, apresentamos a seguir a **Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD** administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º - As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

TABELA 20. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE		META ATUARIAL	DIVERGÊNCIA (RENT. LÍQUIDA-META)
		BRUTA	LÍQUIDA		
RENDA FIXA	252.132.430,33	13,45%	12,35%	8,63%	3,72%
RENDA VARIÁVEL	77.408.308,47	20,59%	17,85%	8,63%	9,22%
ESTUTURADO	26.798.106,70	57,68%	9,51%	8,63%	0,88%
IMOBILIÁRIO	14.653.990,72	1,75%	1,49%	8,63%	-7,14%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.872.117,36	24,22%	19,37%	8,63%	10,74%
TOTAL	373.864.953,58	17,70%	12,73%	8,63%	4,10%

- a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.
- b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

4.3 CONTÁBIL

QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
DISPONÍVEL	15	60	EXIGÍVEL OPERACIONAL	22.873	21.224
REALIZÁVEL	382.244	371.636	Gestão Previdencial	22.687	21.067
Gestão Previdencial	707	666	Investimentos	186	156
Gestão Administrativa	7.528	8.346	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	442	606
Investimentos	374.008	362.624	Gestão Previdencial	147	147
Títulos Públicos	244.265	238.704	Investimentos	294	458
Créditos Privados e Depósitos	13.059	12.861	PATRIMÔNIO SOCIAL	358.944	349.867
Fundos de Investimento	107.359	101.175	Patrimônio de Cobertura do Plano	350.417	354.915
Investimentos Imobiliários	6.310	6.259	Provisões Matemáticas	365.986	354.915
Empréstimos e Financiamentos	2.872	3.319	Benefícios Concedidos	364.443	352.754
Depos. Jud. Recursais	143	307	Benefícios a Conceder	1.543	2.161
			Equilíbrio Técnico	(15.569)	(14.386)
			Resultados Realizados	(15.569)	(14.386)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(15.569)	(14.386)
			Fundos	8.527	9.338
			Fundos Administrativos	7.528	8.346
			Fundos dos Investimentos	998	992
TOTAL DO ATIVO	382.259	371.696	TOTAL DO PASSIVO	382.259	371.696

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2018	2017	(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	340.529	548.050	(37,87)
1. Adições	53.739	115.467	(53,46)
(+) Contribuições	9.851	70.303	(85,99)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.888	45.164	(2,82)
2. Destinações	(43.851)	(322.988)	(86,42)
(-) Benefícios	(43.622)	(321.399)	(86,43)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(147)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(229)	(1.442)	(84,09)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.888	(207.521)	(104,77)
(+/-) Provisões Matemáticas	11.071	(216.921)	(105,10)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.183)	9.400	(112,58)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	350.417	340.529	2,90
C) Fundos não previdenciais	8.527	9.338	(8,69)
(+/-) Fundos Administrativos	7.528	8.346	(9,80)
(+/-) Fundos dos Investimentos	998	992	0,61

QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2018	2017	(%)
1. Ativos	382.259	371.696	2,84
Disponível	15	60	(75,37)
Recebível	8.236	9.012	(8,61)
Investimento	374.008	362.624	3,14
Títulos Públicos	244.265	238.704	2,33
Créditos Privados e Depósitos	13.059	12.861	1,54
Fundos de Investimento	107.359	101.175	6,11
Investimentos Imobiliários	6.310	6.259	0,81
Empréstimos e Financiamentos	2.872	3.319	(13,46)
Depos. Jud. Recursais	143	307	(53,27)
2. Obrigações	23.315	21.829	6,81
Operacional	22.873	21.224	7,77
Contingencial	442	606	(27,08)
3. Fundos não Previdenciais	8.527	9.338	(8,69)
Fundos Administrativos	7.528	8.346	(9,80)
Fundos dos Investimentos	998	992	0,61
5. Ativo Líquido (1-2-3)	350.417	340.529	2,90
Provisões Matemáticas	365.986	354.915	3,12
Superávit/Déficit Técnico	(15.569)	(14.386)	8,22
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(14.925)	-	100,00
a) Equilíbrio Técnico	(15.569)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	643	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(14.925)	-	100,00

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
113.070.650,45	113.714.104,57	643.454,11

ANALISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015
Requisito Atendido. Duration do Passivo (9,80) > Duration dos Ativos (9,77).
ANALISE DOS VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015
Requisito Atendido.

QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2018	2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	374.731	363.350	3,13
1. Provisões Matemáticas	365.986	354.915	3,12
1.1. Benefícios Concedidos	364.443	352.754	3,31
Benefício Definido	364.443	352.754	3,31
1.2. Benefício a Conceder	1.543	2.161	(28,62)
Benefício Definido	1.543	2.161	(28,62)
2. Equilíbrio Técnico	(15.569)	(14.386)	8,22
2.1. Resultados Realizados	(15.569)	(14.386)	8,22
(-) Déficit Técnico Acumulado	(15.569)	(14.386)	8,22
3. Fundos	998	992	0,61
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	998	992	0,61
4. Exigível Operacional	22.873	21.224	7,77
4.1. Gestão Previdencial	22.687	21.067	7,69
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	186	156	18,98
5. Exigível Contingencial	442	606	(27,08)
5.1. Gestão Previdencial	147	147	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	294	458	(35,78)

4.3.1 Notas Explicativas
4.3.1.1 Composição do Ativo
4.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 277 mil;
- b) Participantes – R\$ 5 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 272 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2018 para serem liquidadas no mês de janeiro/2019.

O valor provisionado de R\$ 147 mil no ano de 2018 refere-se a um depósito judicial decorrente de um recurso no processo nº 20130710295777, em nome do ex-participante Franklin Delano Leite Gurgel ao juízo da 1ª vara cível de Taguatinga - DF.

4.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, é de R\$ 7.528 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

4.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

Plano Benefício Definido	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	374.008	362.623			
Títulos Públicos	244.265	238.704	65,3%	65,8%	2,3%
Créditos Privados e Depósitos	13.059	12.861	3,5%	3,5%	1,5%
Companhias Abertas	13.059	12.861	3,5%	3,5%	1,5%
Fundos de Investimento	107.358	101.174	28,7%	27,9%	6,1%
Multimercado	10	7.376	0,0%	2,0%	-99,9%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	3.152	3.385	0,8%	0,9%	-6,9%
Ações	77.408	65.939	20,7%	18,2%	17,4%
Participações/FIP	26.788	24.474	7,2%	6,7%	9,5%
Investimentos Imobiliários	6.310	6.259	1,7%	1,7%	0,8%
Empréstimos	2.872	3.319	0,8%	0,9%	-13,5%
Depos.Jud. Recursais	144	306	0,0%	0,1%	-52,9%

A gestão praticada pela Diretoria, aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, sob a deliberação do Conselho Deliberativo, visou concentrar em Títulos Públicos Federais no decorrer do exercício de 2018, assim, o risco global do investimento está dominado pelo risco soberano.

- **Provisões para Perda**

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos no SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Nos demais ativos o critério foi fixado na época própria, devidamente identificada em cada plano, por demonstração em quadro integrante desta nota. Antecipa-se, por oportuno, a identificação que no exercício de 2018 nenhuma provisão foi efetuada, dado que a administração não vislumbra perdas prováveis nos investimentos, constantes das respectivas carteiras dos planos, nem como evento subsequente.

4.3.1.2 Composição do Passivo

4.3.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- Retenções a. Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 318 mil;
- Seguro de Vida – Folha de Benefício – R\$ 38 mil;
- Credores Diversos de Benefícios – R\$ 22.331 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de dezembro/2018, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de janeiro/2019.

O seguro de vida referente à folha de benefícios refere-se à consignação em folha, cujos montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices. Respeitando o princípio da competência, com a liquidação junto aos gestores ocorrendo no início do mês subsequente.

As contribuições para custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2019. Com o saldamento do plano o valor referente a dezembro de 2018 ficou em 0,3 mil.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 22.331 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

4.3.1.2.2 *Gestão dos Investimentos*

- d)** Investimentos Imobiliários – R\$ 21 mil;
- e)** Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 165 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 165 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2018 e liquidado em janeiro/2019.

4.3.1.2.3 *Exigível Contingencial*

O valor de R\$ 441 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

Em outubro de 2018, a Assessora da Diretoria, Dr^a Claudia Sant'Anna, encaminhou a Diretoria Executiva a CIN° 018 / ASSESSORIA, manifestando e recomendando a baixa de alguns valores contabilizados nos planos da entidade, e diante da aprovação da mesma, foram baixados os seguintes processos e valores:

- IPTU/BSB/91/92 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.189,03;
- IPTU/BSB/93 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.198,91;
- IPTU/SALVADOR/92/93 – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 104.575,84;
- ITBI FERNANDEZ – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 55.599,59.

4.3.1.2.4 *Patrimônio Social*

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

- Provisões Atuariais:

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2018, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2018 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, as quais perfazem respectivamente R\$ 364.443 mil e R\$ 1.542 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano I, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2018 de 4,90% a.a., teve sua aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.

▪ **Equilíbrio Técnico:**

O resultado do exercício de 2018 foi à formação de um déficit de R\$ 15.568 mil. As Demonstrações Atuariais (DA), parte integrante desta nota, pelo escritório Jesse Montello, detalham quais os montantes foram alterados diante das constatações das necessidades de empregos de outras hipóteses biométricas. Chama-se a atenção para o fato de aquele escritório declinar que o déficit é proveniente de aspectos estruturais. O maior impacto foi conduzido pela alteração da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, empregada em função do resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, estudo que possuirá validade máxima de 3 anos, conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

4.3.1.2.5 Fundos

a) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo no plano identifica que ao longo da vida do mesmo, a contribuição para o custeio administrativo acrescidas de remuneração provocadas pela aplicação dos recursos deduzida dos gastos administrativos incorridos na gestão do plano apresentou sobras. A sua formação é vital para que ao cessarem as contribuições ao plano, cessando as contribuições para a gestão administrativa, a entidade possua recursos para manter as atividades funcionando até o falecimento do último participante, sem que os seus agora somente assistidos sofram processo de descontinuidade na percepção dos seus benefícios, ou seja, impactados por custos que possam reduzir o valor de seus benefícios.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas e os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no movimento do exercício o valor atingiu a cifra de R\$ 888 mil, com essa constituição o saldo de 2018 ficou em R\$ 7.528 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

b) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 998 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo aprecia a Área de Finanças da Fundação.

QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	dez/18	dez/17	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 14.386	- 23.786	-40
1- CONTRIBUIÇÕES	9.622	68.861	-86
(+) Patrocinadores	3.502	15.285	-77
(+) Participantes Ativos	91	16.838	-99
(+) Participantes Assistidos	6.253	5.375	16
(+) Outros Recursos Correntes	4	32.806	-100
(-) Custeio	- 229	- 1.442	-84
2- DESTINAÇÕES	- 43.622	- 321.399	-86
(-) Benefícios	- 43.622	- 321.399	-86
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	- 6	36	-117
(+/-) Quotas quitação por morte	- 6	183	-103
(+/-) Contingências	-	- 147	-100
4- INVESTIMENTOS	43.894	44.981	-2
(+) Renda Fixa	30.846	48.244	-36
(+) Renda Variável	14.174	- 3.802	-473
(+) Imóveis	- 109	1.036	-111
(+) Empréstimos	654	1.807	-64
(-) Custeio	- 1.670	- 2.303	-27
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 11.071	216.921	-105
(+) Benefícios Concedidos	- 11.690	- 8.944	31
(+) Benefícios a Conceder	619	225.865	-100
C) RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	- 1.183	9.400	-113
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 15.569	- 14.386	8

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Déficit no exercício.

Nas contribuições tratamos das entradas de novos recursos; destinações é o pagamento dos benefícios; investimentos referem-se ao acréscimo ou decréscimo (receitas e despesas) dos valores aplicados nos segmentos; a formação de reservas é o incremento apurado pelo atuário, que se faz necessário para manter as obrigações com os participantes.

4.3.1.2.6 Fato Relevante

1. Foi realizada ajuste na cisão do plano, motivado pela opção de um participante que se encontrava com o contrato suspenso por estar recebendo benefício de auxílio doença. Como previam as condições estipuladas nos documentos aprovados pela PREVIC relativamente a opção pelo plano saldado, somente no retorno do auxílio o participante poderia fazer sua opção (processo nº 44011.000336/2016-94 autorizado pela Previc portaria 929/2017 25/09/2017), tal fato ocorreu em março de 2018. Dessa forma o percentual de rateio calculado em novembro de 2017 de 40,236821, passou para 40,419758, apresentando a diferença de 0,182937. O ajuste patrimonial foi realizado sobre a mesma base de novembro de 2017, ajustada pelos ganhos e perdas para a condição de março de 2018, procedido assim, não houve transferência de recursos indevidos e, por manter o comportamento isonômico, não houve privilégio a ele em relação aos demais.
2. Em 1991 foi distribuída a ação ordinária de nº 910123902-3, que tramitou perante a 23ª Vara Federal do RJ, cuidando-se de ação coletiva interposta por várias Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em face da União, onde se discutia a aplicação dos

expurgos inflacionários sobre aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's. As entidades foram representadas pela ABRAPP. Julgada procedente a ação ordinária e depois do esgotamento de todos os recursos disponíveis, deu-se início à liquidação da sentença, objeto de distribuição de 38 ações. A SÃO FRANCISCO ESTÁ LIQUIDANDO A SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO 0145881-14.2015.4.02.5101 – QUE TEM CURSO PERANTE A 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, que ainda tem como exequentes a INERGUS, COMPREV, FAPECE, FAPERS e SERGUS, onde se cobra o valor total, para todas as entidades, de R\$ 21.374.666,63 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo que a parte da São Francisco está estimada em R\$ 6.000.440,67 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizada até o dia 27 de novembro de 2015, datada do ajuizamento da ação de liquidação. Os valores aqui apresentados ainda carecem de confirmação pelo Governo Federal, o qual ainda discute a forma de apuração do mesmo, dito isso, evidencia-se que o valor estampado acima é a apuração realizada somente pelo escritório contratado pelas entidades citadas.

Não há contabilização do valor apresentado no parágrafo anterior exatamente ante a possibilidade de sua impugnação. A PREVIC em ofício encaminhado a ABRAPP – Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou que o valor da demanda das entidades deveria somente constar das notas explicativas, não procedendo ao registro no ativo dos planos. Caberá, se vitoriosa a demanda, a cada plano (BD I e BD III), correspondente a R\$ 3.575 milhões e R\$ 2.425 milhões, respectivamente Plano de Benefício I – BD e Plano de Benefício Saldado – BS, como são comumente denominados.

3. No Exigível Operacional o valor registrado de R\$ 22.331 mil consiste em “Valores a Restituir” a participantes que cancelaram a inscrição no plano e mantiveram o seu vínculo empregatício junto às patrocinadoras, conforme estabelece a RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 06, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003, em ser art. 22. A área responsável pelas atividades de seguridade é a responsável por emitir relatório no qual estão registrados os valores atualizados para 31/12/2018, conforme as regras ditadas pelo regulamento do plano.

Há tramitando na justiça 08 processos onde ex-participantes com vínculo empregatício mantidos junto a Patrocinadora CODEVASF, pleiteiam o resgate de valores referentes ao saldo da reserva de poupança, são eles:

- (2011.56.001502); (2011.56.501771);
- (2013.07.1.029577-7);
- (2012.75.000768);
- (2012.75.000769);
- (2012.75.000766);
- (2015.11.0.0148-2);
- (2015.01.1.102160-7).

A defesa da Fundação São Francisco nesses processos encontra-se internalizada sob o patrocínio da advogada empregada da entidade e, até o momento, foi condenada a liberar o saldo de poupança de apenas uma ex-participante, sendo que em todos os demais processos as sentenças da 1ª instância foram favoráveis à São Francisco e esses encontram-se em grau de recursos. Nos casos da espécie, já existe consenso junto aos tribunais cujo entendimento é inaplicabilidade do código de defesa do consumidor para ação do tipo aqui discriminada. Assim, entendem os tribunais que não se aplica nas relações entre os participantes e suas entidades de previdência complementar o referido código de defesa do consumidor. Prevalece, portanto, o entendimento abrigado nos normativos de

regência das Entidades de Previdência Complementar, no sentido de as reservas de poupança só deverem ser restituídas ao seu depositante quando ocorrer a perda do vínculo empregatício do participante junto a patrocinadora do plano de benefícios.

Ressalte-se que os valores pleiteados em juízo pelos ex-participantes encontram-se devidamente contabilizados no exigível operacional, não havendo, assim, impacto no resultado do plano caso a demanda seja acolhida na esfera judicial.

4. Em outubro de 2018, a Assessora da Diretoria, Dr^a Claudia Sant’Anna, encaminhou a Diretoria Executiva a CI N° 018 / ASSESSORIA, manifestando e recomendando a baixa dos valores contabilizados nas contingências dos planos da entidade, por ter sido identificado que os processos já haviam sido arquivados. Por determinação do Superintendente, diante da aprovação da matéria, foram procedidas as baixas dos seguintes processos e respectivos valores:

IPTU/BSB/91/92 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.189,03;
 IPTU/BSB 93 - Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 1.198,91;
 IPTU/SALVADOR 92/93 - Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 104.575,84;
 ITBI FERNANDEZ - Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 55.599,59;

5. O resultado do ajuste de precificação das NTN’S, pelo Sistema Venturo da Previc:

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
113.070.650,45	113.714.104,57	643.454,11

ANALISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido. Duration do Passivo (9,80) > Duration dos Ativos (9,77).

ANALISE DOS VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido.

6. Abaixo estão as ações judiciais classificadas pelos escritórios de Advocacia como probabilidade de ganhos ou perdas “Possíveis”:

AÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR DA AÇÃO
Revisão de benefícios - INSS Hipotético	201110400127	R\$ 20.000,00
	201111301020	R\$ 20.000,00
	201313600659	R\$ 23.862,24
Restituição do Imóvel dado em garantia da emissão da CCI.	0280346-58.2014.8.19.0001	R\$ 10.000,00
Ação Revocatória -Nulidade CCI - Alienação Fiduciária	0479745-34.2015.8.19.0001	R\$ 1.000.000,00
Processo Administrativo *	10166.728109/2011-37	R\$ 112.165,98
Embargos de Terceiros - Ação de Cobrança movida pelo Condomínio contra a M. Brasil.	0036455-63.2017.8.19.0001	R\$ 373.855,26

Manifestação de Inconformidade em face de Despacho Decisório que não homologou a Declaração de Compensação apresentada pela ora Manifestante, proferido pela Divisão de Orientação e Análise Tributária-DIORT em Brasília (letras hipotecárias).

5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

5.1 PREVIDENCIAL

O Plano contava, no encerramento do exercício de 2018, com 1.015 participantes ativos e 2 assistidos.

5.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 40. PATRONAL X PARTICIPANTE

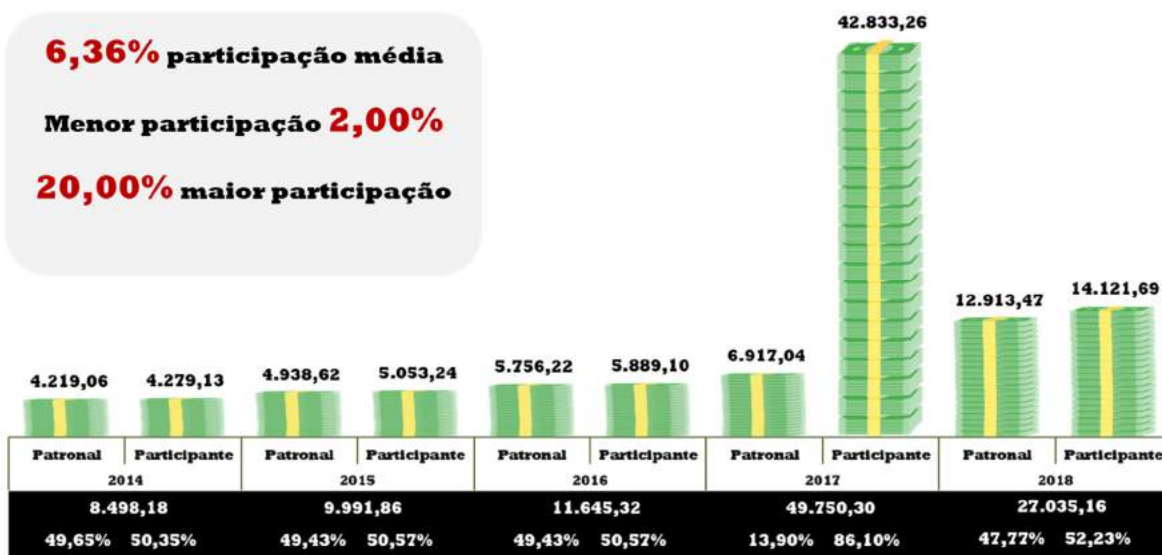
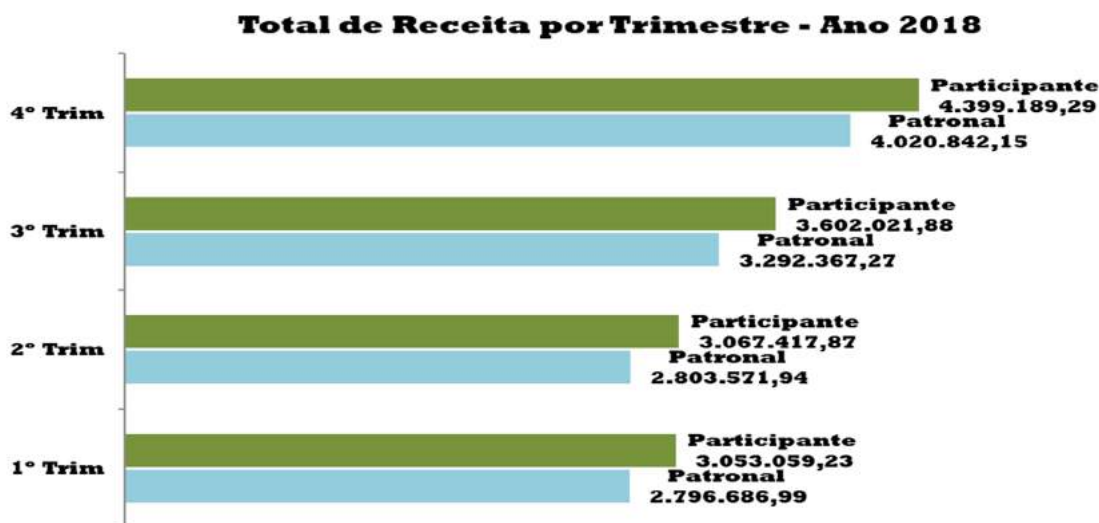
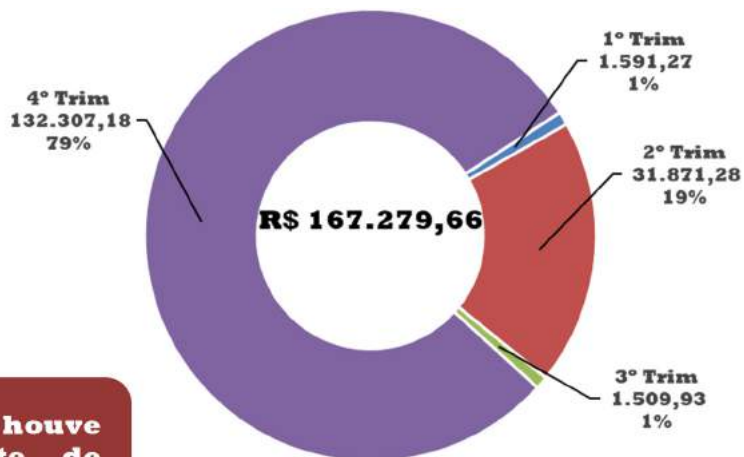


GRÁFICO 41. TOTAL DA RECEITA POR TRIMESTRE – PATRONAL X PARTICIPANTE



*No 3º trimestre de 2018 a patrocinadora CODEVASF pagou aos empregados diferença de remuneração referente a maio de 2017, do acordo coletivo.

5.1.2 Despesas Previdenciárias



No 2º trimestre de 2018, houve pagamento de resgate de contribuições.

No 4º trimestre de 2018 houve concessão de Benefício de Incapacidade para o Trabalho com parcela de pagamento único.

5.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de **Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do exercício de 2018, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

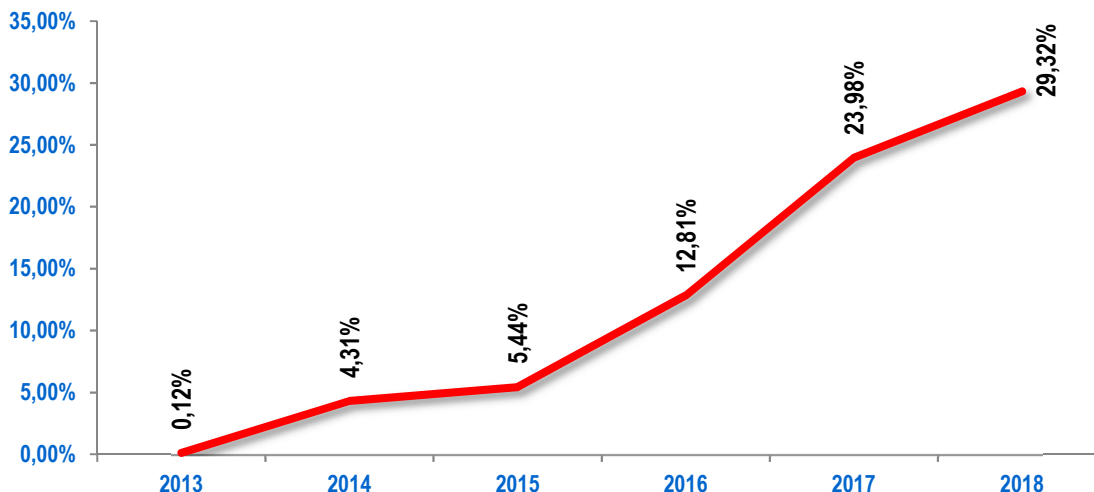
Seu valor total em 31.12.2018 de R\$ 128.381.125,67 contra R\$ 91.184.479,52 em 31.12.2017, registra um crescimento nominal no período de 40,79%. O crescimento observado no total dos ativos do Plano, prendeu-se, além da gestão tática implementada pela Diretoria de Finanças, somaram-se os ativos o impacto da entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

5.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa

O Gráfico abaixo identifica o desempenho bruto dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da **Taxa Indicativa (INPC+3,50% a.a.)**, tomando-se por base o valor apurado pelo desempenho dos “Ativos de Investimentos”, portanto, foram apuradas pela Diretoria de Finanças no período de 2013 a dezembro de 2018. Fica evidente que nos cinco anos de existência do Plano, a rentabilidade bruta acumulada mantém-se acima da Taxa Indicativa em 29,32%, motivada pela recuperação do P.U. (Preço Unitário) dos Títulos Públicos (NTN/B) existentes no portfólio do Plano precificados a “mercado”.

Assim sendo, pode-se afirmar que, a inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições “Estruturais” robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação, com adoção de estratégias conservadoras guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 42. RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA



O Gráfico abaixo identifica o desempenho líquido dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da **Taxa Indicativa (INPC+3,50% a.a.)**. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2013 a dezembro de 2018, **tomando-se por base a “Variação da Cota do Plano”**. Fica evidente que nos cinco anos de existência do Plano, a rentabilidade líquida acumulada mantém-se acima da Taxa Indicativa em 20,77%, motivada pela recuperação do P.U. (Preço Unitário) dos Títulos Públicos (NTN/B) existentes no portfólio do Plano precificados a “mercado”.

GRÁFICO 43. RENTABILIDADE LÍQUIDA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA

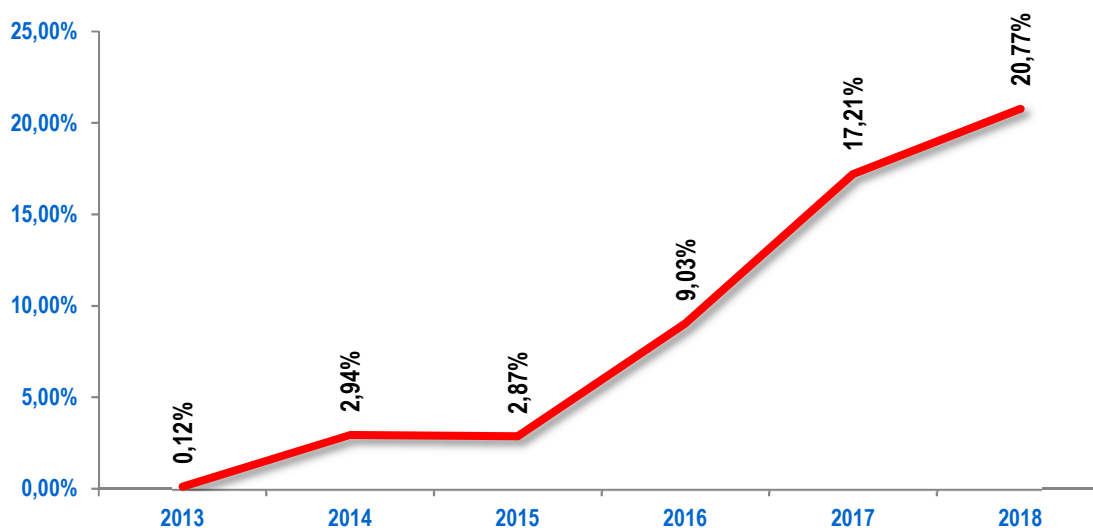


TABELA 21. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA – ACUMULADA

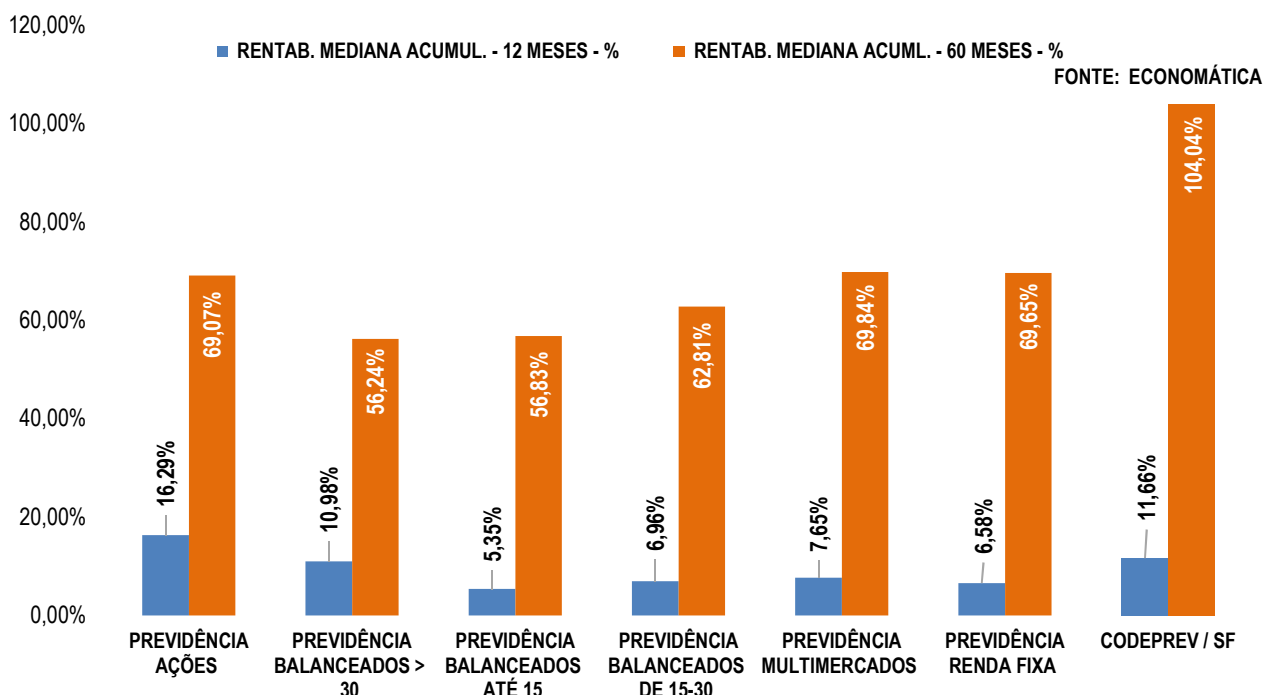
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE BRUTA - CODEPREV - DEZ/2013 a DEZEMBRO DE 2018 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1,746768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%
2018	123.353.099	1,926704	11,66%	7,05%	7,96%	3,50%	4,31%	29,32%
ACUMULADA NO PERÍODO			106,34%	59,56%	54,03%	19,11%	29,32%	
Obs:TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.						DESVIO PADRÃO	3,64%	

Comentários:

A despeito da recuperação observada no Codeprev registrada no quarto trimestre - A ECONOMÁTICA, que monitora a saúde financeira dos Fundos de Investimentos, por meio da Classificação ANBIMA e, utilizando-se do modelo próprio de acompanhamento dos respectivos ativos, classificou os **Fundos de Previdência em Ações; Previdência Balanceados; Previdência Multimercados e Previdência Renda Fixa** tomando-se como base a **Rentabilidade Mediana Acumulada**, encerrada em 31.12.2018 destacando o desempenho em: 12; 24; 36; 48 e 60 meses.

Com objetivo de comparar a gestão do Codeprev (Plano CD) e os respectivos Fundos existentes no mercado destacados pela ECONOMÁTICA (**Acumulados em 12 e 60 meses**), demonstramos que os resultados do Codeprev no período considerado, encontram-se bem acima daqueles registrados pelos estudos apresentados pela empresa de Consultoria, destacados no Gráfico a seguir:

GRÁFICO 44. RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA BALANCEADOS X CODEPREV



5.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, encontrava-se no encerramento do **4º Trimestre de 2018**, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

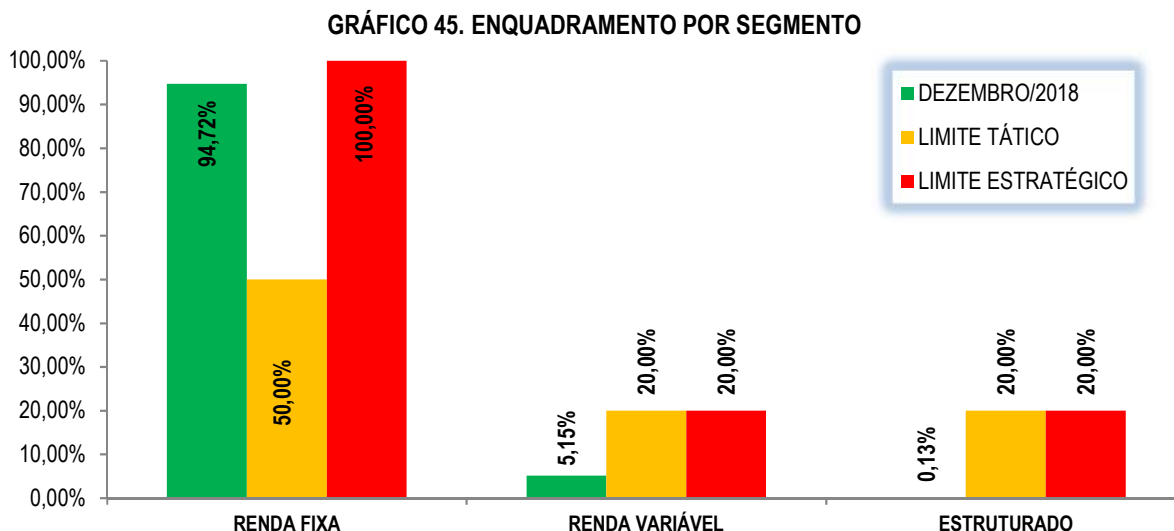


TABELA 22. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	87.117.655,04	95,54%	121.605.251,29	94,72%	50,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	3.964.871,07	4,35%	6.615.245,90	5,15%	20,00%	20,00%	70,00%
ESTRUTURADO	101.953,41	0,11%	160.628,48	0,13%	20,00%	20,00%	20,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	91.184.479,52	100%	128.381.125,67	100%			
(+) Disponível - Conta 11	76.846,81	VARIACÃO NOMINAL	3.409,81				
(-) Exigível de Investimentos	-53.874,95		-128.151,19				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	91.207.451,38	↑ 40,79%	128.256.384,29				

5.2.3 Detalhamento por Segmento

TABELA 23. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE										
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO			CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	NOTA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																			S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 21	RENDA FIXA	121.605.251,29	100,00%	94,72%	100%	100%	56%		6,76		8,19%	0,55%	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%	5,17%	3,07%	4,52%		
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	121.605.251,29	100,00%	94,72%	100%			100%	6,76		8,19%	0,55%	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%	5,17%	3,07%	4,52%		
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	121.605.251,29	100,00%	94,72%				100%	6,76	Soberano	8,19%	0,55%	1,68%	10,61%	11,80%	11,80%	5,39%	3,30%	4,74%		
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO - LFT (1)	0,00	0,00%	0,00%				100%		Soberano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,81%	1,81%	-0,29%	-0,50%	-0,04%		
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	6.615.245,90	100,00%	5,15%	70%	70%	20%				14,39%	2,53%	-0,96%	16,16%	15,70%	15,70%	1,18%	7,20%	8,65%		
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	6.615.245,90	100,00%	5,15%	70%						14,39%	2,53%	-0,96%	16,16%	15,70%	15,70%	1,18%	7,20%	8,65%		
	FUNDOS	6.615.245,90	100,00%	5,15%				25%			14,39%	2,53%	-0,96%	16,16%	15,70%	15,70%	1,18%	7,20%	8,65%		
	SAGA SF FIA	2.013.158,26	30,43%	1,57%					-		15,05%	2,80%	0,87%	19,30%	19,54%	19,54%	5,02%	11,04%	12,48%		
	MAPFRE SF FIA	4.602.087,64	69,57%	3,58%					-		14,11%	2,42%	-1,74%	14,84%	14,39%	14,39%	-0,13%	5,89%	7,33%		
Art. 23	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	160.628,48	100,00%	0,13%	20%	20%	20%		-		0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,32%	-0,88%		
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	160.628,48	100,00%	0,13%	15%				-		0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,32%	-0,88%		
	SAGA SNAKE FIM	160.628,48	100,00%	0,13%				10%	-		0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,32%	-0,88%		
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		128.381.125,67		100,00%					6,76		8,50%	0,67%	1,54%	10,91%	11,66%	11,66%	5,26%	3,16%	4,61%		

TABELA 24. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,68%	10,61%	11,58%	11,58%
RENDA VARIÁVEL	(0,96%)	16,16%	15,70%	15,70%
ESTRUTURADO	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,54%	10,91%	11,66%	11,66%
TAXA INDICATIVA	0,43%	1,16%	7,05%	7,05%
DIVERGÊNCIA	1,11%	9,75%	4,61%	4,61%

5.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

No 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 10,61% - acumulando no ano alta de 11,58%, frente à Taxa Indicativa de 7,05%, ficando acima do benchmark em 4,53 pontos-base, motivado pela elevada volatilidade no mercado financeiro, frutos da elevação das taxas dos Títulos Públicos existentes na carteira, cuja totalidade encontra-se marcada a “Mercado”.

5.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA’s (**Saga e Mapfre**), registrou no 4º trimestre de 2018 rentabilidade de 16,61%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 9,70% medida pelo Índice IBRX-50 (*Benchmark*). Com este resultado, o Segmento de Renda Variável acumulou no ano alta de 15,70% - contra alta de 14,53% do *Benchmark* no mesmo período.

5.2.3.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 4º trimestre alta de 1,48%. Com este resultado, o Segmento acumulou no ano alta de 6,18%, contra Taxa Indicativa de 7,05%, ficando abaixo 0,87 pontos-base do *Benchmark* no mesmo período. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

5.2.4 Controle de Avaliação de Riscos

5.2.4.1 Avaliação de Risco – Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a “Taxa Indicativa” definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de “Avaliação e Monitoramento de Risco” dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano II/CD - Codeprev sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o “Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance”, com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018.

TABELA 25. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

SEGMENTO	PLANO - II/CD - Codeprev												REFERÊNCIA : DEZEMBRO/2018		
	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
Renda Fixa	4,29%	0,05%	-0,01%	-1,11%	-5,18%	-2,86%	2,09%	-0,57%	-1,28%	7,50%	0,51%	1,25%	4,71%	3,26%	19,51%
Renda Variável	9,44%	2,15%	-2,58%	1,38%	-8,89%	-8,85%	7,85%	-3,92%	-1,12%	13,70%	2,49%	-1,39%	10,29%	6,91%	11,19%
Estruturado	0,07%	0,01%	0,14%	0,02%	-0,21%	-1,24%	-0,06%	0,26%	-0,16%	-0,13%	0,41%	0,03%	-0,83%	0,41%	4,33%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:.....	4,43%	0,19%	-0,17%	-0,92%	-5,41%	-3,20%	2,36%	-0,75%	-1,27%	7,81%	0,63%	0,03%	3,76%	3,41%	18,29%

TAXA INDICATIVA:..... INPC + 3,50% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.

Regra II:..... Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

Obs:..... No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.

5.2.5 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de Títulos Públicos**. As operações de arbitragem no decorrer do ano agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2018/2022. As operações realizadas consistiram em dar continuidade à concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

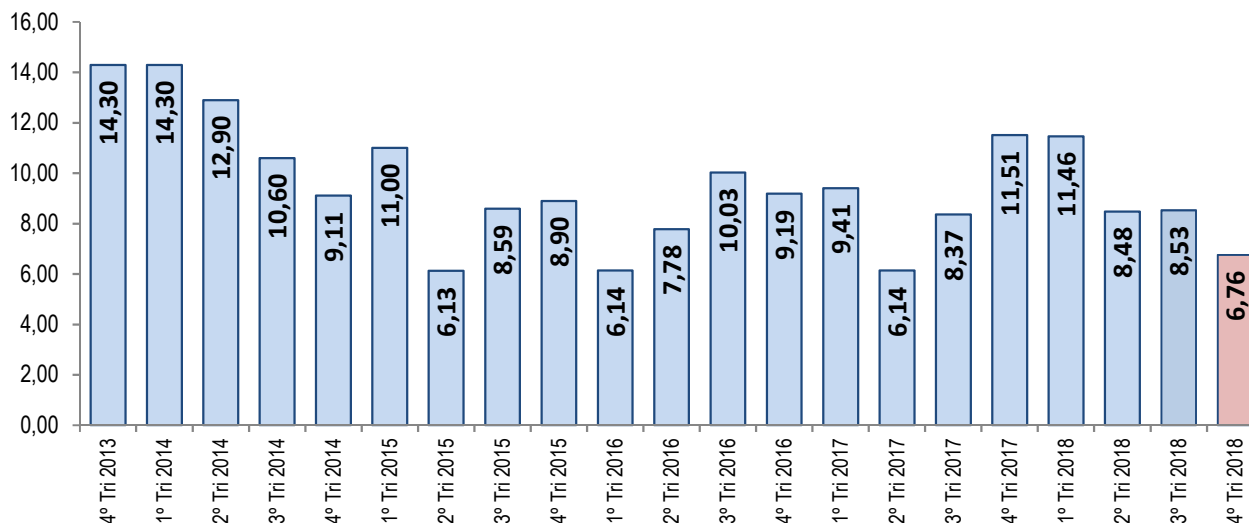
Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e LFT's, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela **ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos"**.

TABELA 26. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018

PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
06/02/2018	NTN-B 2055	4,9748	5,1650	5,4958	5,2600	1.448.658,90
12/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,0050	- 0,0008	5.000.082,80
21/05/2018	NTN-B 2055	5,3700	5,5500	5,8600	5,6500	7.099.714,65
22/05/2018	NTN-B 2050	5,3400	5,5100	5,8500	5,5800	7.005.242,07
19/06/2018	NTN-B 2045	5,6500	5,8600	6,1400	5,9800	15.476.524,12
15/10/2018	NTN-B 2050	5,2000	5,3600	5,6500	5,4400	4.028.220,10
24/10/2018	NTN-B 2045	4,9800	5,2700	5,4400	5,3300	6.603.948,06
	NTN-B 2050	4,9800	5,2700	5,4300	5,3300	1.517.212,67
21/11/2018	NTN-B 2045	4,9200	5,1200	5,3800	5,2200	5.489.217,57
TOTAL						105.942.923,13
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
06/02/2018	NTN-B 2030	4,7153	4,9441	5,2817	4,9000	1.445.691,89
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	869.956,68
04/04/2018	NTN-B 2035	4,8900	5,1400	5,43	5,0700	5.569.425,66
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.887.479,42
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	1.524.145,18
21/05/2018	NTN-B 2028	5,0900	5,3000	5,6700	5,3300	7.097.641,62
23/05/2018	NTN-B 2028	5,0200	5,3100	5,6000	5,2800	6.924.717,56
07/06/2018	NTN-B 2023	5,1700	5,7600	6,1600	5,5000	3.917.067,24
20/06/2018	NTN-B 2022	4,9800	5,3600	5,7300	5,2600	7.992.394,09
	NTN-B 2024	5,1400	5,4900	5,8000	5,3900	3.363.526,82
28/06/2018	NTN-B 2030	5,6400	5,8300	6,1500	5,7100	4.007.651,17
07/08/2018	NTN-B 2031	5,3800	5,6200	5,8400	5,5200	4.576.299,79
16/08/2018	NTN-B 2023	5,0300	5,3100	5,7200	5,2000	1.544.883,40
04/09/2018	NTN-B 2028	5,5300	5,8500	6,0400	5,7000	1.827.782,94
02/10/2018	NTN-B 2028	5,6700	5,8400	6,1900	5,8000	1.947.026,88
15/10/2018	NTN-B 2026	4,9100	5,0600	5,5100	5,0400	4.025.359,87
24/10/2018	NTN-B 2024	4,4200	4,7800	5,1200	4,7100	8.119.409,73
16/11/2018	NTN-B 2023	4,3900	4,6000	5,1500	4,6400	2.753.241,43
23/11/2018	NTN-B 2024	4,3900	4,7200	4,9900	4,6400	5.476.418,75
05/12/2018	NTN-B 2022	4,2400	4,5300	4,9100	4,5100	3.797.293,34
TOTAL						184.808.548,39

5.2.6 Duration

GRÁFICO 46. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 4º trimestre de 2018 alcançou 6,76 anos, contra 11,51 anos no mesmo período de 2017. A queda observada no índice, deveu-se às mudanças táticas de gestão dos ativos, compostos por 94,72% de títulos públicos federais-NTN/B, marcados a “mercado” com vencimentos mais curtos. Neste rol encontra-se papéis de vencimentos no intervalo de 2022 a 2035, entretanto, ajustados à fronteira eficiente e redução do risco.

5.2.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no “**Acompanhamento Orçamentário 2018**”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura do Codeprev.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no Plano encerrou o exercício de 2018 com Valor Realizado de R\$ 11.128.429,33 - contra o Valor Orçado de R\$ 6.934.037,73 - ou seja, o realizado totalizou variação de 160,49% daquele esperado no orçamento no período considerado.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 11.770.060,94 - contra R\$ 7.995.384,00 projetados, ou seja, 147,21% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais (NTN-B’s), precificadas a “Mercado”, cuja carteira encontra-se precificada 100% a “Mercado”, aliada às operações de arbitragem realizadas no decorrer do período, responsáveis por gerarem excelentes resultados para o Plano.

O **Segmento de Renda Variável**, obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 735.374,83 - contra R\$ 348.903,00 projetados, ou seja, 210,77% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a alta acumulada de 14,53% da Bolsa de Valores, medida pelo IBrX-50 (*Benchmark*), com reflexos positivos nos FIA’s que constituem a carteira do Plano, com alta acumulada de 15,70%, contra Taxa Indicativa de 7,05%, isto é, variação positiva de 8,65% pontos-base acima do *Benchmark*.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** constituído pelo Fundo de Investimento Multimercado, utilizado somente com vistas à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e o Custeio do Plano, gerou resultado positivo no exercício de R\$ 73.675,08 - contra R\$ 8.105,00 projetados no período, ou seja, 909,01% do previsto no encerramento do exercício de 2018.

TABELA 27. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD - CODEPREV									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	2.010.289,40	693.456,00	289,89%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	2.010.289,40	693.456,00	289,89%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%	11.770.060,94	7.995.384,00	147,21%
RENDA VARIÁVEL	-64.069,89	30.212,00	É DESPESA	735.374,83	348.903,00	210,77%	735.374,83	348.903,00	210,77%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-64.069,89	30.212,00	É DESPESA	735.374,83	348.903,00	210,77%	735.374,83	348.903,00	210,77%
FUNDOS DE AÇÕES	-64.069,89	30.212,00	É DESPESA	735.374,83	348.903,00	210,77%	735.374,83	348.903,00	210,77%
ESTRUTURADO	804,84	699,00	115,14%	73.675,08	8.105,00	909,01%	73.675,08	8.105,00	909,01%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	804,84	699,00	115,14%	73.675,08	8.105,00	909,01%	73.675,08	8.105,00	909,01%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-128.151,19	-65.845,36	É DESPESA	-1.450.681,52	-1.418.354,27	É DESPESA	-1.450.681,52	-1.418.354,27	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	1.818.873,16	658.521,64	276,21%	11.128.429,33	6.934.037,73	160,49%	11.128.429,33	6.934.037,73	160,49%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

5.2.8 Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que “*dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências*”, apresentamos a seguir a **Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD** administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

TABELA 28. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - I/BD - ACUMULADA 2018

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE		TAXA INDICATIVA	DIVERGÊNCIA (RENT. LÍQUIDA-TX. INDICATIVA)
		BRUTA	LÍQUIDA		
RENDA FIXA	121.605.251,29	13,77%	11,58%	7,05%	4,52%
RENDA VARIÁVEL	6.615.245,90	18,29%	15,70%	7,05%	8,65%
ESTUTURADO	160.628,48	6,43%	6,18%	7,05%	-0,88%
TOTAL	128.381.125,67	13,88%	11,66%	7,05%	4,61%

- a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.
- b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

5.3 CONTÁBIL

QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
DISPONÍVEL	3	77	EXIGÍVEL OPERACIONAL	231	120
			Gestão Previdencial	103	66
REALIZÁVEL	130.789	93.389	Investimentos	128	54
Gestão Previdencial	2.378	2.205			
Gestão Administrativa	30	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	130.561	93.346
Investimentos	128.381	91.184	Patrimônio de Cobertura do Plano	123.353	88.245
Títulos Públicos	121.605	87.118	Provisões Matemáticas	123.353	88.245
Fundos de Investimento	6.776	4.067	Benefícios Concedidos	30	34
			Benefícios a Conceder	123.323	88.211
			Fundos	7.208	5.101
			Fundos Previdenciais	7.208	5.101
TOTAL DO ATIVO	130.792	93.466	TOTAL DO PASSIVO	130.792	93.466

QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
A) Ativo Líquido - início do exercício	93.346	37.812	146,87
1. Adições	38.165	56.022	(31,87)
(+) Contribuições	27.037	49.751	(45,66)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.128	6.271	77,47
2. Destinações	(980)	(487)	101,12
(-) Benefícios	(167)	(62)	169,42
(-) Custeio Administrativo	(813)	(425)	91,15
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	37.185	55.534	(33,04)
(+/-) Provisões Matemáticas	35.108	53.957	(34,93)
(+/-) Fundos Previdenciais	2.077	1.577	31,68
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	130.531	93.346	39,84
C) Fundos não previdenciais	29,97	-	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	29,97	-	100,00

QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
1. Ativos	130.792	93.466	39,94
Disponível	3	77	(95,56)
Recebível	2.408	2.205	9,20
Investimento	128.381	91.184	40,79
Títulos Públicos	121.605	87.118	39,59
Fundos de Investimento	6.776	4.067	66,61
2. Obrigações	231	120	92,47
Operacional	231	120	92,47
3. Fundos não Previdenciais	30	-	100,00
Fundos Administrativos	30	-	100,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	130.531	93.346	39,84
Provisões Matemáticas	123.353	88.245	39,78
Fundos Previdenciais	7.178	5.101	40,72

QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
Provisões Técnicas (1+2+3)	130.762	93.466	39,90
1. Provisões Matemáticas	123.353	88.245	39,78
1.1. Benefícios Concedidos	30	34	(12,81)
Contribuição Definida	30	34	(12,81)
Benefício Definido	30	34	(12,81)
1.2. Benefício a Conceder	123.323	88.211	39,81
Contribuição Definida	123.323	88.211	39,81
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	40.820	25.736	58,61
Saldo de Contas - parcela participantes	82.503	62.474	32,06
3. Fundos	7.178	5.101	40,72
3.1. Fundos Previdenciais	7.178	5.101	40,72
4. Exigível Operacional	231	120	92,47
4.1. Gestão Previdencial	103	66	55,39
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	128	54	137,87

5.3.1 Notas Explicativas
5.3.1.1 Composição do Ativo
5.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.136 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.240 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2018 para serem liquidadas no mês de janeiro/2019, as quais respeitam o regime de competência.

5.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano Codeprev no Fundo Administrativo, é de R\$ 29 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

5.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros são detalhados no quadro abaixo:

QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Codeprev	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
Investimentos	128.381	91.184	2018	2017	
Títulos Públicos	121.605	87.117	94,7%	95,5%	40%
Fundos de Investimento	6.776	4.067	5,3%	4,5%	66,6%
Acções	6.615	3.965	5,2%	4,3%	67%
Multimercado	161	102	0,1%	0,1%	57,8%

Do quadro acima, destaca em relação ao total do **Programa de Investimentos**, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 94,7% e o Fundo de Investimento, com 5,3%.

A gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo **Comitê Estratégico de Investimentos – CEI**, na Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no **Plano II/Codeprev** no decorrer do exercício de 2018, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: **(i)** - Devidamente atestada pelo AETQ e **(ii)** - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

- **Provisões para Perda**

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos no SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Nos demais ativos o critério foi fixado na época própria, devidamente identificada em cada plano, por demonstração em quadro integrante desta.

5.3.1.2 *Composição do Passivo*

5.3.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, estando composta dos seguintes registros:

- a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 71 mil;
- b) IR / S/Benefícios – R\$ 29 mil;
- c) IR / S/Retenções a Recolher – R\$ 2 mil.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2018.

5.3.1.2.2 *Gestão dos Investimentos*

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 128 mil;

O montante de R\$ 128 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2018 e liquidado em janeiro/2019.

5.3.1.2.3 *Patrimônio Social*

- a) Provisões Atuariais:

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

Numa coisa os dois planos se igualam, nas existências das Reservas de Benefícios Concedidos e Reservas de Benefícios a Conceder, a primeira correspondente ao valor atualizado pela cota que, já devidamente depositado, pagará os aposentados até que cada participante consuma aquela relativa à sua própria posição detida; a segunda é o somatório dos valores de todas as contribuições depositadas até a data do balanço devidamente identificadas por participante e patrocinador, atualizadas pelo valor da cota do plano.

5.3.1.2.4 *Fundos*

- a) Previdencial:

O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo participante e pelo patrocinador para cobertura dos benefícios de risco. O saldo atual perfaz R\$ 7.178 mil.

No CODEPREV pode-se identificar o Fundo Coletivo de Risco, formado pelas contribuições de participantes e patrocinadores e rendimentos gerados pelo investimento do plano, o qual se destina a cobrir sinistros que impeçam aos participantes, na forma disciplinada pelo regulamento do plano, verterem suas contribuições até completarem 58 anos.

O Fundo Patronal não Comprometido é formado somente pelas contribuições não resgatadas pelos participantes, oriundos das contribuições depositadas pelo patrocinador em nome do participante, quando da perda do vínculo empregatício com sua patrocinadora. Aponta-se por oportuno que o vesting das contribuições patronais para resgate pelos participantes, corresponde a 0,5% a.m. multiplicado pelo número de meses de vínculo empregatício junto a patrocinadora.

b) Administrativo:

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, fechou com R\$ 29 mil reais.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

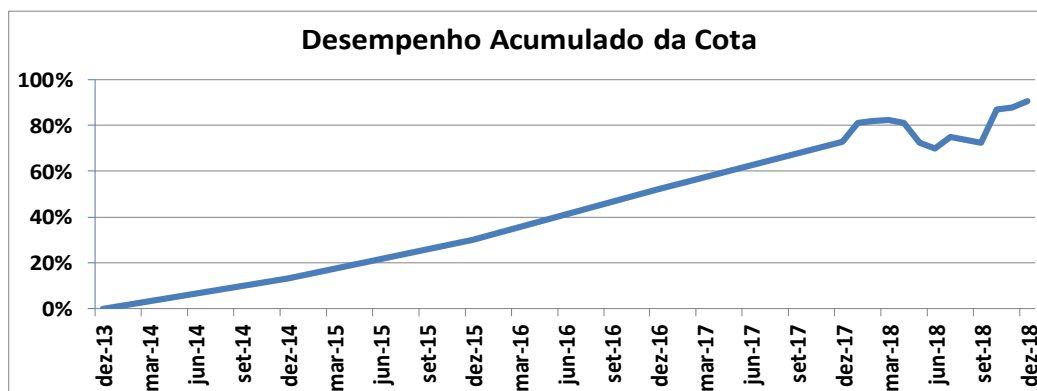
c) Investimento:

Neste plano não há contribuição para a formação desse Fundo, tendo em vista o fato de que não há ainda a constituição da carteira de empréstimo a participantes desse plano.

QUADRO 15. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
dez/17	1,75	0,97	72,75%
jan/18	1,83	4,78	81,01%
fev/18	1,84	0,57	82,03%
mar/18	1,84	0,08	82,18%
abr/18	1,83	-0,54	81,16%
mai/18	1,74	-4,75	72,54%
jun/18	1,72	-1,48	69,99%
jul/18	1,77	2,78	74,71%
ago/18	1,76	-0,61	73,65%
set/18	1,74	-0,80	72,27%
out/18	1,89	8,39	86,72%
nov/18	1,90	0,60	87,84%
dez/18	1,93	1,44	90,54%

GRÁFICO 47. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	dez/18	dez/17	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.101	3.524	45
1- CONTRIBUIÇÕES	26.224	49.326	-47
(+) Patrocinadores	12.913	6.917	87
(+) Participantes Ativos	14.112	7.251	95
(+) Autopatrocinados	10	10	-3
(+) Assistidos	2	0	1644
(+) Migração entre planos	-	35.573	-100
(-) Custeio	- 813	- 425	91
2- DESTINAÇÕES	- 167	- 62	169
(-) Benefícios	- 167	- 62	169
3- INVESTIMENTOS	11.128	6.271	77
(+) Renda Fixa	11.770	6.437	83
(+) Renda Variável	809	623	30
(-) Custeio	- 1.451	- 788	84
4- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 35.108	- 53.957	-35
(+) Benefícios a Conceder	- 35.113	- 53.959	-35
(+) Benefícios Concedidos	4	3	73
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3+4)	2.077	1.577	32
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	7.178	5.101	41

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado do exercício.

Foram destinados R\$ 167 mil reais para pagamento de benefícios e outros R\$ 35 milhões de ajuste nas reservas, então. Os recursos investidos somaram R\$ 11 milhões e as contribuições R\$ 26 milhões, num total ingressado nos fundos de R\$ 2 milhões.

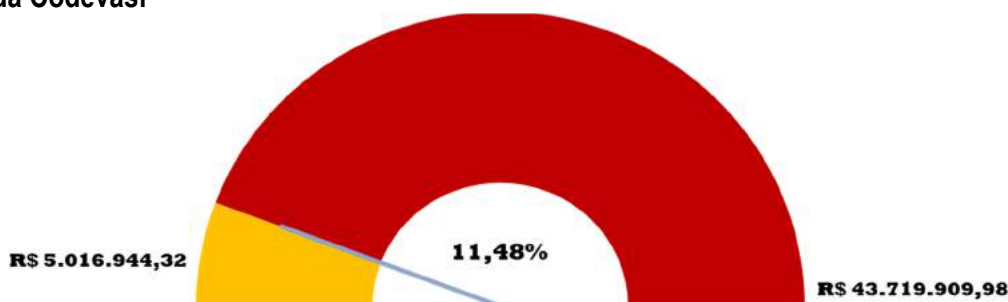
6 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO

O Plano contava, no encerramento do exercício de 2018, com 338 participantes ativos e 3 pensionistas.

6.1 RECEITAS

Dívida relativa ao Valor Atual de Ajuste nas Contribuições Normais decorrente do processo de Saldamento do Plano de Benefícios I, aprovado pela Portaria PREVIC/DILIC Nº 929 de 25/09/2017.

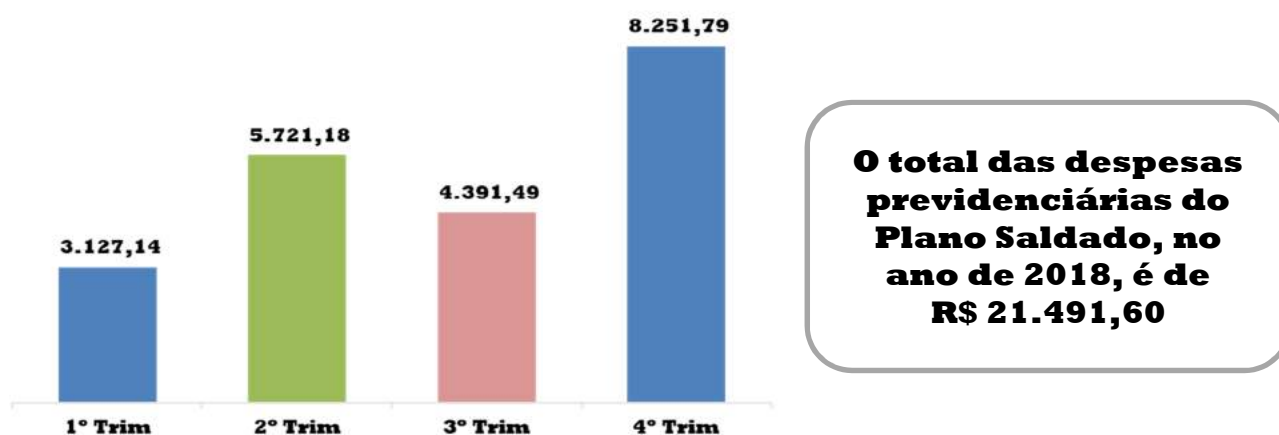
6.1.1 Dívida Codevasf



6.1.2 Dívida Fundação São Francisco



6.2 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



6.3 INVESTIMENTO

O **Plano de Benefício III /BSaldado** refere-se ao terceiro Plano sob a gestão da Fundação São Francisco, originado a partir da cisão do Plano I - BD (Plano de Origem) – decorrente do processo de saldamento aprovado pela **Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.**

6.3.1 Performance do Plano III/BSaldado – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano III/BSaldado. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a 2018. **Fica evidente que nos últimos vinte e quatro anos, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do exercício de 2018, com a taxa superior a 59%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015.

GRÁFICO 48. DESEMPENHO ACUMULADO

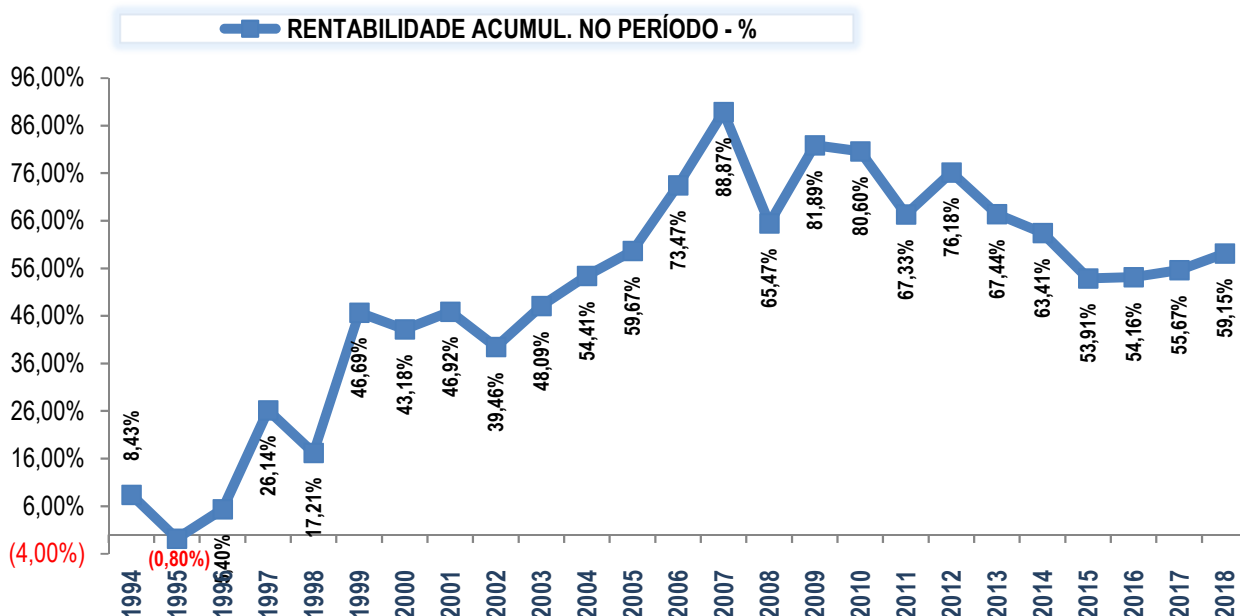


TABELA 29. DESEMPENHO ACUMULADO

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO III / BSALDADO - 1994 a DEZEMBRO DE 2018 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 4,90% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	277.113.456	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%
2018	313.614.903	11,06%	8,63%	7,25%	4,90%	2,24%	59,15%

Observação:

A redução de 49,44% observada no Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 - deveu-se ao processo de cisão autorizado pelo órgão fiscalizador Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017.

6.3.2 Enquadramento

6.3.2.1 Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2018, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

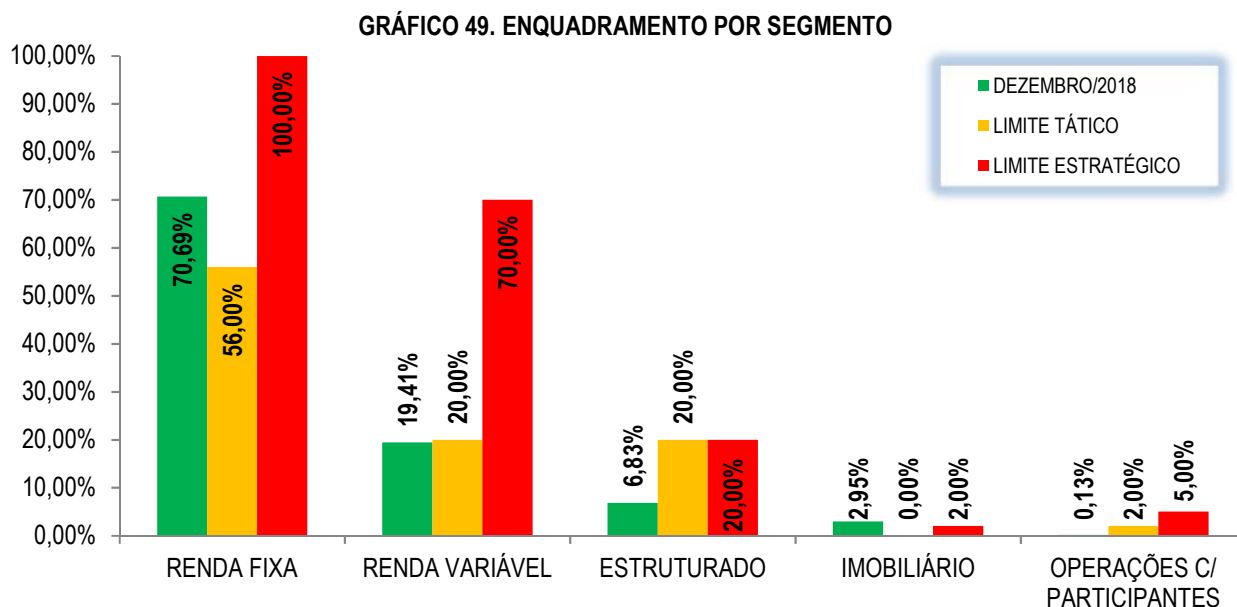


TABELA 30. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	166.187.040,48	70,56%	191.428.190,96	70,69%	56,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	18,85%	52.555.736,27	19,41%	20,00%	70,00%	70,00%
ESTRUTURADO	18.508.371,27	7,86%	18.502.687,01	6,83%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	4.214.057,18	1,79%	7.983.572,13	2,95%	0,00%	2,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	2.211.510,11	0,94%	343.313,80	0,13%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	235.515.696,99	100%	270.813.500,17	100%			
(+) Disponível - Conta 11	8.100,65	VARIACÃO NOMINAL	11.807,61				
(-) Exigível de Investimentos	-102.840,05		-125.774,58				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	235.420.957,59	14,99%	270.699.533,20				

6.3.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 4º trimestre de 2018 do Plano foi de 6,07%. Descontada a meta atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **1,66%**, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em 4,41 pontos-base. Com este resultado, a rentabilidade acumulada do Plano ano de 2018 foi de 13,45% a.a. Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **8,63% a.a.**, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 4,82 pontos-base.

GRÁFICO 50. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

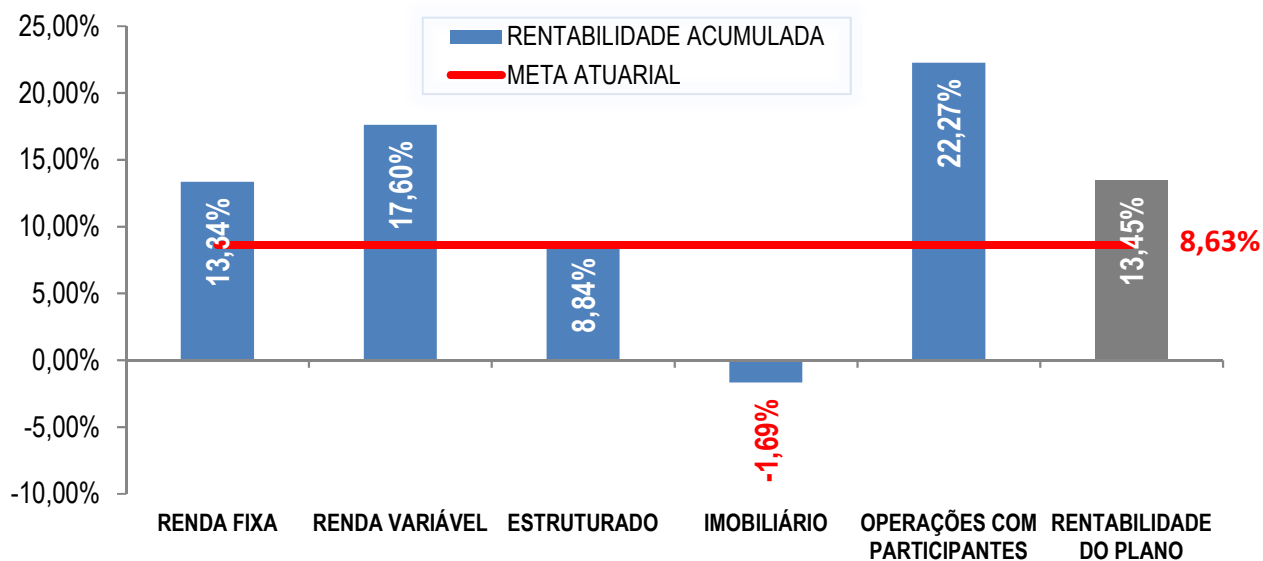


TABELA 31. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,78%	3,98%	13,34%	13,34%
RENDA VARIÁVEL	0,02%	17,84%	17,60%	17,60%
ESTRUTURADO	0,60%	0,63%	8,84%	8,84%
IMOBILIÁRIO	0,02%	1,64%	(1,69%)	(1,69%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,31%	3,78%	22,27%	22,27%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,60%	6,07%	13,45%	13,45%
META ATUARIAL	0,15%	1,66%	8,63%	8,63%
DIVERGÊNCIA	0,45%	4,41%	4,82%	4,82%

6.3.4 Detalhamento por Segmento

6.3.4.1 Renda Fixa

Neste Segmento estão alocados 70,69% do total dos Ativos de Investimentos. No encerramento do 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 3,98% - acumulando no ano alta de 13,34%, frente à Meta Atuarial de 8,63%, ficando acima do *benchmark* em 4,71 pontos-base, motivado pela elevada volatilidade no mercado financeiro, frutos da elevação das taxas dos Títulos Públicos existentes na carteira marcados a “Mercado”.

TABELA 32. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING									
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO		NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 21	RENDA FIXA	191.428.190,96	100,00%	70,69%	100%	100%	56%	11,44			2,68%	0,48%	0,78%	3,98%	13,34%	13,34%	6,93%	4,71%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	185.956.143,19	97,14%	68,67%	100%			11,61			2,71%	0,48%	0,77%	4,00%	13,64%	13,64%	7,23%	5,01%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	185.956.143,19	97,14%	68,67%				11,61	Soberano		2,71%	0,48%	0,77%	4,00%	13,79%	13,79%	7,38%	5,16%
	LETRAS FINANCERIAS DO TESOIRO - LFT (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,65%	2,65%	0,01%	-0,34%
II	Emissão de Companhias Abertas	3.195.984,02	1,67%	1,18%	80%			1,95			2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%
	DEBENTURES	3.195.984,02	1,67%	1,18%				1,95			2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%
	Risco de Crédito Especulativo (1)																	
	CEMIG - GT	3.195.984,02	1,67%	1,18%				1,95	BBB- (Fitch)	03/05/2018	2,71%	1,15%	1,56%	5,51%	11,83%	11,83%	5,42%	3,20%
III	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	2.276.063,75	1,19%	0,84%	20%			-			-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%
	EM COTA	2.276.063,75	1,19%	0,84%				-			-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%
	Alto Risco de Crédito							-										
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	2.276.063,75	1,19%	0,84%				-			-0,13%	-0,17%	-0,12%	-0,42%	-4,18%	-4,18%	-10,58%	-12,81%

(*) Alienação em 30/05/2018

Monitoramento:

(1) Reclassificação em 03/05/2018 - perspectiva estável

6.3.4.2 Renda Variável

No **Segmento de Renda Variável** estão alocados 19,41% do total dos Ativos, contra 17,55% registrada no 3º trimestre – variação positiva de 1,86 pontos-base, motivada exclusivamente pela alta de 9,70% do mercado acionário no 4º trimestre, medido pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*), acumulando no ano alta de 14,53%, favorecendo diretamente o Segmento do Plano com variação positiva acumulada no exercício de 17,60% constituído pelas Cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga SF e Mapfre SF**) - Vide Tabela, a seguir:

TABELA 33. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING		ANO								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																		S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	52.555.736,27	100,00%	19,41%	70%	70%	20%	-			14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,60%	17,60%	3,09%	8,97%	
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	52.555.736,27	100,00%	19,41%	70%			-			14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,60%	17,60%	3,09%	8,97%	
	FUNDOS	52.555.736,27	100,00%	19,41%				-			14,74%	2,68%	0,02%	17,84%	17,60%	17,60%	3,09%	8,97%	
	SAGA SF FIA	35.765.794,37	68,05%	13,21%				-			15,05%	2,80%	0,87%	19,30%	19,54%	19,54%	5,02%	10,91%	
	MAPFRE SF	16.789.941,90	31,95%	6,20%				-			14,11%	2,42%	-1,74%	14,84%	14,39%	14,39%	-0,13%	5,76%	

6.3.4.3 Investimentos Estruturados

Neste segmento estão alocados 6,83% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 0,63%, contra meta atuarial de 1,66% no mesmo período, imputando divergência negativa 1,03 pontos-base. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 8,84%, frente a meta atuarial 8,63%, registrando variação positiva acima da meta de 0,21%. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, com objetivo de finalizar o “Processo de Desinvestimento” em andamento sob a responsabilidade do Gestor e espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas, conforme destacado neste relatório.

TABELA 34. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING		ANO								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																		S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 23	ESTRUTURADO	18.502.687,01	100,00%	6,83%	20%	20%	20%	-			0,08%	-0,05%	0,60%	0,63%	8,84%	8,84%	2,43%	0,21%	
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	18.172.198,44	98,21%	6,71%	15%			-			0,07%	-0,06%	0,60%	0,61%	9,70%	9,70%	3,29%	1,07%	
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	13.678.870,85	73,93%	5,05%				-			0,08%	-0,07%	0,81%	0,82%	13,52%	13,52%	7,12%	4,89%	
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTIESTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	4.493.327,59	24,28%	1,66%				-			0,03%	-0,04%	-0,03%	-0,04%	-0,47%	-0,47%	-6,88%	-9,10%	
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	330.488,57	1,79%	0,12%	15%			-			0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,45%	
	SAGA SNAKE FIM	330.488,57	1,79%	0,12%				-			0,56%	0,45%	0,46%	1,48%	6,18%	6,18%	-0,23%	-2,45%	

6.3.4.4 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 2,95% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 1,64%, contra a meta de 1,66% no período, imputando divergência negativa de 0,02 pontos-base abaixo da meta. No ano, o Segmento acumulou rentabilidade negativa de 1,69%, contra meta de 8,63%, motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas do Fernandez Plaza, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear.

TABELA 35. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING		ANO								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																		S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 24	IMOBILIÁRIO	7.983.572,13	100,00%	2,95%	20%	2%	0%	-			0,82%	0,79%	0,02%	1,64%	-1,69%	-1,69%	-8,10%	-10,32%	
	Imóveis para Aluguel e Renda	4.280.463,58	53,62%	1,58%				-			-0,21%	0,22%	-0,27%	-0,26%	-15,99%	-15,99%	-22,40%	-24,63%	
	FERNANDEZ PLAZA	3.512.586,97	44,00%	1,30%				-			-0,22%	0,31%	-0,29%	-0,20%	-5,26%	-5,26%	-11,67%	-13,89%	
	SÃO CRISTÓVÃO	767.876,61	9,62%	0,28%				-			-0,16%	-0,16%	-0,16%	-0,48%	-44,40%	-44,40%	-50,81%	-53,03%	
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	3.703.108,55	46,38%	1,37%				5,11			2,04%	1,44%	0,35%	3,87%	18,28%	18,28%	11,87%	9,65%	
	CRI	3.703.108,55	46,38%	1,37%				5,11			2,04%	1,44%	0,35%	3,87%	18,28%	18,28%	11,87%	9,65%	
	Baixo Risco de Crédito (2)																		
	BRC SECURITIZADORA	913.341,99	11,44%	0,34%				1,76	AA+ (Fitch)	09/05/2018	1,94%	0,64%	-0,19%	2,40%	17,11%	17,11%	10,70%	8,47%	
	Alto Risco de Crédito (3)																		
	INFRASEC SECURITIZADORA	2.789.766,56	34,94%	1,03%				6,21	AA (LFRating)	17/05/2018	2,08%	1,70%	0,53%	4,37%	18,69%	18,69%	12,28%	10,06%	

Monitoramento:

(2) Nota revisada em 09/05/2018 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 17/05/2018 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

6.3.4.5 Operações com Participantes – Empréstimos

Neste segmento estão alocados 0,13% do total dos Ativos de Investimentos. No 4º trimestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Operações C/ Participantes (Empréstimos) alcançou 3,78% - acumulando no ano alta de 22,27%, frente meta atuarial de 8,63%, superando a meta acumulada em 13,64 pontos-base.

TABELA 36. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING		ANO								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																		S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 25	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	343.313,80	100,00%	0,13%	15%	5%	2%	-			1,11%	1,31%	1,31%	3,78%	22,27%	22,27%	15,86%	13,64%	
I	Empréstimos	343.313,80	100,00%	0,13%				-			1,11%	1,31%	1,31%	3,78%	22,27%	22,27%	15,86%	13,64%	

6.3.5 Controle de Avaliação de Riscos

6.3.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada – DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a Meta Atuarial definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de “Avaliação e Monitoramento de Risco” dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano III/BSaldado sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o “Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance”, com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018.

TABELA 37. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO III - BSaldado													REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2018		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
RENDA FIXA	4,07%	-0,44%	0,40%	-0,08%	-1,18%	0,01%	-0,29%	-0,30%	-0,15%	1,98%	-0,32%	0,63%	4,33%	1,39%	11,10%
RENDA VARIÁVEL	8,94%	0,82%	-2,53%	-0,66%	-7,50%	-5,54%	5,16%	-4,53%	0,11%	14,04%	1,88%	-0,13%	10,06%	6,13%	30,18%
ESTRUTURADO	-0,67%	-0,63%	8,12%	-0,51%	-0,63%	-1,04%	-1,92%	0,12%	-1,30%	-0,62%	-0,85%	0,45%	0,52%	2,61%	-50,47%
IMOBILIÁRIO	-0,93%	-2,35%	-0,93%	0,17%	2,19%	-0,15%	-0,97%	-0,14%	0,03%	0,12%	-0,01%	-0,13%	-3,10%	1,06%	-61,94%
EMPRÉSTIMO	1,45%	1,55%	1,97%	0,95%	0,97%	0,28%	-0,48%	1,40%	1,80%	0,41%	0,51%	1,16%	11,97%	0,71%	28,96%
PLANO.....	4,34%	-0,15%	0,35%	-0,20%	-2,23%	-1,08%	0,51%	-1,01%	-0,16%	3,82%	0,08%	0,45%	4,72%	1,89%	6,14%

META ATUARIAL : INPC + 4,90% a.a.

Regra I :Nenhum dos Segmentos apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmento de Investimentos Estruturados e Imobiliário.

TABELA 38. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

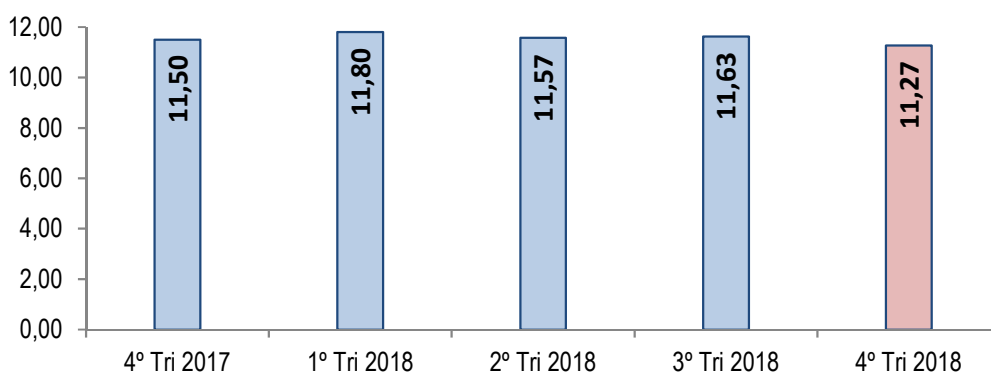
PLANO III - BS						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/04/2018	LFT 2018	-	0,0024	0,0004	0,01	4.566.418,18
30/05/2018	LFT 2018	-	0,0028	0,0002	0,0042	28.587,24
14/06/2018	NTN-B 2045		5,7200	6,0000	6,2100	108.641,00
25/06/2018	NTN-B 2050		5,7700	5,9600	6,1800	110.615,76
TOTAL						4.814.262,18
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
15/02/2018	NTN-B 2030		4,7483	4,9147	5,32	1.726.425,66
04/04/2018	NTN-B 2035		4,8900	5,1400	5,43	1.999.458,40
19/04/2018	NTN-B 2035		4,8500	5,0900	5,4000	4.444.747,69
18/05/2018	NTN-B 2035		5,1300	5,4600	5,7800	2.581.849,38
30/05/2018	NTN-B 2028		5,2700	5,4900	5,8500	25.987,88
07/06/2018	NTN-B 2023		5,1700	5,7600	6,1600	1.426.683,63
16/08/2018	NTN-B 2023		5,0300	5,3100	5,7200	3.056.896,95
04/09/2018	NTN-B 2028		5,5300	5,8500	6,0400	498.778,79
02/10/2018	NTN-B 2028		5,6700	5,8400	6,1900	533.343,99
16/11/2018	NTN-B 2023		4,3900	4,6000	5,1500	3.426.552,29
05/12/2018	NTN-B 2022		4,2400	4,5300	4,9100	441.781,01
TOTAL						20.162.505,67

As taxas de negociações na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

6.3.6 Duration do Plano

GRÁFICO 51. EVOLUÇÃO DO DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2018 o *duration* alcançou 11,27 anos - contra 11,50 anos alcançados no mesmo período de 2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos, entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou 13,17 anos calculados pelo modelo Previc.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I. A estabilidade observada no *Duration* no decorrer do exercício de 2018 foi promovida devida a permanência nas aplicações com vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* de 11,27 anos, menor que a do passivo (13,17 anos), atendendo a lógica da legislação, que obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo. Apesar de não apresentar nenhuma distorção em relação à legislação, não exime a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.

6.3.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no “Acompanhamento Orçamentário 2018”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no **Plano III/BSaldado** no encerramento do exercício de 2018 totalizou R\$ 30.963.193,42 - contra o Valor Orçado de R\$ 18.612.070,02 - ou seja, o realizado totalizou 166,36% daquele esperado no orçamento projetado para o exercício de 2018.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 22.046.773,09 - contra R\$ 14.787.768,00 projetados, ou seja, 149,09% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN/B's, precificadas a “Mercado”.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela alta de 14,53% da Bolsa de Valores em 2018, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortaleceu as condições táticas e estratégicas de manter os investimentos em ações. Portando, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 7.940.522,50 - contra R\$ 3.906.729,00 projetados, ou seja, 203,25% do previsto no encerramento do exercício de 2018.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** motivado pela reavaliação do ENERGIA PCH - FIP, principal ativo que compõe a carteira do Plano, com rentabilidade acumulada no ano de 8,84%, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 1.659.097,40 - contra R\$ 161.536,00 projetados no período, ou seja, 1.027,08% do projetado para o exercício de 2018.

O **Segmento Imobiliário** reverteu todo o desvio negativo registrado no primeiro trimestre, ao acumular no decorrer do exercício de 2018 resultado positivo de R\$ 532.993,85 - contra R\$ 374.768,00 projetados para o ano, ou seja, 142,22% do previsto no período, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido diretamente pela **revogação da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução Nº 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de “Terrenos” e “Imóveis”, mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Consequentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento Imobiliário, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O **Segmento de Empréstimos** obteve no encerramento do exercício de 2018 “despesas” de R\$ 50.979,57 - contra receita positiva de R\$ 521.375,00 projetados para o período. Contribuiu para este resultado final, as “Provisões para Perdas” no decorrer do exercício.

Com relação aos “Custeios” não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 1.165.213,85 - contra R\$ 1.140.105,98 projetados para o exercício de 2018, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

TABELA 39. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO III - BS									
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	1.472.773,51	1.282.843,00	114,81%	22.046.773,09	14.787.768,00	149,09%	22.046.773,09	14.787.768,00	149,09%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.426.636,79	1.226.298,00	116,34%	21.818.413,30	14.134.813,00	154,36%	21.818.413,30	14.134.813,00	154,36%
EMIÇÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	30.159,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%
LF	0,00	30.159,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%
EMIÇÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	48.965,34	26.386,00	185,57%	327.136,68	303.216,00	107,89%	327.136,68	303.216,00	107,89%
DEBENTURES	48.965,34	26.386,00	185,57%	327.136,68	303.216,00	107,89%	327.136,68	303.216,00	107,89%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-2.828,62	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-2.828,62	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA	-98.776,89	0,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	12.220,94	338.293,00	3,61%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	12.220,94	338.293,00	3,61%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%
FUNDOS DE AÇÕES	12.220,94	338.293,00	3,61%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%	7.940.522,50	3.906.729,00	203,25%
ESTRUTURADO	110.480,07	13.939,00	792,60%	1.659.097,40	161.536,00	1027,08%	1.659.097,40	161.536,00	1027,08%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	109.107,84	0,00	NA	1.600.555,81	0,00	NA	1.600.555,81	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.372,23	13.939,00	9,84%	58.541,59	161.536,00	36,24%	58.541,59	161.536,00	36,24%
IMOBILIÁRIO	-87.815,11	32.613,00	É DESPESA	532.993,85	374.768,00	142,22%	532.993,85	374.768,00	142,22%
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-100.891,80	0,00	É DESPESA	-73.024,64	0,00	É DESPESA	-73.024,64	0,00	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	13.076,69	32.613,00	40,10%	606.018,49	374.768,00	161,70%	606.018,49	374.768,00	161,70%
CRI	13.076,69	32.613,00	40,10%	606.018,49	374.768,00	161,70%	606.018,49	374.768,00	161,70%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-136.865,91	45.865,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA
EMPRÉSTIMOS	-136.865,91	45.865,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA	-50.979,57	521.375,00	É DESPESA
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-111.764,90	-101.825,84	É DESPESA	-1.165.213,85	-1.140.105,98	É DESPESA	-1.165.213,85	-1.140.105,98	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	1.259.028,60	1.611.727,16	78,12%	30.963.193,42	18.612.070,02	166,36%	30.963.193,42	18.612.070,02	166,36%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

6.3.8 Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que “*dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências*”, apresentamos a seguir a **Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD** administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

TABELA 40. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA - III/BS - ACUMULADA 2018

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE		META ATUARIAL	DIVERGÊNCIA (RENT. LÍQUIDA-META)
		BRUTA	LÍQUIDA		
RENDA FIXA	191.428.190,96	14,50%	13,34%	8,63%	4,71%
RENDA VARIÁVEL	52.555.736,27	20,32%	17,60%	8,63%	8,97%
ESTUTURADO	18.502.687,01	56,98%	8,84%	8,63%	0,21%
IMOBILIÁRIO	7.983.572,13	-2,11%	-1,69%	8,63%	-10,32%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	343.313,80	-20,57%	22,27%	8,63%	13,64%
TOTAL	270.813.500,17	18,64%	13,45%	8,63%	4,82%

- a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.
- b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

6.4 CONTÁBIL

QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
DISPONÍVEL	12	17	EXIGÍVEL OPERACIONAL	699	676
			Gestão Previdencial	573	573
REALIZÁVEL	320.606	284.408	Investimentos	126	103
Gestão Previdencial	44.263	44.587			
Gestão Administrativa	5.433	5.656	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	200	309
Investimentos	270.911	234.165	Investimento	200	309
Títulos Públicos	185.956	157.128			
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	PATRIMÔNIO SOCIAL	319.719	283.441
Fundos de Investimento	73.334	65.182	Patrimônio de Cobertura do Plano	313.615	277.113
Investimentos Imobiliários	4.280	4.214	Provisões Matemáticas	317.826	286.006
Empréstimos e Financiamentos	343	654	Benefícios Concedidos	287	196
Depos. Jud. Recursais	97	207	Benefícios a Conceder	317.539	285.811
			Equilíbrio Técnico	(4.211)	(8.893)
			Resultados Realizados	(4.211)	(8.893)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.211)	(8.893)
			Fundos	6.104	6.327
			Fundos Administrativos	5.433	5.656
			Fundos dos Investimentos	671	671
TOTAL DO ATIVO	320.618	284.426	TOTAL DO PASSIVO	320.618	284.426

QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2018	2017	(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	277.113	-	100,00
1. Adições	36.523	277.115	(86,82)
(+) Contribuições	5.560	275.055	(97,98)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.963	2.060	1.403,14
2. Destinações	(21)	(1)	1.818,27
(-) Benefícios	(21)	(1)	1.818,27
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	36.501	277.113	(86,83)
(+/-) Provisões Matemáticas	31.819	286.006	(88,87)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.682	(8.893)	(152,65)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	313.615	277.113	13,17
C) Fundos não previdenciais	6.104	6.327	(3,52)
(+/-) Fundos Administrativos	5.433	5.656	(3,94)
(+/-) Fundos dos Investimentos	671	671	-

QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2018	2017	(%)
1. Ativos	320.618	284.426	12,72
Disponível	12	17	(32,25)
Recebível	49.696	50.243	(1,09)
Investimento	270.911	234.165	15,69
Títulos Públicos	185.956	157.128	18,35
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	1,76
Fundos de Investimento	73.334	65.182	12,51
Investimentos Imobiliários	4.280	4.214	1,58
Empréstimos e Financiamentos	343	654	(47,51)
Depos. Jud. Recursais	97	207	(52,91)
2. Obrigações	899	985	(8,73)
Operacional	699	676	3,39
Contingencial	200	309	(35,29)
3. Fundos não Previdenciais	6.104	6.327	(3,52)
Fundos Administrativos	5.433	5.656	(3,94)
Fundos dos Investimentos	671	671	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)	313.615	277.113	13,17
Provisões Matemáticas	317.826	286.006	11,13
Superávit/Déficit Técnico	(4.211)	(8.893)	(52,65)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(1.157)	-	100,00
a) Equilíbrio Técnico	(4.211)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.054	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.157)	-	100,00

QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	315.185	278.770	13,06
1. Provisões Matemáticas	317.826	286.006	11,13
1.1. Benefícios Concedidos	287	196	46,62
Benefício Definido	287	196	46,62
1.2. Benefício a Conceder	317.539	285.811	11,10
Benefício Definido	317.539	285.811	11,10
2. Equilíbrio Técnico	(4.211)	(8.893)	(52,65)
2.1. Resultados Realizados	(4.211)	(8.893)	(52,65)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.211)	(8.893)	(52,65)
3. Fundos	671	671	-
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	671	671	-
4. Exigível Operacional	699	676	3,39
4.1. Gestão Previdencial	573	573	-
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	126	103	22,30
5. Exigível Contingencial	200	309	(35,29)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	200	309	(35,29)

6.4.1 Notas Explicativas
6.4.1.1 Composição do Ativo
6.4.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições contratadas a receber:

a) Codevasf – R\$ 44.262 mil;

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2018 para serem liquidadas no mês de janeiro/2019.

6.4.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo é de R\$ 5.432 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários a gestão do plano.

6.4.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Benefício Saldado	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	270.910	234.165			
Títulos Públicos	185.956	157.128	68,6%	67,1%	18,3%
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	2,5%	2,9%	1,8%
Companhias Abertas	6.899	6.780	2,5%	2,9%	1,8%
Fundos de Investimento	73.334	65.182	27,1%	27,8%	12,5%
Multimercado	330	2.030	0,1%	0,9%	-83,7%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	2.276	2.279	0,8%	1,0%	-0,1%
Ações	52.556	44.395	19,4%	19,0%	18,4%
Participações/FIP	18.172	16.478	6,7%	7,0%	10,3%
Investimentos Imobiliários	4.281	4.214	1,6%	1,8%	1,6%
Empréstimos	343	654	0,1%	0,3%	-47,6%
Depos. Jud. Recursais	97	207	0,0%	0,1%	-53,1%

6.4.1.2 *Composição do Passivo*

6.4.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Valores a Restituir – R\$ 573 mil;

Na conta de Valores a Restituir foi provisionado o valor de R\$ 573 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

6.4.1.2.2 *Gestão de Investimentos*

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 14 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 111 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 111 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2018 e liquidado em janeiro/2019.

6.4.1.2.3 *Exigível Contingencial*

O valor de R\$ 199 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

6.4.1.2.4 *Patrimônio Social*

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

- a) Provisões Atuariais:

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2018, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2018 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, respectivamente em R\$ 286 mil e R\$ 314.708 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano Saldado, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2018 foi de 4,90% a.a. No estudo quanto a taxa de juros da carteira de ativos do plano, essa foi identificada como 5,02% a.a., diante disso propôs o AETQ que, a taxa para efeito de utilização atuarial passasse a ser de 4,90% a.a. O estudo devidamente aprovado pelos órgãos de governança da entidade, e identificados pelo atuário do plano com sendo a melhor expressão, foi aquele identificado preambularmente, já que atendia a aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.

b) Equilíbrio Técnico:

O resultado do exercício de 2018 foi à formação de um déficit de R\$ 4.210 mil. As Demonstrações Atuariais (DA), parte integrante desta nota, elaborada como consta do parágrafo precedente a este, pelo escritório Jesse Montello, detalham quais os montantes foram alterados diante das constatações das necessidades de empregos de outras hipóteses biométricas. Chama-se a atenção para o fato de aquele escritório declinar que o déficit é proveniente de aspectos estruturais. O maior impacto foi conduzido pela alteração da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%, empregada em função do resultado do estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/2315/2018 de 28/11/2018 para o Plano de Benefícios I, estudo que possuirá validade máxima de 3 anos, conforme a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

6.4.1.2.5 Fundos

a) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo decorre do processo de cisão do Plano I – plano de origem, e para seu valor foi aplicada a mesma proporcionalidade da cisão dos demais ativos no plano.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, fechou com R\$ 5.432 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

b) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 671 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo a Área de Finanças da Fundação.

c) Previdencial:

Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu plano de custeio a existência de fundos da natureza especificada, não há qualquer registro contábil.

QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em R\$ mil

DEFINIÇÃO	dez/18	dez/17	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 8.893	-	-
1- CONTRIBUIÇÕES	5.560	275.055	-98
(+) Patrocinadores	5	-	-
(+) Participantes	4	-	-
(+) Dívida Contratada	4.352	44.587	-90
(+) Fluxos Previdenciais	1.198	230.467	-99
2- DESTINAÇÕES	- 21	- 1	1818
(-) Benefícios	- 21	- 1	1818
4- INVESTIMENTOS	30.963	2.060	1403
(+) Renda Fixa	22.752	489	4556
(+) Renda Variável	9.501	1.447	557
(+) Imóveis	- 73	- 12	499
(+) Empréstimos	- 51	225	-123
(-) Custeio	- 1.165	- 88	1219
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 31.819	- 286.006	-89
(+) Benefícios Concedidos	- 91	- 196	-53
(+) Benefícios a Conceder	- 31.728	- 285.811	-89
B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4+5) DO EXERCÍCIO	4.682	- 8.893	-153
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 4.211	- 8.893	-53

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Superávit no exercício.

Foram destinados R\$ 21 mil reais para pagamento de benefícios e outros R\$ 31 milhões de ajuste nas reservas. Os recursos investidos somaram R\$ 30 milhões e as contribuições R\$ 5 milhão.

6.4.2 Fato Relevante:

1. Foi realizada ajuste na cisão do plano, motivado pela opção de um participante que se encontrava com o contrato suspenso por estar recebendo benefício de auxílio doença. Como previam as condições estipuladas nos documentos aprovados pela PREVIC relativamente a opção pelo plano saldado, somente no retorno do auxílio o participante poderia fazer sua opção (processo nº 44011.000336/2016-94 autorizado pela Previc portaria 929/2017 25/09/2017), tal fato ocorreu em março de 2018. Dessa forma o percentual de rateio calculado em novembro de 2017 de 40,236821, passou para 40,419758, apresentando a diferença de 0,182937. O ajuste patrimonial foi realizado sobre a mesma base de novembro de 2017, ajustada pelos ganhos e perdas para a condição de março de 2018, procedido assim, não houve transferência de recursos indevidos e, por manter o comportamento isonômico, não houve privilégio a ele em relação aos demais.
2. Em 1991 foi distribuída a ação ordinária de nº 910123902-3, que tramitou perante a 23ª Vara Federal do RJ, cuidando-se de ação coletiva interposta por várias Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em face da União, onde se discutia a aplicação dos expurgos inflacionários sobre aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's. As entidades foram representadas pela ABRAPP. Julgada procedente a ação ordinária e depois do esgotamento de todos os recursos disponíveis, deu-se início à liquidação da sentença, objeto de distribuição de 38 ações. A SÃO FRANCISCO ESTÁ LIQUIDANDO A SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO 0145881-14.2015.4.02.5101 – QUE TEM CURSO PERANTE A 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, que ainda tem como exequentes a INERGUS, COMPREV, FAPECE, FAPERS e SERGUS, onde se cobra o valor total, para todas as entidades, de R\$ 21.374.666,63 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo que a parte da São Francisco está estimada em R\$ 6.000.440,67 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizada até o dia 27 de novembro de 2015, datada do ajuizamento da ação de liquidação. Os valores aqui apresentados ainda carecem de confirmação pelo Governo Federal, o qual ainda discute a forma de apuração do mesmo, dito isso, evidencia-se que o valor estampado acima é a apuração realizada somente pelo escritório contratado pelas entidades citadas.

Não há contabilização do valor apresentado no parágrafo anterior exatamente ante a possibilidade de sua impugnação. A PREVIC em ofício encaminhado a ABRAPP – Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou que o valor da demanda das entidades deveria somente constar das notas explicativas, não procedendo ao registro no ativo dos planos. Caberá, se vitoriosa a demanda, a cada plano (BD I e BD III), correspondente a R\$ 3.575 milhões e R\$ 2.425 milhões, respectivamente Plano de Benefício I – BD e Plano de Benefício Saldado – BS, como são comumente denominados.

3. Em outubro de 2018, a Assessora da Diretoria, Drª Claudia Sant'Anna, encaminhou a Diretoria Executiva a CI N° 018 / ASSESSORIA, manifestando e recomendando a baixa de alguns valores contabilizados nos planos da entidade, e diante da aprovação da mesma, foram baixados os seguintes processos e valores.

- IPTU/BSB/91/92 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 806,65;
- IPTU/BSB/93 – Referentes as unidades do Hotel Bonaparte, no valor de R\$ 813,35;
- IPTU/SALVADOR/92/93 – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 70.945,16;
- ITBI FERNANDEZ – Referentes as unidades do Fernandez Plaza em Salvador, no valor de R\$ 37.719,24.

4. O resultado do ajuste de precificação das NTN'S, pelo Sistema Venturo da Previc:

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
155.478.180,23	158.531.865,26	3.053.685,03

ANALISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido. Duration do Passivo (12,52) > Duration dos Ativos (12,52).

ANALISE DOS VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido.

5. Abaixo estão as ações judiciais classificadas pelos escritórios de Advocacia como probabilidade de perdas ou ganhos "Possíveis":

AÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR DA AÇÃO
Revisão de benefícios - INSS Hipotético	201110400127	R\$ 20.000,00
	201111301020	R\$ 20.000,00
	201313600659	R\$ 23.862,24
Restituição do Imóvel dado em garantia da emissão da CCI.	0280346-58.2014.8.19.0001	R\$ 10.000,00
Ação Revocatória -Nulidade CCI - Alienação Fiduciária	0479745-34.2015.8.19.0001	R\$ 1.000.000,00
Processo Administrativo *	10166.728109/2011-37	R\$ 112.165,98
Embargos de Terceiros - Ação de Cobrança movida pelo Condomínio contra a M. Brasil.	0036455-63.2017.8.19.0001	R\$ 373.855,26

Manifestação de Inconformidade em face de Despacho Decisório que não homologou a Declaração de Compensação apresentada pela ora Manifestante, proferido pela Divisão de Orientação e Análise Tributária-DIORT em Brasília (letras hipotecárias).

7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

7.1 ADMINISTRAÇÃO

7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

7.1.1.1 Receitas

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

No Gráfico 52 apresentamos a receita acumulada até o 4º trimestre na sua totalidade e segregada nas respectivas fontes. O Gráfico 53 demonstra o comportamento dessa receita nos últimos cinco anos, considerando o trimestre de referência no relatório.

GRÁFICO 52. RECURSOS RECEBIDOS

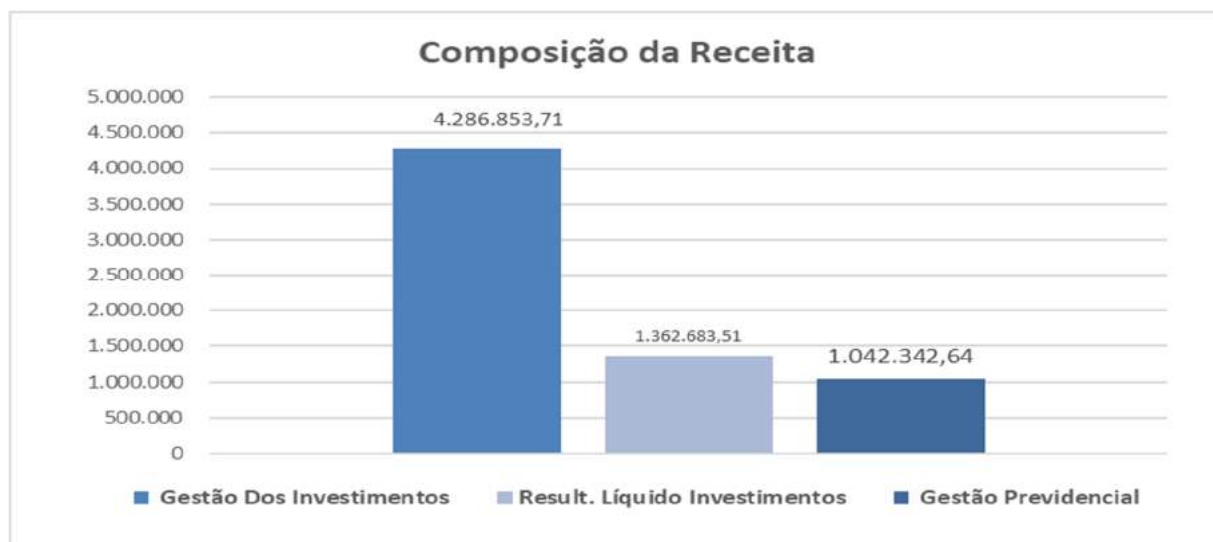


GRÁFICO 53. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos Planos de Benefícios, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelos Planos I e III, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

7.1.1.2 Despesas

Nos Gráficos 54 e 55 ilustramos as despesas realizadas. O Gráfico 54 mostra a distribuição das despesas acumuladas até o 4º trimestre, concentradas nas principais contas contábeis. O Gráfico 55 traz o comportamento da despesa nos últimos 5 anos.

GRÁFICO 54. DESPESAS REALIZADAS

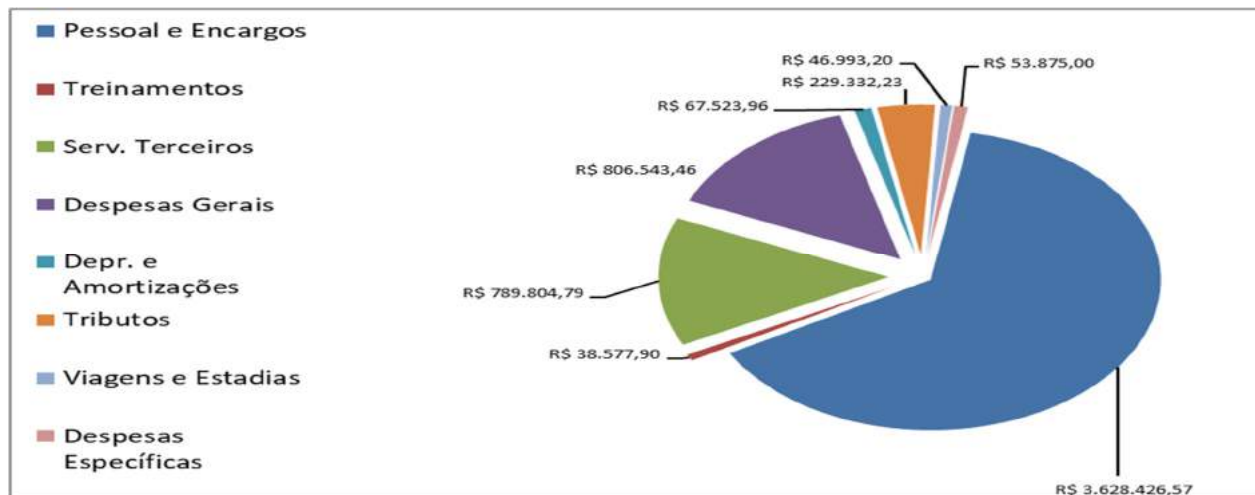
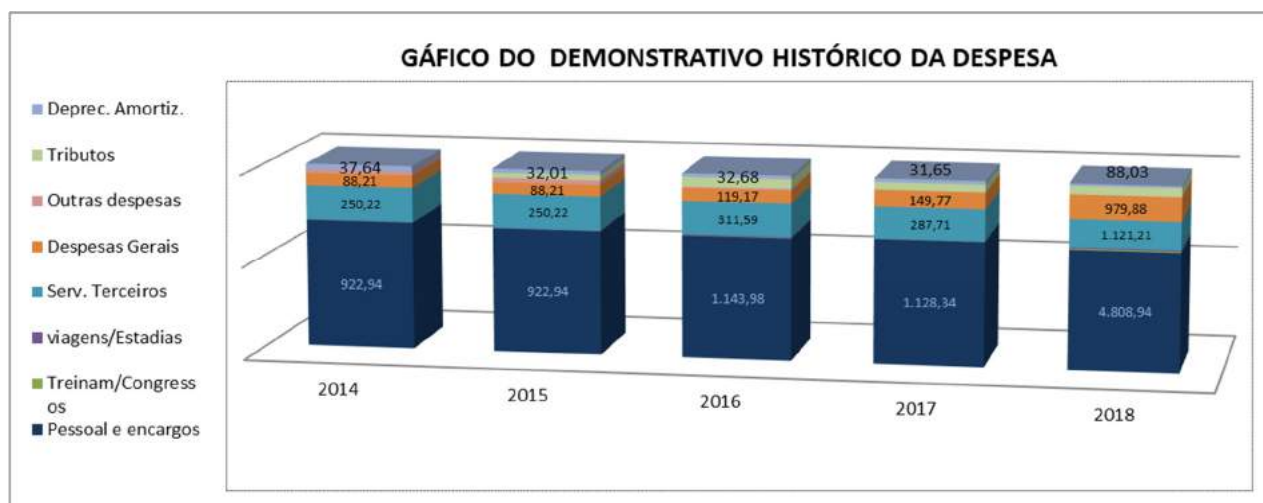


GRÁFICO 55. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



7.1.1.3 Custeio

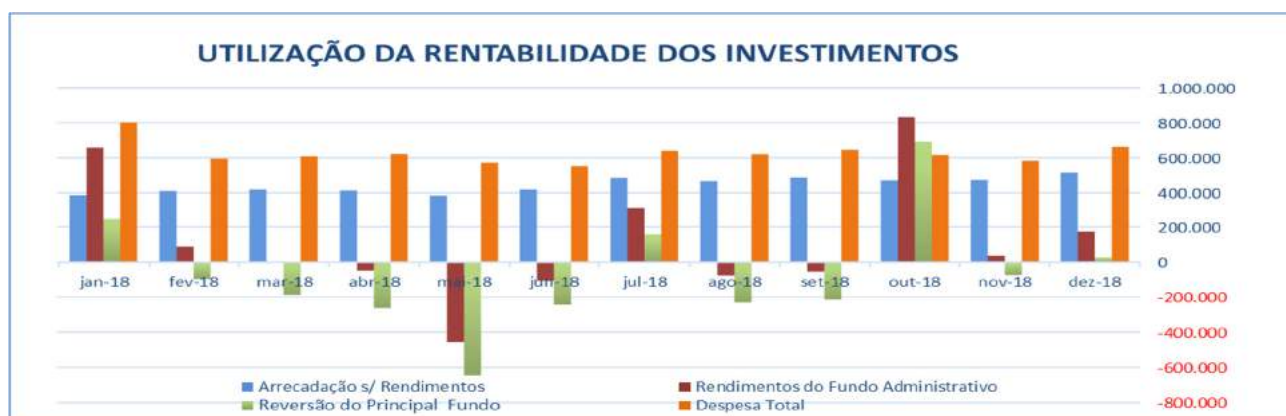
QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	1.042.342,64	15,58	4.286.853,71	64,06	1.362.683,51	20,36	6.691.879,86	100
Despesa	3.416.890,67	45,42	4.105.455,71	54,58			7.522.346,38	100
Diferença	-2.374.548,03	(31,57)	181.398,00	2,41	1.362.683,51		-830.466,52	(12,41)

O acompanhamento do custeio demonstra que as receitas foram insuficientes para suportar os gastos do exercício. Desta forma, foi necessário usar recursos do Fundo Administrativo, além dos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras para fazer face às despesas. Esses registros estão demonstrados no gráfico 56 do item a seguir.

7.1.1.4 Fundo Administrativo

GRÁFICO 56. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS



O gráfico acima mostra o comportamento da despesa, assim como a utilização dos recursos provenientes das fontes estabelecidas no Regulamento do PGA, os quais suportaram os gastos ocorridos durante o exercício de 2018, são essas as fontes: recursos provenientes da arrecadação, recursos oriundos da administração dos investimentos, da taxa administrativa dos empréstimos, dos rendimentos das aplicações e das reversões do Fundo administrativo.

Os gastos administrativos se situaram acima da previsão orçamentária, mas as despesas ordinárias acusaram apenas diferenças decorrentes de estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto sujeitas a pequenas oscilações para maior ou para menor, fazendo com que o dimensionamento desses gastos não seja exato. Além destes, ocorreram gastos não esperados que não foram orçados. A seguir apresentamos os gastos que acusaram diferenças acima das previsões orçamentárias no último trimestre.

▪ Informática:

- Compra de 05 computadores com objetivo de padronizar os equipamentos, substituindo os equipamentos antigos. Esses equipamentos não tinham os requisitos necessários para operação dos novos softwares adquiridos. Valor da aquisição; R\$ 16.587,62.

- Contratação da ferramenta Office 365 no valor de R\$ 15.362,28 e a contratação da plataforma Azure, no valor mensal de R\$ 1.200,00. Essas ferramentas oferecem modernos recursos de trabalho, com segurança e acessibilidade, tanto para serviços internos quanto na comunicação com prestadores de serviços e órgãos externos.

- Consultoria:

Contratação da empresa I9 Advisory Consultoria, para estudo de ALM, com pagamento em 02 parcelas, totalizando R\$ 30.000,00.

- Despesas Jurídicas:

Processo Nº 0002526-79.2014.5.10.0022- 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. Ex-empregada Marinalva Ribeiro da Silva. Valor R\$ 180.000,00.

7.1.1.5 Limites de Custeio Administrativo e Indicadores de Gestão

Os valores de custeio administrativo e a comparação com os limites legais constam do quadro a seguir:

QUADRO 24. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 83.862.143	9%	R\$ 7.547.592,90
Montante dos recursos garantidores	R\$ 784.105.448	1%	R\$ 7.841.054,48
		TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE	
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite		5.329.196,35	6,35
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)			0,68

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração). Como demonstrado no quadro acima, no exercício de 2018 o custeio atendeu a ambos os limites definidos no orçamento aprovado.

Com relação aos indicadores de gestão, os mesmos constam do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, sendo que seus valores limites para 2018 foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento. Esses indicadores comportaram-se da seguinte forma:

- ✓ Custeio administrativo total em relação ao ativo total – limite estabelecido de 1,2%, sendo que esse percentual atingiu 0,80%.
- ✓ Despesa administrativa previdencial por número de participantes – limite de R\$ 2.300,00/participante/ano, sendo que esse valor ficou em R\$ 1.631,98/participante/ano.
- ✓ Despesa administrativa de investimentos em relação aos recursos garantidores – limite de 1%, sendo que percentual redundou em 0,52%.

Assim, três dos indicadores de gestão administrativa adotados para 2018, tiveram seus valores no exercício situados dentro dos limites fixados pelo Conselho Deliberativo.

7.1.1.6 Execução do Orçamento
QUADRO 25. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	4.844.917	65,37	4.808.936	63,93	35.981	0,75
DIRIGENTES	1.414.102	19,08	1.450.617	19,28	(36.515)	-2,52
PESSOAL PRÓPRIO	3.430.814	46,29	3.358.319	44,64	72.496	2,16
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	37.333	0,50	49.354	0,66	(12.021)	-24,36
VIAGENS E ESTADIAS	46.852	0,63	54.681	0,73	(7.830)	-14,32
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.263.855	17,05	1.121.214	14,91	142.641	12,72
DESPESAS GERAIS	721.807	9,74	979.876	13,03	(258.069)	-26,34
TAFIC - PLANO I	36.000	0,49	36.000	0,48	-	0,00
TAFIC - PLANO II	10.500	0,14	10.500	0,14	-	0,00
TAFIC - PLANO III	28.000	0,38	28.000	0,37	-	
TRIBUTOS	310.036	4,18	345.754	4,60	(35.718)	-10,33
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	112.056	1,51	88.032	1,17	24.024	27,29
T O T A L	7.411.355	100,00	7.522.346	100	(110.992)	-1,50

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, embora tenham ocorridos gastos não previstos. O quadro acima evidencia que o acompanhamento orçamentário do trimestre registrou uma despesa maior que a previsão orçamentária em 1,50%, equivalentes a R\$ 110.992,00.

7.2 INVESTIMENTO

7.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 41. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO			out/18	nov/18	dez/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 21	RENDA FIXA	10.334.942,14	100,00%	96,31%	100%	100%	56%	5,40		8,86%	0,31%	1,69%	11,04%	15,05%	15,05%	8,64%	6,55%	8,00%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.334.942,14	100,00%	96,31%	100%			5,40		8,86%	0,31%	1,69%	11,04%	15,05%	15,05%	8,64%	6,55%	8,00%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.334.942,14	100,00%	96,31%				5,40	Soberano	8,86%	0,31%	1,69%	11,04%	15,05%	15,05%	8,64%	6,55%	8,00%
Art. 23	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	395.670,12	100,00%	3,69%	20%	20%	20%	-		0,56%	0,44%	0,45%	1,46%	6,16%	6,16%	-0,25%	-2,35%	-0,90%
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	395.670,12	100,00%	3,69%	15%			-		0,56%	0,44%	0,45%	1,46%	6,16%	6,16%	-0,25%	-2,35%	-0,90%
	SAGA SNAKE FIM	395.670,12	100,00%	3,69%				-		0,56%	0,44%	0,45%	1,46%	6,16%	6,16%	-0,25%	-2,35%	-0,90%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		10.730.612,26		100,00%				5,40		8,32%	0,32%	1,64%	10,45%	13,32%	13,32%	6,91%	4,82%	6,27%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a **“Taxa de Referência do Plano” (INPC+4,90%)**, assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos **“Segmentos de Renda Fixa”** e **“Investimentos Estruturados”**, encontrando-se no encerramento do 4º trimestre de 2018, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos encerraram o ano totalizando R\$ 10.730.612,64 contra R\$ 11.622.021,39 em dezembro de 2017, acumulando no período queda de 7,67%, motivada pela cobertura dos gastos com a administração e gestão dos Planos de Benefícios.

GRÁFICO 57. ENQUADRAMENTO LEGAL

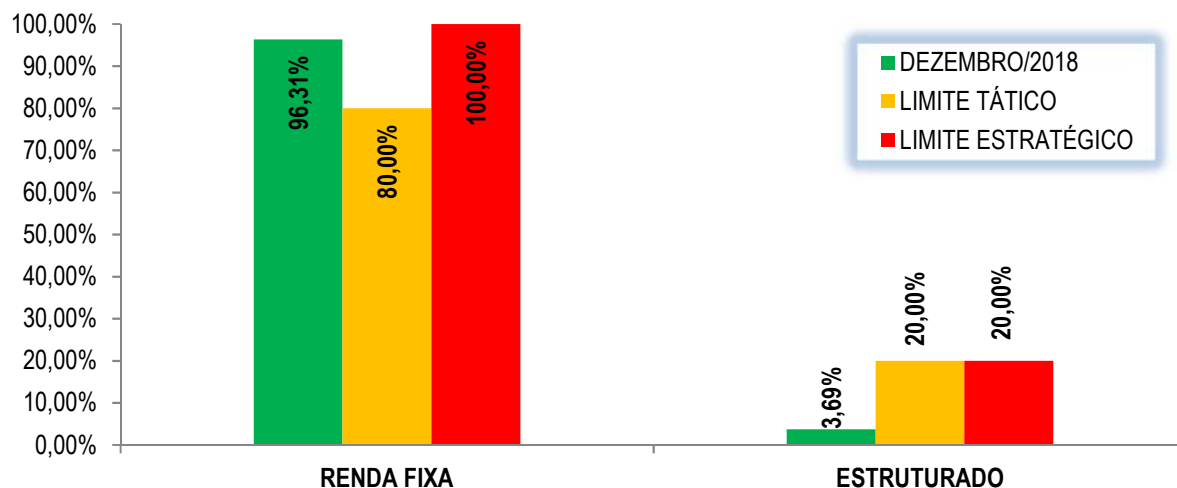


TABELA 42. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		DEZEMBRO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	10.917.569,59	93,94%	10.334.942,14	96,31%	80,00%	100,00%	100,00%
ESTRUTURADO	704.451,71	6,06%	395.670,12	3,69%	20,00%	20,00%	20,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.622.021,30	100%	10.730.612,26	100%			
(+) Disponível - Conta 11	4.740,61	VARIAÇÃO NOMINAL	7.222,36				
(-) Exigível de Investimentos	-13.114,05		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.613.647,86	↓ -7,67%	10.737.834,62				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais, com 96,31% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados com 3,69% dos ativos, se devem ao estrito cumprimento do Regulamento do PGA.

7.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do **Plano de Gestão Administrativa - PGA**, relativa ao exercício de 2018 foi de 13,32%. Descontada a **Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 4,90% a.a.)**, que acumulou no ano **8,50%**, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 4,82 pontos-base.

7.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 11,04%, contra variação positiva de 3,54% registrada no 3º trimestre. Com este resultado a rentabilidade acumulada no ano do **Segmento de Renda Fixa** alcançou 15,05%, descontada a Taxa de Referência de 8,50% no mesmo período, o desempenho do Segmento ficou acima da Taxa de Referência em 6,55 pontos-base. O desempenho favorável, foi motivado pela elevada volatilidade ocorrida no mercado financeiro no período considerado, fruto da queda das taxas dos Títulos Públicos existentes na Carteira (NTN/B), totalizando 96,31% dos ativos de investimentos marcados a “Mercado”.

7.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 4º trimestre de 2018 alta de 1,46%, contra variação positiva de 1,47% registrada no 3º trimestre. Com este resultado, o **Segmento de Investimentos Estruturados** acumulou no ano alta de 6,16%, contra Taxa de Referência de 8,50% no mesmo período, imputando divergência negativa de 2,34 pontos-bases. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

GRÁFICO 58. RENTABILIDADE POR SEGMENTO



TABELA 43. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,69%	11,04%	15,05%	15,05%
ESTRUTURADO	0,45%	1,46%	6,16%	6,16%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,64%	10,45%	13,32%	13,32%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,54%	1,50%	8,50%	8,50%
DIVERGÊNCIA	1,10%	8,95%	4,82%	4,82%

7.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

7.2.3.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a “Taxa de Referência” definida para o Plano, conforme descrita na Resolução N° 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução N° 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2019, o processo de “Avaliação e Monitoramento de Risco” dos Ativos de Investimentos da carteira própria do Plano de Gestão Administrativa - PGA sob gestão da Fundação São Francisco, bem como os Fundos Abertos e Exclusivos, serão devidamente tratados de acordo com o “Contrato de Prestação de Serviços de Risco e Compliance”, com a I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente – Resolução N° 4.661- CMN, de 25.05.2018.

TABELA 44. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

Programa de Gestão Administrativa - PGA													Referência: DEZEMBRO/2018		
Segmento	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			
Renda Fixa	5,38%	0,18%	-0,52%	-1,18%	-5,44%	-3,02%	2,63%	0,49%	-1,33%	8,06%	0,16%	1,15%	6,56%	3,58%	24,12%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturado	-0,04%	-0,10%	0,03%	-0,09%	-0,32%	-1,36%	-0,17%	0,15%	-0,27%	-0,24%	0,29%	-0,09%	-2,21%	0,41%	1,59%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Plano.....	5,15%	0,18%	-0,45%	-1,03%	-4,85%	-2,84%	2,37%	-1,12%	-1,25%	7,52%	0,17%	1,10%	4,95%	3,35%	21,53%

TAXA DE REFERÊNCIA:.....INPC + 4,90% a.a.

Regra I: Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos;

Regra II: Os Segmentos Não apresentaram DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

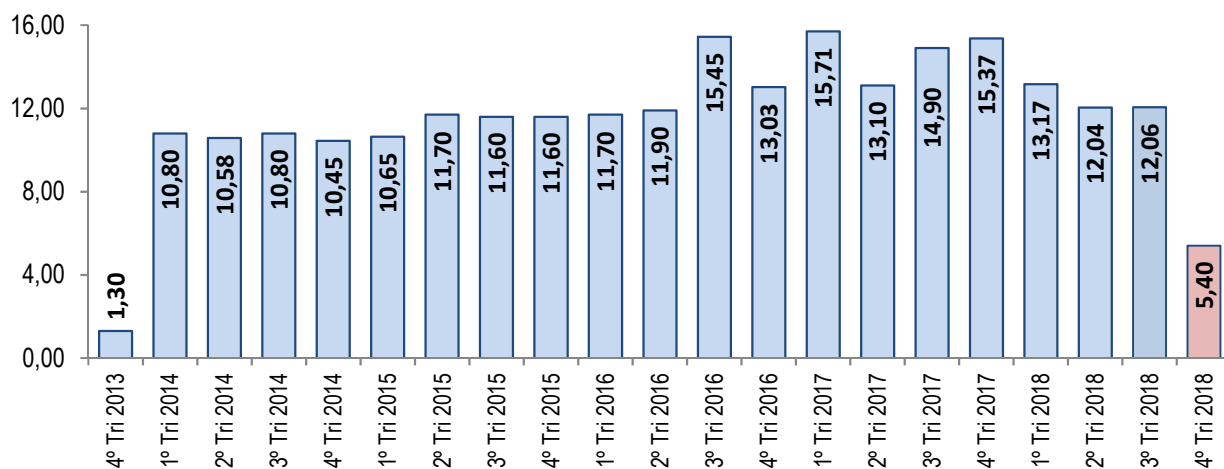
7.2.4 Operações Coursadas

TABELA 45. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2055	4,9000	5,0900	5,4200	5,1400	3.373.801,52
15/10/2018	NTN-B 2050	5,2000	5,3600	5,6500	5,4400	7.925.497,22
TOTAL						18.391.449,77
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
02/02/2018	NTN-B 2021	3,7769	4,1360	4,4304	4,0800	2.026.529,00
15/10/2018	NTN-B 2026	4,9100	5,0600	5,5100	5,0400	7.922.716,68
TOTAL						24.149.902,32

7.2.5 Duration

GRÁFICO 59. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2018 o “Duration” alcançou 5,40 anos, contra 15,37 anos no mesmo período de 2017.

7.2.6 Acompanhamento Orçamentário
TABELA 46. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	171.833,83	87.708,00	195,92%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	171.833,83	87.708,00	195,92%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%	1.302.465,10	1.010.960,00	128,83%
ESTRUTURADO	2.345,94	4.738,00	49,51%	60.218,41	54.942,00	109,60%	60.218,41	54.942,00	109,60%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	2.345,94	4.738,00	49,51%	60.218,41	54.942,00	109,60%	60.218,41	54.942,00	109,60%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	174.179,77	92.446,00	188,41%	1.362.683,51	1.065.902,00	127,84%	1.362.683,51	1.065.902,00	127,84%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2018 registradas em Valor Projetado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado. O Fluxo dos Investimentos encerrou o exercício com valor realizado de R\$ 1.362.683,51 contra o valor orçado de R\$ 1.065.902,00 - o que equivale a 127,84%, motivado diretamente pelas operações realizadas no Segmento de Renda Fixa do Plano, aliada a queda das Taxas dos Títulos Públicos precificados a “Mercado”.

7.3 CONTÁBIL
7.3.1 Enquadramento
QUADRO 26. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
DISPONÍVEL	7	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	504	516
			Gestão Administrativa	504	503
			Investimentos	-	13
REALIZÁVEL	14.993	15.769	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.255	5.057
Gestão Administrativa	4.262	4.147	Gestão Administrativa	5.255	5.057
Investimentos	10.731	11.622			
Títulos Públicos	10.335	10.918			
Fundos de Investimento	396	704			
PERMANENTE	3.751	3.801	PATRIMÔNIO SOCIAL	12.991	14.002
Imobilizado	3.742	3.784	FUNDOS	12.991	14.002
Diferido	9	17	Fundos Administrativos	12.991	14.002
TOTAL DO ATIVO	18.751	19.575	TOTAL DO PASSIVO	18.751	19.575

QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	14.002	13.264	5,56
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.692	7.975	(16,09)
1.1. Receitas	6.692	7.975	(16,09)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.042	1.867	(44,18)
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.269	3.152	35,43
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	18	28	(37,41)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.363	2.928	(53,46)
Outras Receitas	1	-	100,00
2. Despesas Administrativas	7.522	7.238	3,93
2.1. Administração Previdencial	3.417	4.086	(16,37)
Pessoal e encargos	2.245	2.746	(18,24)
Treinamentos/congressos e seminários	15	11	39,94
Viagens e estadias	15	27	(44,09)
Serviços de terceiros	454	670	(32,23)
Despesas gerais	498	338	47,63
Depreciações e amortizações	36	55	(35,14)
Tributos	102	236	(56,68)
Outras Despesas	52	4	1.240,32
2.2. Administração dos Investimentos	4.105	3.152	30,25
Pessoal e encargos	2.564	1.941	32,10
Treinamentos/congressos e seminários	35	21	64,12
Viagens e estadias	40	18	124,02
Serviços de terceiros	667	559	19,46
Despesas gerais	482	362	33,08
Depreciações e amortizações	52	57	(8,03)
Tributos	244	135	80,30
Outras Despesas	23	60	(62,40)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	180	-	100,00
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.010)	737	(237,03)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.010)	737	(237,03)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	12.991	14.002	(7,22)

QUADRO 28. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.346	7.526	10,90
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.338	6.673	(64,96)
1.1. Receitas	2.338	6.673	(64,96)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	229	1.442	(84,09)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.653	2.275	(27,35)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	18	28	(37,41)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	438	2.928	(85,04)
Outras Receitas	1	-	100,00
2. Despesas Administrativas	3.049	5.853	(47,91)
2.1. Administração Previdencial	1.291	3.184	(59,45)
Pessoal e encargos	870	2.198	(60,43)
Treinamentos/congressos e seminários	6	4	37,60
Viagens e estadias	6	19	(66,12)
Serviços de terceiros	215	474	(54,61)
Despesas gerais	116	258	(54,93)
Depreciações e amortizações	12	42	(70,88)
Tributos	40	189	(78,75)
Outras Despesas	26	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	1.757	2.669	(34,15)
Pessoal e encargos	1.084	1.634	(33,68)
Treinamentos/congressos e seminários	12	17	(28,58)
Viagens e estadias	14	14	(3,62)
Serviços de terceiros	325	495	(34,39)
Despesas gerais	186	292	(36,45)
Depreciações e amortizações	18	44	(59,32)
Tributos	109	113	(3,26)
Outras Despesas	11	60	(82,50)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	107	-	100,00
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)	(818)	820	(199,71)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(818)	820	(199,71)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	7.528	8.346	(9,80)

QUADRO 29. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB II – CODEPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.264	1.214	86,50
1.1. Receitas	2.264	1.214	86,50
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	813	425	91,15
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.451	788	83,99
2. Despesas Administrativas	2.234	1.214	84,03
2.1. Administração Previdencial	1.073	819	31,08
Pessoal e encargos	749	493	51,98
Treinamentos/congressos e seminários	6	6	(3,54)
Viagens e estadias	6	8	(26,20)
Serviços de terceiros	136	180	(24,44)
Despesas gerais	108	70	53,09
Depreciações e amortizações	16	13	17,79
Tributos	45	44	2,83
Outras Despesas	7	4	91,94
2.2. Administração dos Investimentos	1.160	395	193,88
Pessoal e encargos	751	255	194,24
Treinamentos/congressos e seminários	14	4	280,23
Viagens e estadias	16	3	497,06
Serviços de terceiros	124	41	205,77
Despesas gerais	173	60	186,73
Depreciações e amortizações	22	12	79,98
Tributos	56	20	184,79
Outras Despesas	3	-	100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	30	-	100,00
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	30	-	100,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	30	-	100,00

QUADRO 30. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB III – SALDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2018	2017	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.656	5.738	(1,44)
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.090	88	2.265,60
1.1. Receitas	2.090	88	2.265,60
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.165	88	1.218,83
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	925	-	100,00
2. Despesas Administrativas	2.240	171	1.210,51
2.1. Administração Previdencial	1.052	83	1.174,22
Pessoal e encargos	626	55	1.047,45
Treinamentos/congressos e seminários	3	0	2.387,49
Viagens e estadias	3	-	100,00
Serviços de terceiros	103	15	565,19
Despesas gerais	274	9	2.881,46
Depreciações e amortizações	8	0	2.721,01
Tributos	17	3	457,96
Outras Despesas	19	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	1.188	88	1.244,43
Pessoal e encargos	729	52	1.305,30
Treinamentos/congressos e seminários	8	1	1.251,04
Viagens e estadias	10	1	1.121,90
Serviços de terceiros	219	23	844,08
Despesas gerais	123	9	1.233,45
Depreciações e amortizações	12	0	2.653,84
Tributos	78	2	3.393,90
Outras Despesas	9	-	100,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	73	-	100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)	(223)	(83)	169,84
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(223)	(83)	169,84
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	5.433	5.656	(3,94)

7.3.2 Notas Explicativas

7.3.2.1 Ativo Realizável

7.3.2.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 71 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Férias – R\$ 39 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 405 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.707 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de dezembro/2018, as quais serão liquidas no mês de janeiro/2019.

A letra “b” refere-se à provisão de adiantamento de férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de janeiro/2019. Os valores foram provisionados em dezembro/2018 nos Planos de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como receita a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 586 mil e R\$ 3.064 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo **JCMB Advogados e Consultores**.

7.3.2.1.2 Gestão de Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 31. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano de Gestão Administrativa	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	10.730	11.622			
Títulos Públicos	10.335	10.918	96,3%	93,9%	-5%
Fundos de Investimento	395	704	3,7%	6,1%	-44%
Multimercado	395	704	3,7%	6,1%	-44%

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 96,3% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 3,7%.

No decorrer do exercício de 2018, a Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano de Gestão Administrativa - PGA, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos - CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: **(i)** - Devidamente atestada pelo AETQ e **(ii)** - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

7.3.2.2 Exigível Operacional

7.3.2.2.1 Gestão Administrativa:

- a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros/ Taxas – R\$ 504 mil. No entanto, as mais representativas correspondem a R\$ 52 mil relativo a Serviços de Terceiros e R\$ 265 mil referente às Provisões Salariais;
- b) Retenções a Recolher (valores de IR retidos sobre salários e de IR, PIS e COFINS de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 47 mil. Nessa conta o mais representativo corresponde ao IR retido sobre salários R\$ 41 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de dezembro/2018, as quais serão liquidadas em janeiro/2019.

7.3.2.3 Exigível Contingencial

7.3.2.3.1 Gestão Administrativa

- a) Provisão de PIS – R\$ 586 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.064 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b” e “c”, correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais - PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora.

Com fulcro na Lei Complementar nº 109/2001, principalmente, se insurge a fundação contra a exigência de proceder ao pagamento das contribuições citadas, ante o fato de ela não possuir **faturamento**. A Lei 9.718/1998, que criou as contribuições sociais, fala de faturamento, logo, não havendo o pressuposto, a obrigatoriedade da exigência, por parte da Receita Federal, se configura como ato inconstitucional, na opinião da Fundação.

É vital apresentar o “modus operandis” para a constituição das provisões: **(I)** na competência o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; **(II)** não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a obrigação a pagar em relação a contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015, com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passou a recolher as contribuições normalmente, e não mais deposita-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais

contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 32. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS
valores em mil

DESCRIÇÃO	dez/18	dez/17	%
Custeios Totais Oriundos	6.692	7.975	-16%
CONTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	1.043	1.867	-44%
INVESTIMENTO DOS PLANOS	4.286	3.180	35%
RESULTADO DOS INVEST. DO PGA	1.363	2.928	-53%
Despesas Totais com a Gestão	7.702	7.238	6%
PREVIDENCIAL	3.597	4.086	-12%
INVESTIMENTO	4.105	3.152	30%

As receitas do PGA são compostas pela Taxa de Carregamento e Taxa de Administração dos Investimentos, elas totalizaram R\$ 5.329 mil enquanto os recursos existentes no próprio plano produziram receita de R\$ 1.363 mil, perfazendo assim a cifra total de R\$ 6.692 mil.

Na apuração dos gastos, registrados em centros de responsabilidades, por meio de critério de rateio, estabelecido pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo, por ocasião da formulação do orçamento previsto para o exercício findo, os valores foram distribuídos entre a Gestão Administrativa Previdencial R\$ 3.597 mil e Gestão Administrativa dos Investimentos R\$ 4.105 mil totalizando R\$ 7.702 mil.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atuário sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a taxa de administração dos investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

7.3.1.1.1 Fato Relevante

- 1 Abaixo estão as ações judiciais classificadas pelos escritórios de Advocacia como probabilidade de perdas ou ganhos "Possíveis":

AÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR DA AÇÃO
PIS/COFINS - Mandado de Segurança	2006.34.00.008213-4	R\$ 20.000,00
PIS - Ação Anulatória	0006661-29.2011.4.01.3400	R\$ 49.733,78
COFINS - Ação Anulatória	0037095-35.2010.4.01.3400	R\$ 212.518,16